



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 51

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 22 de março de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Aurélio Noia.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*) e após ter usado da palavra o Sr. Deputado José Contente (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento da jovem açoriana Tânia Madruga Oliveira.**

Após a apresentação pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Tânia Madruga Oliveira.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*);

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. José Alberto Rolão Bernardo.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), e após ter usado da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento do artista José Nuno da Câmara Pereira.**

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Susana Costa (*PS*) e depois de ter proferido uma intervenção o Sr. Deputado César Toste (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar como tributo à memória de Maria de Simas Cardoso.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*);

- **Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Professora Maria de Simas Cardoso.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Francisco Caetano Tomás.**

O referido voto foi aprovado por maioria após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*);

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Francisco Caetano Tomás.**

Apresentado pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PS*), o voto supracitado foi aprovado por maioria;

- **Voto de Pesar pelo falecimento precoce de Luís Carlos Ferreira Gambão.**

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CSD-PP*), usou da palavra o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Medeiros.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*);

- **Voto de Pesar pelo falecimento do atleta Carlos Alberto Medeiros.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Arlindo Armas Trigueiro.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Ainda antes de entrar na Agenda da Reunião, o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*) usou da palavra para fazer uma Comunicação do Governo.

Para tal, usaram da palavra para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), João Corvelo (*PCP*), António Lima (*BE*), José Ávila (*PS*), Jaime Vieira (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Iniciou-se a Agenda da Reunião com a continuação do debate sobre o **Projeto de Resolução n.º 49/XI – “Criação de um domínio de primeiro nível para a Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Intervieram no debate as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*) e Sónia Nicolau (*PS*), bem como os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), João Bruto da Costa (*PSD*) e José Contente (*PS*).

No seguimento de uma das intervenções da Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), pediu a palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Colocado à votação, o diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

De seguida, passou-se para o **Projeto de Resolução n.º 48/XI – “Resolve recomendar ao Governo Regional, na qualidade de único acionista do grupo SATA, que dê orientações específicas à Azores Airlines, no sentido de impedir a concretização da decisão unilateral de acabar com a rota**

Terceira-Porto-Terceira, em outubro de 2017”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Artur Lima, participaram no debate as Sras. Deputadas Mónica Rocha (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), António Lima (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e António Parreira (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Pediram a palavra para protestos os Srs. Deputados André Bradford (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*) no seguimento de intervenções proferidas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e pela Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*), respetivamente.

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XI – “Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores e quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2003/A, de 11 de março, que estabelece normas de polícia administrativa para a Região Autónoma dos Açores” foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), tendo posteriormente usado da palavra os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), César Toste (*PSD*), Carlos Ferreira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Vasco Costa (*PS*), bem como a Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*).

Na generalidade, o diploma foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 53 minutos.

Presidente: Bom dia Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Vamos começar os nossos trabalhos com a chamada, Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel
Artur Manuel Leal de Lima
Catarina de Oliveira Cabeceiras
Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima
Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados. Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos começar pelos votos. Serão apresentados hoje apenas votos de pesar.

O primeiro refere-se ao falecimento do Padre Aurélio Noia. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR
Padre Aurélio Noia

Faleceu em Ponta Delgada, no passado dia 25 de dezembro de 2017, Dia de Natal, o Padre Aurélio de Freitas Noia, que contava 76 anos de idade e 52 de ministério sacerdotal.

Natural da Lomba, Lajes das Flores, estudou no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, tendo sido ordenado presbítero no dia 6 de junho de 1965, na Sé Catedral de Angra, precisamente no ano em que terminou o Concílio Vaticano II que marcou de forma notável a geração de alunos do Seminário a que pertenceu.

Começou o seu ministério sacerdotal como Secretário particular do Bispo de então, D. Manuel Afonso Carvalho que, algum tempo depois o nomeou como Vigário Cooperador da Paróquia de São Sebastião, em Ponta Delgada.

Paralelamente é nomeado Professor de Educação Moral no Liceu Antero de Quental e aí desenvolve uma intensa ação como Pedagogo, marcando de forma indelével as gerações de alunos que por ele passaram e também os professores e restante pessoal daquela Escola.

Comunicador por excelência, eram conhecidas as suas homílias, breves no tempo, mas profundas e repletas de Teologia, sempre numa linguagem acessível e sobretudo denunciadora de injustiças contra os direitos da pessoa humana.

Tanto na Igreja Matriz de Ponta Delgada, como na Igreja do Carmo, onde durante anos celebrou todos os Domingos, sempre com grande participação de fiéis, essencialmente jovens, a sua palavra destemida e corajosa era ouvida com muito respeito e atenção.

Foi um dos pioneiros na presença da Igreja açoriana num programa de Televisão na RTP/Açores, intitulado “Sementes de Esperança” e, durante muitos anos levou longe, através da RTP/Açores e RTP/Internacional, os ecos das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que relatava sempre com grande espírito pastoral, mas a que não faltavam ricos elementos históricos, reveladores da sua profunda formação e preparação.

Por provisão episcopal, foi ainda pároco de São Vicente Ferreira, Fenais da Luz e Ouvidor da Ouvidoria das Capelas. Mais tarde foi também cooperador da Paróquia de São Pedro, colaborador do Santuário da Esperança.

Durante alguns anos celebrava Eucaristia no Internato da Mãe de Deus, proferindo diariamente curtas homílias escritas que permanecem na memória de quem ali ia propositadamente para o ouvir.

Considerando que se trata de uma figura que nos seus 52 anos de sacerdócio marcou profundamente a vida cultural e religiosa dos Açores e da cidade de Ponta Delgada em particular.

Considerando que pautou toda a sua vida pela humildade e simplicidade, deixando um testemunho de humanismo e autenticidade que a todos nos toca.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Padre Aurélio Noia, do qual deve ser dado conhecimento à família e a Dom João lavrador, Bispo de Angra, Assembleia Municipal das Lajes das Flores e Junta de Freguesia da Lomba.

Horta, Sala das Sessões, 20 de março de 2018.

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Bruno Belo, Maria João Carreiro e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de pesar do Sr. Padre Aurélio da Noia pela figura que ele foi, que representou em termos ecuménicos na igreja, mas também na sua vida social como aqui foi dito, quer

em termos da sua participação nos órgãos de comunicação social, quer sobretudo enquanto também educador e é nessa qualidade que eu o conheci bem, porque na altura também era professor na Escola Secundária Antero de Quental e, portanto, posso também dar um testemunho de que a personalidade do Padre Aurélio Noia era de facto uma pessoa de palavra, da palavra e era uma pessoa que de facto conseguia comunicar bem dentro do seu espírito e da sua formação, comunicar com as pessoas e ter sempre uma atitude crítica perante a vida e perante também a sociedade. É por isso que o Padre Noia para nós é também um símbolo de uma pessoa que se entregou à sua comunidade, não só à comunidade mais cristã, mas também à comunidade no sentido mais lato. Por isso, nós associamo-nos com pesar, com saudade também, à figura e a este voto de pesar que foi justamente dirigido à personalidade do Sr. Padre Aurélio Noia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento da açoriana Tânia Madruga Oliveira. É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento da jovem açoriana Tânia Madruga Oliveira

A morte tem tanto de inevitável como de injusta! É injusto para quem fica, perder o contato direto e físico com uma pessoa. É injusto partir porque, na natureza humana há sempre mais alguma coisa a fazer, mais um projeto a por em prática, uma perfeição a melhorar.

Quando se é novo mais injusto é partir. Achamos que não é, nem deveria ser, tão natural assim. Quando se é novo, cheio de vida, cheio de projetos, cheio de força para os implementar, cheio de planos para um novo ano que estava a entrar, essa injustiça soa quase a revolta, a uma indignação interior que resulta em ondas de amizade e reconhecimento com dimensões superiores a ondas jamais surfadas, resulta em exercícios de camaradagem e solidariedade que nunca um corpo humano conseguirá realizar.

Assim foi e será com a Tânia Oliveira! Jovem açoriana, atleta de alta competição com mérito regional, nacional e internacional.

A Tânia Oliveira partiu com a chegada do ano e com ela partiram os seus sonhos, os seus projetos e as suas ambições. Partiu precocemente, mas não levou consigo o seu legado, o seu exemplo de luta e de ambição, a sua postura profissional e responsável que deverá ser sempre um exemplo para todos os jovens atletas açorianos e para a juventude açoriana em geral.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais em vigor, propõe a esta Assembleia reunida em sessão plenária, a aprovação deste voto de pesar e que dele seja dado conhecimento à sua família, à Federação Portuguesa de Surf, à Associação Gímnica dos Açores e à Associação Açores de Surf e Bodyboard.

Horta, 22 de março de 2018.

Os Deputados, André Bradford, Francisco César, José Ávila e João Paulo Ávila

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao falecimento de Tânia Madruga Oliveira, o próximo voto de pesar é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Tânia Madruga Oliveira

O primeiro dia do ano de 2018 foi marcado por um momento de grande consternação perante a notícia da morte da surfista açoriana Tânia Oliveira.

Tânia Oliveira nasceu a 31 de outubro de 1987. Filha de José e Ana Oliveira, irmã de Derek, Ashley e Leslie, será recordada por todos pelo seu sorriso contagiante.

Era uma miúda alegre, de bem com a vida e muito talentosa no desporto. Era também uma acérrima defensora dos direitos dos animais.

Esta jovem de 20 anos de idade, que morreu devido a uma intoxicação de monóxido de carbono, representou os Açores em diferentes campeonatos internacionais.

A jovem era uma competidora regular e terminou em 20.º lugar na liga MEO Surf 2017. Foi também atleta de alta competição de ginástica aeróbica durante muitos anos e vice-campeã nacional de surf sub-18 em 2015.

A nível regional, nos Açores, Tânia venceu todas as competições e foi campeã invicta em todas as categorias que disputou.

Em 2016, a surfista recebeu um "wildcard" para participar no Azores Airlines Pro, evento de graduação 1500 da Qualifying Series que se realizou na Ribeira Grande, tendo a oportunidade de representar o surf feminino açoriano ao mais alto nível.

Em 2016 foi considerada a atleta regional do ano.

O mundo do Surf perdeu “um jovem talento”, “uma das mais jovens promissoras surfistas”, conforme definiu a Federação Portuguesa do Surf.

A notícia da morte de Tânia Oliveira chocou e deixou incrédula a comunidade do surf. Nessa hora de dor multiplicaram-se as homenagens em sua memória, a destacar as homenagens promovidas pelo Ericeira Surf Clube, a 4 de janeiro, e pelo Santa Bárbara Surf School Azores, a 6 de janeiro. Para um último adeus, cerca de centena e meia de surfistas compareceram na Praia das Melícias e “lançaram-se à água para homenagearem a surfista açoriana no mar - o mesmo que serviu muitas vezes para Tânia rasgar as ondas”.

Regista-se este momento muito triste do falecimento desta jovem promessa, na madrugada do ano novo, de modo verdadeiramente inesperado, mas ficam as memórias da sua passagem por este mundo que, embora fugaz, não serão seguramente esquecidas.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se à família e amigos nesta dor, endereçando as devidas condolências.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Tânia Madruga Oliveira, do qual deve ser dado conhecimento à família, à Associação Gímnica dos Açores, à Federação Portuguesa do Surf e à Associação Açores de Surf e BodyBoard.

Horta, Sala das Sessões Plenárias, 22 de março de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros e Maria João Carreiro

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de João Alberto Rolão Bernardo. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

José Alberto Rolão Bernardo

No dia 1 de janeiro de 2018, faleceu em Ponta Delgada, com 73 anos de idade, o Dr. José Alberto Rolão Bernardo, que, entre vários cargos desempenhados, como Chefe de Delegação do Serviço Nacional de Emprego e Diretor Regional de Estatística, se notabilizou enquanto Diretor da RDP Açores no período entre 1981-1994 e Diretor Geral da Cabo TV Açoriana - SA, de 1994 a 2008.

O Dr. Rolão Bernardo nasceu no Fundão, mas fez-se açoriano por devoção na interpretação sociológica do arquipélago, e a perceção da importância da palavra rádio, uma Rádio de Serviço Público, nascida na escola da Emissora Nacional e da fusão de várias outras portuguesas.

O Dr. Rolão Bernardo chega, para dar vida à Lei dos Centros Regionais; à sua orgânica e eficaz ressonância por todas as ilhas em geral e cada uma em particular, sem grandes meios, sem condições técnicas, dando voz aos sem voz - vozes de contemplação e denúncia.

O Dr. Rolão Bernardo, percebeu que a autonomia dos Açores precisava de uma rádio pública, viva e atuante, com dialética e forte atitude cultural. Percebeu que era preciso descentralizar, criando estúdios em Angra do Heroísmo e Horta com emissões próprias e uma rede de correspondentes que chegasse às nossas Comunidades açorianas nos E.U.A, Canadá e Brasil; com grandes e micro - coberturas fazer chegar a rádio a todas as ilhas com qualidade estéreo.

Por dentro da rádio, criou equipas liderando e corresponsabilizando. A riqueza dos detalhes e da diferença pela qualidade. Programas descentralizados, populares e eruditos, informação dinâmica diária e de fim - de - semana. A “Grande Informação” que havia de ser reconhecida várias vezes dentro e fora da empresa, dentro e fora do país.

Unir as ilhas, e dar voz aos Açores no país e no estrangeiro. É dele a frase: “*Das ilhas para a Rádio da Rádio para o Mundo*” e, por isso, não só permitiu a recolha de música tradicional, em dois Discos únicos a que chamou “Na Rota das Ilhas” como criou um programa de rádio semanal para 54 estações de rádio portuguesas em todo o mundo, com o mesmo nome.

Era preciso conquistar as Comunidades Açorianas. O tempo das festas na Internacional, e através de intercâmbios com rádios portuguesas em várias cidades das Américas. Intensificou as transmissões no estrangeiro, a força dos enviados especiais, sejam ao Brasil - Santa Catarina e Rio Grande do Sul - o sismo de San Francisco na Califórnia, a Bósnia, as eleições americanas, os debates na Assembleia da República, as revisões do Estatuto, as Semanas da Autonomia, em Lisboa e Porto, o reconhecimento nacional da qualidade do jornalismo feito na rádio pública açoriana. Coberturas nos parlamentos,

regional, nacional e Conselho da Europa, Comité das Regiões, visitas presidenciais ao estrangeiro. A figura do enviado especial sempre presente.

O Dr. Rolão Bernardo trouxe à rádio as dinâmicas do jornalismo radiofónico da escola Francesa. E foi a Paris à Rádio França - “*France Inter*”- ver como era, para alimentar o seu sonho de sempre: a construção de um edifício novo, moderno, que servisse os desígnios dos Açores.

É com ele a internacionalização da rádio pública açoriana. É com ele a rádio dos eventos: Concertos, espetáculos ao vivo pelas ilhas, a edição de CDs e de livros, como “Poetas dos Açores” de Ruy Galvão de Carvalho ou a preparação para livro das crónicas do Dr. Francisco Carreiro da Costa, no Emissor Regional dos Açores.

O Dr. Rolão Bernardo trouxe a emoção e a surpresa à rádio e o desenho de um novo edifício, com muita luta política vivida entre Ponta Delgada e Lisboa. O edifício está construído e com ele, um auditório que servisse a cidade e a animação da rádio ao vivo, hoje o espaço do único estúdio virtual da RTP Açores.

Megalómano ou visionário? Visionário certamente. Pragmático, com sentido de tempo. O tempo que hoje o poderia fazer esquecer, se o seu legado e atitude, fossem paulatinamente subestimados.

São imensas as iniciativas do seu tempo na rádio pública. Nas ilhas, no país e no estrangeiro. Um tempo marcado pelo contágio entre as equipas, funcionários e suas famílias; o tempo que se pode sintetizar na Gala Comemorativa dos 50 Anos da RDP Açores e SATA Air Açores” no Teatro Micaelense, com o Orfeão Edmundo Machado Oliveira e a Orquestra do Porto da Régie Cooperativa Sinfonia.

Mais tarde associa o seu nome ao pioneirismo da generalizada diversificação de canais de televisão por cabo, primeiro em Ponta Delgada e, mais tarde, na ilha de São Miguel e restantes ilhas dos Açores.

É na qualidade de Diretor Geral da, “Cabo TV Açoriana - SA”, que disponibiliza um canal daquela empresa para, à semelhança do que acontecia com a Assembleia da República, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores pudesse criar então o seu “Canal Parlamento” assunto já vivamente discutido na legislatura de 1996 - 2000.

O Dr. José Alberto Rolão Bernardo, não sendo natural dos Açores, cedo se assumiu como um filho desta terra; um açoriano de méritos firmados e dos mais respeitados gestores do fenómeno crescente do audiovisual em Portugal.

Pode dizer-se com propriedade que há um tempo, antes e depois, de Rolão Bernardo no desenvolvimento do audiovisual açoriano contributo fundamental e decisivo para a história da rádio e da “nossa” televisão; a História da RTP - Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Alberto Rolão Bernardo, do qual deve ser dado conhecimento à família e ao Conselho de Administração da RTP.

Horta, Sala das Sessões, 20 de março de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Apenas para referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto.

O Dr. João Alberto Rolão Bernardo faz parte de um grupo de pessoas que embora não sendo natural dos Açores assumia esta Região como sua e bastante lutou pelos seus direitos e o seu nome fica de facto associado à criação de novas condições para a rádio açoriana.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de José Nuno da Câmara Pereira. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

Deputada Susana Costa (PS): Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

José Nuno da Câmara Pereira

No passado dia 14 de janeiro, faleceu o artista José Nuno da Câmara Pereira. Tinha 80 anos de idade e muitos, muitos mais anos de sabedoria estética e cultural. Nasceu em Santa Maria, em 1937, e a partir daqui ocupou muitos e variados palcos. Talvez seja esta uma das suas principais características: formado em Pintura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, estudou nos finais da década de 1980 no *Center for Advanced Visual Studies do Massachusetts Institute of Technology*, nos Estados Unidos, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana. Em 1986, o

seu percurso artístico justifica que tenha sido considerado como o Artista do Ano. Na década de 1990, fixou-se na Terceira (ilha que a família escolheu para receber as suas cinzas), onde fundou a *Oficina d'Angra - Associação Cultural*, dedicada a fomentar a criação e a divulgação artística na Região.

Numa reportagem que a RTP-Açores realiza em homenagem ao artista mariense, três dias após a sua morte, José Nuno é designado como um “homem inquieto”. Efetivamente, as suas artes foram muitas: fez decorações artísticas para igrejas, colaborou em projetos teatrais, criou esculturas, pinturas, tapeçarias, painéis de azulejos, monumentos, instalações múltiplas... A sua produção foi partilhada com o público por via de inúmeras exposições individuais e coletivas, no país e no estrangeiro. Mas a sua inquietude plasmou-se também na diversidade de materiais que usou, com referências profundas à sua insularidade imanente, nas quais lava, mar e vento foram referências efetivas das suas criações.

O falecimento de José Nuno da Câmara Pereira não leva ao seu esquecimento e os açorianos poderão recordá-lo na Biblioteca Pública de Ponta Delgada; na Escola Secundária da Lagoa; no Jardim de Pedra da Paisagem Vinícola da ilha do Pico; no Jardim dos Corte-Real em Angra do Heroísmo; no Museu Carlos Machado; no Museu de Angra do Heroísmo; na Presidência do Governo Regional dos Açores; na Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais; na Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social; e na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, entidade que lhe atribuiu a “Insígnia Autónoma de Reconhecimento” nas cerimónias oficiais do Dia dos Açores, em 2010.

A sua última exposição, em 2016, foi precisamente nos Açores, no Centro de Artes Contemporâneas – Arquipélago, intitulada "Um Sísifo Feliz". As suas obras de arte continuarão a perpetuar a memória de um artista insular de expressão internacional.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais em vigor, propõe a esta Assembleia reunida em sessão plenária, a aprovação deste voto de pesar pelo falecimento do artista José Nuno da Câmara Pereira, e que dele seja dado conhecimento à sua família.

Horta, sala das sessões, 22 de março de 2018

Os Deputados, Susana Costa, André Bradford, Francisco César, José Ávila, Isabel Quinto e Bárbara Chaves

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Haja saúde! Muito bom dia!

Só para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de pesar perante um criador multifacetado e considerado um dos maiores artistas plásticos portugueses.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Maria de Simas Cardoso. É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

No passado dia 15 de janeiro faleceu Maria de Simas Cardoso, professora exímia que se destacou pela sua consciência cívica e sentido de cidadania, desenvolvendo-o quer no âmbito escolar, quer no meio da sociedade civil Faialense.

Maria de Simas Cardoso nasceu em 1929, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Em 1950, concluiu o curso da Escola do Magistério da Horta e, no ano seguinte em 1951, iniciou a sua atividade profissional, lecionando a partir daí, nas freguesias de Angústias, Pedro Miguel, Feteira, Praia do Almocharife e Matriz.

Em 1969, foi nomeada para exercer interinamente as funções de professora de Didática Especial, Legislação e Administração Escolar, no quadro da Escola do Magistério Primário da Horta.

Após prestação de provas públicas, em Lisboa, efetivou-se na Escola do Magistério Primário da Horta, transitando, assim, para o Ensino Médio (hoje extinto). Simultaneamente, por possuir habilitação suficiente, lecionou as disciplinas de História e Português (até ao 9.º ano), nas Escolas Preparatória e Secundária da Horta.

De 1978 a 1989, assumiu o cargo de Diretora da Escola do Magistério Primário da Horta, onde desempenhou um papel incontornável, estimulando a formação de professores naquela Cidade.

De 1990 a 1995, foi responsável pelo polo da Horta do CIFOP – Centro Integrado de Formação de Professores, o que lhe permitiu negociar a extensão do ensino da Universidade Aberta à Horta.

Em 1992, foi homenageada pelos alunos da Escola do Chão Frio e, em 1996, a Câmara Municipal da Horta atribuiu-lhe um Diploma de Reconhecimento.

Em 2012, foi homenageada pelos alunos do Curso de 1957 da Escola do Magistério Primário da Horta.

Pelo seu empenho no ensino e na educação, foi distinguida, em 2013, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e pelo Governo da Região Autónoma dos Açores, com a Insígnia Autonómica de Dedicção.

Foi de tal forma relevante o seu desempenho profissional e o marco que deixou em várias gerações, que foram muitos os manifestos de carinho e de reconhecimento que, num profundo gesto de gratidão, os seus alunos lhe prestaram em vida.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que seja aprovado um Voto de Pesar como tributo à memória de Maria de Simas Cardoso, e dele seja dado conhecimento à sua família, à Assembleia Municipal da Horta e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, sala das sessões, 22 de março de 2018.

Os Deputados, Tiago Branco, André Bradford, Francisco César e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se também ao falecimento da professora Maria de Simas Cardoso, desta feita apresentado pelo PSD. Tem a

palavra o Sr. Deputado Luís Garcia. **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento da Professora Maria de Simas Cardoso

Faleceu na Horta, no passado dia 15 de janeiro, a Professora Maria de Simas Cardoso.

Natural da freguesia da Conceição, Concelho da Horta, onde nasceu a 15 maio de 1929, a Professora Maria Simas, como por todos era conhecida, estudou no Liceu Nacional da Horta, obtendo notas que a elegeram permanentemente ao Quadro de Honra, onde terminou o Curso Geral dos Liceus e completou o Curso Complementar.

Em 1950 concluiu o seu curso na Escola do Magistério Primário da Horta e em 1951 iniciou a sua atividade profissional, tendo lecionado na ilha do Faial nas freguesias de Angústias, Pedro Miguel, Feteira, Praia do Almojarife e Matriz. Também lecionou as disciplinas de História e Português nas Escolas Preparatória e Secundária da Horta.

Em 1969, foi nomeada para exercer interinamente as funções de professora de Didática Especial, Legislação e Administração Escolar, no quadro da Escola do Magistério Primário da Horta, onde lecionou durante vinte anos.

Após prestação de provas públicas, em Lisboa, efetivou-se na Escola do Magistério Primário da Horta, transitando, assim, para o então Ensino Médio.

De 1978 a 1989 assumiu o cargo de Diretora da Escola do Magistério Primário da Horta, tendo sido a sua última diretora.

Após o encerramento da Escola do Magistério Primário da Horta, a Professora Maria Simas continuou a lutar pela continuidade da formação de professores na Horta, tendo sido, entre 1990 a 1995, a responsável pelo, também extinto, polo

da Horta do CIFOP – Centro Integrado de Formação de Professores, o que lhe permitiu negociar a extensão do ensino da Universidade Aberta à Horta.

Esta distinta professora e cidadã exemplar era ainda sócia da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta e uma sua colaboradora, sobretudo, na área da educação.

O percurso profissional e social da Professora Maria Simas, foi sempre merecedor de apreço por parte dos seus alunos e dos cidadãos em geral, bem como, de diversas instituições.

Em 1996, o Município da Horta, no âmbito das comemorações de elevação da Horta de Vila a Cidade, distinguiu-a com o Diploma de Reconhecimento e em 2013, foi agraciada no Dia da Região, pelos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores, com a Insígnia Autonomica de Dedicção.

No passado dia 8 de março, na celebração do Dia da Freguesia, a Junta de Freguesia da Matriz, do Concelho da Horta, efetuou-lhe uma justíssima homenagem pública, a título póstumo.

A generosidade, o espírito de bem servir com que sempre desempenhou a sua profissão e a forma empenhada como assumiu as suas responsabilidades de cidadã, fizeram da Professora Maria Simas uma figura pública incontornável da sociedade faialense e açoriana. O seu falecimento deixa-nos a todos mais pobres.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Professora Maria de Simas Cardoso.

Mais se propõe que do mesmo seja dado conhecimento aos seus familiares e à Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 22 de março de 2018.

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Luís Garcia, Carlos Ferreira e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Dona Maria Simas nasceu na Horta muito antes do seu tempo. Os anos passavam e ela mantinha o inconformismo e a acutilância de um pensamento sempre jovem e talvez por isso foi uma mulher que marcou muitas gerações desde avós a netos no Faial.

Falava sempre de uma forma afável, quase como quem está a segredar e nunca precisou de levantar o tom de voz para se fazer ouvir.

Ela, sim, levou muitos meninos à escola pela mão e deixou um enorme e valiosíssimo legado no que se refere à educação.

Saibamos nós dignificar, saibamos nós respeitar e essa será sim a melhor homenagem que lhe podemos fazer.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Monsenhor Francisco Caetano Tomás. Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha pelo PS.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

O Monsenhor Francisco Caetano Tomás, nasceu na freguesia do Lajedo, concelho das Lajes das Flores, em 12 de setembro de 1924.

Faleceu no passado dia 25 de janeiro, em Angra do Heroísmo.

Monsenhor Caetano Tomás, como era mais conhecido, iniciou os seus estudos no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo em 1938, e de seguida, na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, nos anos de 1947 a 1954, onde se licenciou em Teologia e Filosofia e foi ordenado sacerdote em 1950.

Durante a sua formação sacerdotal e em simultâneo fez, também, alguns cursos de Matemática, Física e Métodos Científicos, na Universidade de Roma.

Entre os anos de 1951 a 1953 esteve em Inglaterra onde aprendeu Inglês e Psicologia.

Regressou aos Açores em 1954 e fixou-se em Angra do Heroísmo, tendo iniciado a sua carreira docente no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo.

Foi docente na Escola do Magistério Primário e na Escola Superior de Enfermagem, em Angra, com a responsabilidade da docência do ensino em Psicologia.

Foi autor e responsável por vários programas difundidos pelo Rádio Club de Angra e RTP-Açores, editou vários livros sobre Psicologia e Teologia e uma obra intitulada “Pessoas – Traços e Comportamentos”.

A par da sua atividade como padre, Monsenhor Caetano Tomás, no âmbito da ação pastoral da Igreja, destacou-se na introdução do aconselhamento psicossocial, nomeada e especialmente em matérias matrimoniais e de família,

que lhe valeram ter sido nomeado Cónego da Sé Catedral de Angra e distinguido com o título de Monsenhor.

Desde 1980 e durante cerca de três décadas, Monsenhor Caetano Tomás foi Capelão de Convento de São Gonçalo e da Casa de Saúde de São Rafael, ambas na cidade de Angra do Heroísmo.

O Senhor Bispo dos Açores, D. João Lavrador, expressou o seu lamento aquando da morte do Monsenhor Caetano Tomás afirmando, e passo a citar: “Julgo que todos devemos estar gratos pela maneira como foi capaz de ser padre e como ajudou outros a serem padres”. Fim de citação.

O Monsenhor Caetano Tomás foi uma das figuras mais influentes e relevantes da Igreja açoriana.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais em vigor propõe a esta Assembleia reunida em sessão plenária a aprovação deste Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Francisco Caetano Tomás e dele seja dado conhecimento à sua família, ao Reitor do Seminário Episcopal e à Diocese de Angra.

Horta, Sala das Sessões, 22 de março de 2018.

Os Deputados, Domingos Cunha, André Bradford, José Ávila, Maria de Fátima Ferreira e Maria Isabel Quinto

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se também ao falecimento de Monsenhor Francisco Caetano Tomás. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo pelo PSD.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Monsenhor Dr. Francisco Caetano Tomás

Natural da freguesia do Lajedo, concelho de Lajes das Flores, onde nasceu em 12 de setembro de 1924, filho de Francisco José Tomás e de Maria Rodrigues Tomás.

Completo o ensino primário na freguesia da sua naturalidade, em julho de 1937, ingressando no Seminário Episcopal de Angra em 31 de outubro de 1938, onde desde cedo se distingue pela sua inteligência e controvérsia filosófica. Por essa razão é convidado a ir continuar os estudos universitários em Roma, para onde seguiu em outubro de 1947. Lá é ordenado presbítero a 4 de março de 1950, celebrando Missa-Nova três dias depois na Igreja de Nossa Senhora de Fátima daquela cidade.

Obteve, com distinção, as licenciaturas em Teologia e Filosofia e, depois, em Matemática.

Regressado aos Açores, passou, a partir de 1954, a fazer parte do Quadro de Professores do Seminário Episcopal de Angra, onde lecionou várias disciplinas: Matemática, Física, Filosofia, Teologia, Português e História.

No Liceu de Angra do Heroísmo foi professor de Filosofia, Inglês, Português e História.

Na Escola de Enfermagem dessa mesma cidade lecionou Psicologia e Religião e Moral, o mesmo acontecendo na Escola do Magistério Primário.

Proferiu centenas de palestras e conferências sobre os mais diversos temas da sua especialidade — Espiritualidade, Ciência e Psicologia, perante variado público civil, militar e religioso, sendo sempre reconhecido pelos seus vastos conhecimentos académicos e dotes oratórios.

Manteve durante muitos meses um programa de Palestras na Rádio Clube de Angra, intitulado “Psicologia na Vida”, e depois na RTP/Açores, durante uma série de 26 programas.

Colaborou assiduamente em diversos jornais, nomeadamente “A União”, “Diário Insular”, “As Flores”, “Direto” e “Jornal do Ocidente”.

Publicou diversos livros sobre Psicologia e variados trabalhos sobre espiritualidade e psicologia, onde se destacam entre outros, pelo seu caráter científico, os trabalhos intitulados “O segundo filho do mesmo sexo” e “A imagem do pai nas atitudes religiosas”, publicados nas revistas “Atlântida” e “Lúmen”, respetivamente.

Desde os Cursos Preparatórios para o Matrimónio, participação e formação nos mais variados Movimentos, à Psicologia Clínica e orientação de muitas reuniões com jovens e adultos, toda a sua ação se direcionou na busca da verdadeira dignificação humana.

Viajou por dezenas de países onde proferia palestras em português, francês, inglês e italiano, línguas que, a par do latim, dominava com fluência.

Foi agraciado por várias instituições civis e religiosas, onde se incluem as Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Lajes das Flores.

Foi nomeado cônego em 1962 e em 1983 recebeu o título de Monsenhor. Foi nomeado Assistente Diocesano da Ação Católica Independente, Examinador

Pró-Sinodal e Diretor do Secretariado das Vocações, Assistente Diocesano da Ação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina e exerceu o cargo de Prefeito de Estudos do Seminário Episcopal de Angra.

Enquanto pode, passava as férias de verão nas Flores, onde era muito estimado, mas escolheu para sua casa o Seminário de Angra onde viveu e dedicou toda a sua vida.

Com 93 anos de idade, faleceu a 25 de janeiro do corrente ano, na cidade de Angra do Heroísmo, onde foi sepultado no dia seguinte.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Francisco Caetano Tomás, do qual deve ser dado conhecimento à família e a Dom João lavrador, Bispo de Angra, Assembleia Municipal das Lajes das Flores e Junta de Freguesia do Lajedo.

Horta, Sala das sessões, 22 de março de 2018.

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Bruno Belo e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Luís Carlos Ferreira Gambão, mais conhecido por Dominique, subscrito pelos Grupos Parlamentares do CDS, PSD e PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Carlos Ferreira Gambão,
“Dominique”**

Existem seres humanos fantásticos! Luís Carlos Ferreira Gambão, conhecido por todos como “Dominique”, é certamente um deles, não só pela forma desprendida que ajudava o próximo, como pela forma dedicada que amou o Desporto e em particular o seu clube de coração, o Grupo Desportivo Velense. Nasceu em São Jorge, em 6 de junho de 1964, onde viveu até aos 3 anos de idade, tendo posteriormente vivido na Ilha Santa Maria, entre os anos de 1967 e 1969, regressando depois novamente à Ilha que o viu nascer.

Desde sempre, foi um apaixonado pelo futebol. Começou a jogar nas camadas jovens, numa altura em que ainda não existiam campeonatos organizados, e o então Guarda Fiscal Amaral organizava duas equipas, o Benfica e o Sporting, para que os miúdos pudessem desfrutar e praticar o seu desporto de eleição. Ainda com tenra idade, “Dominique” demonstrou logo ser um atleta de eleição, acima da média, seja no toque de bola e na capacidade de finalização.

O seu primeiro jogo, na equipa de sénior do clube, ocorreu na Ilha das Flores, quando ainda só tinha 14 anos, num jogo amigável que se realizou para passarem o tempo, dado o cancelamento da viagem de regresso. A partir daí começou a jogar na equipa principal, apesar de ainda ser muito novo.

Com a expansão do futebol federado e com a chegada do associativismo à ilha de São Jorge, o Grupo Desportivo Velense elaborou os seus estatutos a 14 de julho de 1983 e filia-se a 18 de outubro do mesmo ano na Associação de Futebol de Angra de Heroísmo.

“Dominique” nesta fase enquanto jogador conquista inúmeros títulos na ilha de São Jorge, contribuindo para que o seu Grupo Desportivo Velense fosse o clube com mais títulos na ilha de São Jorge, contribuindo para que a sua geração conquistasse 11 títulos de campeão de ilha consecutivos, tendo sido por vários anos “Capitão de Equipa”.

Destaque para a época de 1986/87, onde para além da conquista de todas as provas a nível de Ilha, conquista o título de Campeão da Associação de Futebol de Angra de Heroísmo, sendo o primeiro clube de São Jorge a representar esta associação na “Taça dos Clubes Campeões Açorianos”.

Na época de 1993/94, ano em que não existiu provas organizadas pela Associação de Futebol de Angra de Heroísmo na Ilha de São Jorge, sagra-se Campeão Nacional de INATEL, no Estádio 1º de Maio, em Lisboa, no dia 12 de junho de 1994.

Destaque ainda, devido ao serviço militar obrigatório na ilha Terceira, ter jogado no Clube Desportivo do Posto Santo e no Sport Club Lusitânia.

Mesmo depois de “pendurar as chuteiras”, somente como jogador, continuou o seu trabalho e dedicação ao Desporto e ao Futebol, fazendo sempre parte dos corpos dirigentes do Grupo Desportivo Velense, desde vogal, Vice-Presidente, e Presidente, acumulando sempre com funções de treinador das camadas jovens ou dos seniores, onde encarnou o papel de Pai e Formador de inúmeros jovens.

Enquanto Dirigente assistiu o seu Clube sagrar-se novamente Campeão da Associação de Futebol de Angra de Heroísmo, na época de 2001/2002, mas desta vez com a consequente subida à Série Açores, onde permanece por quatro

épocas. Por último, referir ainda a conquista da terceira Taça da Associação de Futebol de Angra de Heroísmo na época de 2006/2007, como treinador adjunto. “Dominique” foi, assim, um forte impulsionador e entusiasta do desporto, nomeadamente do “desporto rei” – o futebol, com impactos visíveis em inúmeras gerações de atletas jorgenses que partilharam com ele a sua alegria pelo futebol, pelo desporto, pela vida em grupo e em sociedade.

Foi sempre um elemento ativo, dinâmico, responsável e disponível, reconhecido por todos em São Jorge, mas também a nível Regional, desenvolvendo um percurso e um trabalho exemplar, nomeadamente pelo seu Grupo Desportivo Velense, sendo esse mesmo trabalho reconhecido pela Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, onde foi distinguido com a categoria de Sócio Honorário.

Em outubro de 2013, na XII Gala do Desporto Açoriano, a Região Autónoma dos Açores distinguiu-o com o prémio “Personalidades”, pelo seu percurso de 30 anos como dirigente do Grupo Desportivo Velense, como uma figura incontornável daquele Clube, mas também do futebol Açoriano.

A sua paixão pela prática desportiva era uma constante de vida, e como tal, no passado dia 24 de fevereiro, participou no Columbus Trail. Novo desafio pessoal que desejava atingir e ultrapassar. Quis a vida que fosse o seu último evento desportivo, curiosamente na terra onde tinha vivido há sensivelmente 50 anos atrás, Santa Maria.

Com o seu desaparecimento ficou mais pobre o futebol jorgense e o desporto Açoriano.

No comunicado do Grupo Desportivo Velense que assinalou a partida de “Dominique”, a coletividade Velense regista, passo a citar: “A sua determinação, carácter, dedicação, paixão e amor pelo próximo, fizeram do Grupo Desportivo Velense um Clube de referência nos Açores, as suas conquistas e ensinamentos são, ainda hoje, a razão do sucesso desportivo do

Clube que ecoarão para sempre no coração daqueles que sempre o acompanharam”.

Muitas são as histórias, os momentos para contar e partilhar de todos aqueles que ao longo da vida se cruzaram com ele, onde o companheirismo, dedicação e boa disposição são uma constante, e a todos nós, nos irá fazer muita falta!

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os Grupos Parlamentares do CDS-PP, PSD e PS propõem que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprove o presente Voto de Pesar pelo falecimento precoce de Luís Carlos Ferreira Gambão, mais conhecido por “Dominique”.

Deste Voto deve ser dado conhecimento à sua família, ao Grupo Desportivo Velense e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, André Rodrigues e António Pedroso

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar do momento difícil Dominique merece que eu tenha a capacidade de falar um pouco neste momento.

Em nome da família queria agradecer o voto aqui apresentado. Foi com agrado que recebi a intenção dos camaradas do Partido Socialista e também dos colegas Deputados eleitos pela ilha de São Jorge para com a proposta de fazer este voto conjunto.

Queria também em nome da família agradecer ao Sr. Dinis e aos Bombeiros Voluntários de Santa Maria, aos colaboradores da Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria e aos atletas do Columbus Trail que ajudaram a fazer o impossível.

Queria também agradecer aos atletas que compreenderam a decisão e à organização pela sua decisão de interromper esta prova, mas de forma nenhuma o Dominique gostaria que este episódio levasse ao fim desta prova.

Quero também agradecer à Sata, à Assembleia Municipal da Vila do Porto, aos Deputados de Santa Maria (à Bárbara, ao João, ao Paulo), à Sra. Mena e ao Sr. Rosélio pela forma como nos ampararam em sua casa.

A todos aqueles que nos dirigiram uma palavra de carinho e de conforto.

Muito ficou por dizer, por fazer, por conquistar e por viver.

Resta-nos continuar a viver intensamente como ele, continuar o seu legado na formação de jovens através do desporto tornando-os melhores homens e mulheres para o futuro. Seguir o seu exemplo de trabalho e dedicação às nossas instituições, tornando-as vivas e dinâmicas. Esta será a melhor forma de honrar e de o homenagear.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Carlos Alberto Medeiros. É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto Pesar

Falecimento de Carlos Alberto Medeiros

As pessoas são recordadas por aquilo que fizeram na vida e pelo legado que deixaram. Carlos Alberto Medeiros fica na história do desporto Açoriano pelos resultados alcançados e pelos atletas que criou. E podemos dizê-lo, neste caso, no seu mais amplo significado. Criou atletas que treinou e criou um filho André e uma filha Helena que herdaram do pai o gosto, a dedicação e o talento que os fez campeões em modalidades tão diversas como o atletismo, o golfe e o padel. Carlos Alberto Medeiros jogou futebol no extinto Micaelense Futebol Clube, no Oliveirense da Fajã de Cima, aquando da subida da equipa à 3ª divisão, e no União Micaelense. Praticou também Hóquei em Patins, Andebol, Equitação e Atletismo.

Talvez por isso o Clube União Micaelense considerou-o, provavelmente, o mais completo Atleta dos Açores. Muito inconstante, frontal, polémico, rebelde por natureza, Carlos Alberto Medeiros ficou, por vontade própria pode-se dizer, aquém daquilo que chegou a prometer. Mesmo assim foi um atleta brilhante.

No Atletismo, modalidade em que mais se destacou Carlos Medeiros, iniciou e finalizou a carreira no União Micaelense, chegando a campeão nacional aos 20 anos e com apenas dois meses de prática. Passou pelo Benfica clube que abandonou para regressar aos Açores, onde também representou o Clube de Atletismo da Lagoa.

Campeão de Portugal de Salto em Comprimento por três vezes em 1979, 1985 e 1986, e uma vez em pista coberta, em 1987.

Começou a destacar-se no atletismo, a nível nacional em 1985, ao bater o recorde de Portugal do salto em comprimento que já tinha 23 anos.

Manteve este recorde nacional, que melhorou duas vezes, durante cinco anos.

No seu currículo de destacar ainda 4 internacionalizações por Portugal.

Faleceu a 3 de março passado, depois de prolongada doença, com 58 anos.

Fazia parte de um conjunto de atletas que tanto tem prestigiado os Açores nas chamadas modalidades desportivas individuais.

Para além dos resultados deixa um contributo significativo como treinador de um grupo notável de atletas, onde se incluem os seus filhos.

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 22 de março de 2018 emita este voto de pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Medeiros.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família de Carlos Alberto Medeiros, à Federação Portuguesa de Atletismo e ao Clube União Micaelense.

Horta 22 de março de 2018

Os Deputados, Pedro Moura, André Bradford, Francisco César e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao falecimento de Carlos Alberto Medeiros, pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Carlos Alberto Medeiros

Faleceu no passado dia 3 de março, aos 58 anos de idade, em Ponta Delgada, Carlos Alberto Medeiros, antigo recordista de Portugal de Salto em Comprimento.

Dizer que Carlos Alberto Medeiros foi o mais talentoso atleta açoriano não é passar ao lado da verdade. Com efeito, o jovem que começou por jogar futebol no "Micaelense", desde cedo mostrou qualidades acima da média, tendo-se revelado ao longo da vida como um praticante de eleição, qualquer que fosse a modalidade, e independentemente da disciplina em causa.

Mas foi no Atletismo que mais se destacou, estando presente na memória de muitos o inesperado título nacional de Salto em Comprimento, conquistado em 1979, quando era ainda um ilustre desconhecido das pistas continentais. E em que terá chegado sozinho ao Estádio de Alvalade, sendo olhado com algum desdém pelos seus adversários. Afinal, o contraste para a pequena caixa de saltos do Liceu Antero de Quental, em que treinava, deixava antever um fosso nas marcas. Quando saltou 7m66, fez admirar o país desportivo.

Seria campeão nacional por mais duas ocasiões, em 1985 e 1986, tendo sido recordista nacional daquela especialidade entre 1985 e 1990, depois de bater a marca histórica de Pedro de Almeida. Os 7m71 que guardou como o seu melhor registo, ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, ainda hoje seriam resultado de relevo no panorama português.

Foi internacional português em quatro ocasiões, isto numa altura em que as representações nacionais se deslocavam bem poucas vezes aos grandes palcos do Atletismo.

Sobre ele, comentou um dia o seu técnico - Jorge Proença, nome grande do Atletismo nacional -, qualquer coisa como "era um diamante em bruto, mesmo se difícil de lapidar". De facto, o espírito voluntarioso e a frontalidade foram sempre características do grande atleta, que nos deixou há poucas semanas.

Afastado das pistas a tempo inteiro, nunca se desligou da modalidade, tendo enveredado pela carreira de treinador, mantendo a prática desportiva com menos fulgor, o que ainda dava para ganhar títulos regionais e, ocasionalmente, competir a nível nacional. De destacar o seu trabalho junto de atletas portadores de deficiência, aos quais soube transmitir as noções do desporto e da superação pessoal com assinalável sucesso.

Em 2017, a doença traiu-o, e a longa convalescença sofrida acabou por fazê-lo partir cedo demais.

As suas qualidades desportivas, e o inegável talento para várias modalidades, foram seguidas pelos filhos André e Helena. O primeiro foi um grande campeão no Atletismo, onde o pai o orientou durante vários anos, sendo hoje um dedicado profissional de golfe, sendo que tem atingido resultados de relevo. Helena ostenta o título de vice-campeã europeia de Padel, modalidade de que tem sido uma verdadeira embaixadora, representando por várias vezes a seleção nacional.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do atleta Carlos Alberto Medeiros, do qual deve ser dado conhecimento à família, assim como à Associação de Atletismo de São Miguel e à Federação Portuguesa de Atletismo. Horta, Sala das Sessões, 22 de março de 2018.

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto desta manhã refere-se ao falecimento de José Arlindo Armas Trigueiro. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

José Arlindo Armas Trigueiro

Faleceu na Horta, no passado dia 10 de março, José Arlindo Armas Trigueiro.

José Arlindo Armas Trigueiro nasceu a 4 de setembro de 1936, na Freguesia da Fazenda, Ilha das Flores. Depois de fazer a instrução primária, dedicou-se desde tenra idade à ajuda nos trabalhos agrícolas da família e ao trabalho nas obras de construção da estrada Lajes-Santa Cruz.

Pela primeira vez saiu das Flores para cumprir o serviço militar na Base Aérea nº 4 de 1957 a 1959. No ano seguinte fez exame do 1º Ciclo dos Liceus e ingressa nas fileiras da PSP, na Cidade da Horta, onde mais tarde concluiu o Curso Geral dos Liceus.

Ainda em 1963 ingressou na Direção Geral de Contribuição e Impostos como Aspirante de Finanças, onde depois de estagiar na Horta, foi colocado na Lourinhã, passando pelas Lajes do Pico e em 1966 foi nomeado 3º oficial na Direção de Finanças da Horta, passando pela chefia da Repartição de Finanças das Lajes das Flores.

Mais tarde ascendeu às categorias de Técnico Verificador e de Perito de Fiscalização Tributária, passando pelas Direções de Finanças de Santarém e da

Horta. Depois de aprovado como supervisor Tributário é colocado na Direção de Finanças de Angra do Heroísmo onde exerceu o cargo de Diretor Distrital de Finanças e em novembro de 1995 passou à situação de aposentado.

Entretanto, na sequência da Revolução do “25 de abril” tornou-se militante do PPD/PSD, do qual foi um dos seus fundadores no então Distrito da Horta tendo exercido vários cargos Regionais e Locais. Em Representação do Partido e do Distrito da Horta fez parte do “Grupo dos Nove”, designado pela Junta Regional dos Açores, que elaborou em 1975/1976 o anteprojeto do Estatuto Político-administrativo dos Açores.

Em 1976 foi eleito Deputado pelo Círculo Eleitoral das Flores na primeira Legislatura da Assembleia Regional dos Açores, onde colaborou na instituição dos órgãos de poder Açorianos e foi Secretário da Mesa da Assembleia.

Foi também Chefe de Gabinete do então Secretario Regional dos Transportes e Turismos, Alberto Romão Madruga da Costa.

A partir da sua aposentação, dedicou-se à investigação histórica e à sua expressão como cronista. Foi autor de inúmeras obras onde se destacam “*Do Estado Novo à Autonomia-Memorias 1937 a 1980*” e “*Açores 20 anos de Autonomia (contributo histórico) - 1976 a 1996*”.

Colaborou ainda com diversos jornais, com artigos de natureza política e histórica, designadamente “*Correio da Horta*”, “*Potuguese Tribune*” da Califórnia, “*Jornal o Monchique*”, “*Telégrafo*” e “*Tribuna das Ilhas*”

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Arlindo Armas Trigueiro, do qual deve ser dado conhecimento à família, aos Municípios das Lajes das Flores e da Horta, às Assembleias Municipais das Lajes das Flores e da Horta e à Junta de Freguesia da Fazenda.

Horta, Sala das Sessões, 22 de março de 2018.

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Bruno Belo, Luís Gracia e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Manuel Pereira. Tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente que se associa a este voto de pesar pelo falecimento de José Arlindo Armas Trigueiro, um florentino que subiu na vida a pulso, desde logo como aqui foi referido no voto apresentado que acabou de ser lido, ter só iniciado a sua formação académica após o serviço militar, porque à data não existia na ilha das Flores mais ensino para além do ensino primário.

Enquanto profissional foi um profissional competente e respeitado, enquanto político teve um papel interveniente na criação da nossa autonomia e mais tarde, quando aposentado, dedicou-se efetivamente à escrita e foram vários os livros que escreveu sobre a história da ilha Flores que muito contribuirão para memória futura.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora fazer o intervalo.

Regressamos às dez para o meio dia.

Eram 11 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os trabalhos do PTAP.

Segue-se agora uma comunicação do Governo à Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Dispõe de 10 minutos.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Subo hoje a esta tribuna para apresentar o Plano de Ação para a Reestruturação do Setor das Pescas dos Açores.

Um documento que resultou de um trabalho de análise que foi realizado tendo em consideração também os contributos dos nossos parceiros do setor.

Este é um documento que pretende dar continuidade e aperfeiçoar as políticas regionais que têm vindo a ser delineadas para as Pescas na Região.

Como sabem, em 2016, o Governo iniciou um trabalho de análise com vista a reestruturar o setor das pescas.

Quisemos avaliar, de uma forma séria, de que modo era possível ajustar o esforço de pesca, numa lógica de gestão progressiva e adaptativa, para garantir a manutenção da sustentabilidade económica, ambiental e social desta atividade na Região, face às dinâmicas e alterações permanentes típicas deste setor, resultantes dos avanços tecnológicos, das dinâmicas ambientais, das alterações das frotas e seus regimes de operação e também das dinâmicas dos mercados.

Temos sido acusados por alguns partidos da oposição de fazer “anúncios inconsequentes de resgates e relatórios” sobre o setor da pesca.

A verdade é que as medidas que constam deste Plano, que surge numa sequência lógica de outras iniciativas e medidas já implementadas, e que darei a conhecer às senhoras e senhores deputados, são fruto do Grupo de Trabalho que foi criado para este efeito e que já foi apresentado aos parceiros no último Conselho Regional das Pescas.

Minhas senhoras e meus senhores:

Sempre que for preciso alterar uma lei ou uma determinada orientação política neste setor, não o deixaremos de fazer.

Estar na política e, em particular, tutelar as pescas, é isso mesmo: avaliar em cada momento a situação e tomar decisões.

E, enquanto Secretário Regional com a tutela das Pescas, escolherei sempre, e em consciência, defender e adotar as medidas que acredito que irão favorecer o setor, sempre em diálogo com os nossos parceiros sociais e colocando no centro das políticas as pessoas que têm nas pescas o seu modo de vida e os recursos naturais, que temos obrigação enquanto sociedade de preservar para as gerações vindouras.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Todos sabemos que as pescas são uma atividade que enfrenta, mundialmente, grandes desafios e que, pela sua natureza e conhecimento científico disponível, contém um grau de incerteza e de complexidade elevado.

Perante quaisquer desafios, temos sempre duas opções: ou baixamos os braços e desistimos ou vamos à procura de soluções.

Nós não baixámos os braços.

Este Plano de Ação para a Restruturação do Setor das Pescas pretende, precisamente, encontrar soluções para esses desafios, tendo, para isso, sido delineados quatro eixos de ação, nomeadamente:

- o Reajustamento da Frota e do Esforço de Pesca;
- a Mobilidade de Pescadores;

- a Gestão dos Recursos de Pesca;
- e o Controlo e Fiscalização da Atividade da Pesca.

No âmbito do Reajustamento da Frota, temos neste momento em consulta dos parceiros do setor uma portaria que prevê um “Regime de Apoio à Cessação Definitiva da Atividade da Pesca Comercial”, e que corresponde a um investimento de cerca de 600 mil euros.

Trata-se de um apoio à retirada de embarcações com comprimento inferior a 12 metros, que visa incidir sobretudo nas ilhas em que a área disponível, por embarcação, é menor e os rendimentos por tripulante são mais reduzidos.

Os apoios previstos, cujo limite máximo é de 30 mil euros por embarcação, têm como finalidade compensar os armadores com menor produtividade, pela cessação definitiva da atividade, com o objetivo de reforçar a conservação e exploração sustentável e inteligente dos recursos e assegurar níveis de rentabilidade adequados ao setor.

Ainda no âmbito do Reajustamento da Frota e do Esforço de Pesca, o Governo tem investido na escolarização, na formação e na reorientação profissional dos nossos pescadores.

Temos exigido mais rigor no acesso à atividade da pesca e estamos a reforçar os cursos de pescador, de arrais e de condução de motores, dando prioridade a formandos que exercem atividade há dois ou mais anos, com autorizações provisórias de embarque, em situação precária, e que vão passar a exercer funções permanentes, correspondentes à sua categoria.

Estamos também a desenvolver oferta formativa para educação e formação de adultos, adotando um modelo de dupla certificação que permite, ao mesmo tempo, a escolarização e a profissionalização em diferentes categorias na pesca.

Implementámos, na Terceira e em São Miguel, cursos de 300 horas - alguns já terminados, outros ainda a decorrer - que permitem que os pescadores obtenham graus de escolaridade, nomeadamente a 4.^a classe, o 6.^o e o 9.^o anos.

E Sras. e Srs. Deputados, quão recompensador é observar esta mudança.

Todos estes cursos que arrancaram no final de 2017 irão abranger, no total, e até junho deste ano, mais de quatro centenas de profissionais da pesca.

No que respeita a novas soluções para a reorientação profissional dos pescadores, iremos promover uma campanha de sensibilização junto das comunidades piscatórias, nomeadamente em São Miguel, para incentivar alguns ativos da pesca a ingressarem em cursos promovidos pelas Escolas Profissionais no próximo ano letivo.

No âmbito do Eixo 2 do Plano de Ação para a Restruturação das Pescas, vamos dar início a um “Regime de Apoio à Mobilidade de Pescadores”, que conta com um investimento de 75 mil euros para este ano.

Esta medida pretende ser uma resposta a dois constrangimentos identificados pelo Grupo de Trabalho: o número excessivo de pescadores por embarcação nalgumas ilhas, que contribui significativamente para os seus menores rendimentos, e, simultaneamente, a falta de pescadores em algumas ilhas e segmentos da frota.

Pretendemos, por isso, fomentar a mobilidade de tripulantes destes segmentos da frota para embarcações onde existe dificuldade de recrutamento de recursos humanos.

Na prática, com este regime, iremos apoiar, durante um período que pode ir entre quatro e oito meses, a mobilidade de pescadores açorianos para o exercício da atividade em diferentes embarcações de pesca costeira, que necessitam de tripulantes, como é o caso da frota atuneira.

Este apoio não reembolsável terá um valor mensal de 300 euros, quer para cada armador beneficiário, quer para cada pescador contratado, adequando-se,

simultaneamente, o número de pescadores ao esforço de pesca e garantindo mais oportunidades de trabalho e melhores rendimentos.

Minhas senhoras e meus senhores:

Sobre o Eixo 3, Gestão dos Recursos da Pesca, gostaria de destacar algumas medidas legislativas que o Governo adotou desde o ano passado e que têm contribuído para a sustentabilidade dos recursos piscícolas, para a valorização dos produtos da pesca e para o aumento do rendimento dos profissionais do setor, nomeadamente a gestão da quota de goraz e a gestão da quota do imperador e alfonsim, o novo modelo de gestão de capturas de chicharro, os novos critérios de atribuição de licenças da pesca na Região, a alteração à regulamentação da pesca por armadilha e ainda a regulamentação da pesca apeada comercial, na modalidade de pesca à linha, uma medida solicitada pelo setor e que veio permitir que os pescadores possam vender peixe capturado a partir da costa em alturas que não podem ir para o mar.

Mas continuamos a rever a legislação e temos um conjunto de medidas legislativas que estão a ser elaboradas, e que vamos colocar à discussão das associações da pesca.

Ainda esta semana procedemos à regulamentação única do funcionamento geral das lotas, entrepostos frigoríficos, postos e veículos de recolha de pescado.

Estamos a preparar legislação sobre métodos de pesca, como as redes de emalhar costeiras, com o objetivo de diminuir o número de redes licenciadas na Região e estabelecer um limite máximo de redes por ilha.

Pretendemos, também, criar uma área de proteção da orla costeira, proibindo a utilização destas artes de pesca a uma determinada distância da costa.

Também estamos a proceder a alterações na regulamentação da pesca à linha, visando proibir a utilização de estralhos de aço na pescaria de palangre de superfície, para evitar a captura acessória de determinadas espécies altamente vulneráveis.

Também consideramos necessário proceder a alterações do regulamento do método de pesca por apanha, estabelecendo um novo limite máximo de captura por apanhador por dia e no número de apanhadores, que irá depender da dimensão de cada ilha.

Vamos também aplicar novos totais admissíveis de captura por espécie.

Esta será uma regulamentação precaucionária que imporá limites máximos de captura para um conjunto de espécies demersais cujos os indicadores de abundância assim o aconselham ou que sejam reconhecidamente mais vulneráveis, nomeadamente o Congro, a Melga, a Abrótea, o Boca Negra, o Cântaro, o Mero e a Veja.

Deste modo, pretendemos manter os atuais níveis de exploração, não permitindo, no entanto, por precaução, um aumento das suas capturas.

Por fim, o Eixo 4 do Plano de Ação diz respeito ao "Controlo e Fiscalização da Atividade da Pesca", uma área em que se constatou um aumento de missões e inspeções por parte da Inspeção Regional das Pescas durante 2017, na ordem dos 15%, sendo que para este ano reforçámos em mais 8% o investimento na atividade inspetiva em todas as ilhas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Para além das medidas de fiscalização em curso, o Governo decidiu arrancar este ano com o Plano de Ação de Controlo da Pesca dos Açores, que consiste num conjunto de medidas que têm como principal objetivo potenciar a capacidade de controlo em matérias como a fuga à lota e a comercialização de pescado que não cumpre as regras de gestão legalmente estabelecidas.

Queremos trazer mais justiça para o setor, na medida em que o nosso objetivo é que aqueles que cumprem a lei sintam que são beneficiados por isso.

E é importante que todos os profissionais da pesca percebam que quem não cumpre a lei está, na verdade, a prejudicar-se a si e a todo o setor.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: No âmbito deste eixo, as medidas dividem-se em quatro áreas de ação:

- o Funcionamento dos Portos e Locais de Desembarque de Pescado;
- a Videovigilância de Áreas com Restrição à Pesca;
- a Utilização de Equipamentos de Monitorização Contínua (EMC);
- e o Controlo de Atividade da Pesca Lúdica.

No que respeita ao Funcionamento dos Portos e Locais de Desembarque de Pescado, estamos a fazer uma avaliação da lista de portos onde é permitida a descarga de pescado, pretendendo limitar-se as descargas exclusivamente aos portos onde existam postos de recolha.

Destaco também a videovigilância nos principais portos onde existem lotas e o aumento da videovigilância em áreas de restrição à pesca.

Serão instalados equipamentos no Banco Condor (apoiado por radar) e no canal Faial-Pico, durante o primeiro semestre deste ano; em São Jorge, na Ponta do Topo, durante o segundo semestre; e em São Miguel, nas áreas marinhas da Ribeira Quente, do Ilhéu de Vila Franca do Campo e da Caloura do Nordeste, durante o próximo ano.

Minhas senhoras e meus senhores:

Pretendemos levar a cabo a implementação de Equipamentos de Segurança e Monitorização Contínua, através do alargamento faseado do Sistema de Identificação Automático (AIS) às embarcações de pesca costeira que não são cobertas pela obrigação europeia de utilização destes equipamentos.

Prevemos que, ainda no decorrer do segundo semestre deste ano, seja possível iniciar a instalação deste sistema nas embarcações de pesca costeira e, para tal, iremos publicar uma portaria para que os armadores possam receber apoios para a instalação destes equipamentos.

No que respeita ao Controlo de Atividade da Pesca Lúdica, pretendemos alterar o modelo de licenciamento para esta atividade, promovendo medidas que garantam a recolha de dados para monitorização.

Neste sentido, o atual sistema de licenciamento será revisto e criada e discutida com os utilizadores uma plataforma para registo da pesca lúdica.

Em breve, discutiremos também com os pescadores lúdicos a situação do setor e novas medidas de regulamentação desta atividade, numa lógica de governação inclusiva, participativa, cooperativa e responsabilizante.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em traços gerais, são estas as linhas do Plano de Ação para a Restruturação do Setor das Pescas que este Governo acredita que será um contributo fundamental para assegurar a sustentabilidade ambiental, social e económica desta atividade nas nossas nove ilhas.

Para acompanhar a execução deste Plano, que tem, obviamente, um caráter dinâmico, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Terminou já, Sra. Presidente.

... será criado um grupo de trabalho, coordenado pelo Diretor Regional das Pescas e envolvendo as direções regionais do Emprego e Qualificação Profissional, da Solidariedade Social, dos Assuntos do Mar e da Educação, e ainda a Federação das Pescas dos Açores, a Inspeção Regional das Pescas e a Lotaçor.

Mas gostaria de salientar que, como sabem, há muito mais trabalho para além deste Plano.

Trabalho, esse, que iremos continuar a desenvolver em prol do setor das Pescas da Região.

Se é certo que atingimos - e bem - a exploração plena e sustentável de muitos dos nossos recursos e das mais valias que deles podemos retirar, é certo que, de outros, ainda podemos aproveitar mais e rentabilizá-los melhor.

Este é um desafio em que estamos empenhados e tudo faremos para mudar hábitos e paradigmas.

Com o empenho de todos os parceiros do setor, estou certo de que as pescas nos Açores têm futuro e possibilidades de contribuir ainda mais para a nossa economia e desenvolvimento.

Ainda antes de terminar, gostaria de frisar que para que qualquer profissão seja digna tem de haver uma retribuição justa de rendimentos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Neste sentido, e para além de todas as medidas do Plano de Restruturação do Setor, é fundamental que haja uma Convenção Coletiva de Trabalho nas Pescas, uma atividade onde, por tradição, prevalecem ainda relações laborais informais que importa combater.

Para tal, o Governo dos Açores conta com os parceiros do setor para que esta Convenção seja implementada o mais depressa possível.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem inscrições.

Relembro que cada Grupo e Representação Parlamentar usa da palavra uma única vez, por um período máximo de cinco minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não duvido da sua bem intencionada política e das suas intenções de querer fazer obviamente o melhor para as pescas, mas há um longo historial que V. Exa. é naturalmente herdeiro do Partido Socialista nesta matéria e eu devo dizer aos colegas deputados que sou neto de pescadores, cresci numa freguesia que é o Porto Martins, que era uma freguesia de pescadores e que devido às vossas políticas, às políticas do Partido Socialista, o Porto Martins transformou-se de uma freguesia de pescadores de uma freguesia de banhos. Os senhores tiraram os pescadores todos de Porto Martins, desenraizaram aquela gente e levaram-nos para a Praia da Vitória, fizeram a concentração dos barcos de pesca do Porto Martins que existia foram todos incentivados a sair, fecharam lotas e levaram para o porto da Praia, desenraizaram pessoas, descaracterizaram freguesias. Essa foi a primeira grande medida do Partido Socialista: desenraizar, descaracterizar as comunidades piscatórias.

Depois, Sr. Secretário, deu-se início àquilo que os senhores nessa matéria (é tudo mérito vosso) a frota pesqueira que existe hoje em dia dos 9 aos 12 metros, que os mais de 12 metros eram só para os grandes armadores, o Partido Socialista não queria ouvir falar de grandes armadores, mas hoje, Sr. Secretário, devo-lhe dizer que foram os senhores que construíram a invencível armada socialista de pesca ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... e a invencível armada socialista delapidou os recursos de pesca todos. Os senhores aprovaram a torto e a direito barcos e mais barquetas e mais barquinhos sem critério ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e depois o que aconteceu foi que delapidaram os recursos das pescas.

Os senhores, Sr. Secretário, é também herança sua, não formaram pescadores, basta olhar para o documento que o senhor nos entregou. Aliás, bem feito, bem estruturado, mas revelador daquela que é a realidade da formação dos pescadores. Negligenciaram durante anos, anos e anos a formação dos pescadores. Isso também é uma realidade, Sr. Secretário.

Depois, os senhores não formaram nem qualificaram esta gente.

E por último, Sr. Secretário, eu não percebo, segundo percebi do relatório, em mais de 500 embarcações que existem da invencível armada pesqueira socialista, os senhores vão acabar com 20, ou 30 ou 40.

Que impacto é que isto tem, gostaria que me explicasse, na diminuição do esforço de pesca, porque realmente eu não consigo atingir esse objetivo.

Também outra pergunta que lhe deixo, se puder esclarecer no fim, é qual é o objetivo da formação, porque eu não percebo esta gente depois da formação que os senhores lhes vão dar o que é que vão fazer?

Também não percebo.

Sobretudo se acha que dar 20 ou 30 mil euros a um pescador de 45 ou 50 anos que apenas sabe pescar, toda a sua vida fez isto, só aprendeu a pescar com o pai ou com o avô, se lhe dar 40 ou 50 mil euros vai lhe resolver alguma coisa na vida?

O que é que ele vai fazer a seguir?

É essa a pergunta que também não percebo do vosso projeto de requalificação das pescas.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PCP o sector da pesca é fundamental, estratégico e uma das alavancas para o desenvolvimento da economia da nossa Região.

O anúncio da intenção de abate de barcos anunciado por parte do Governo Regional é um rude golpe neste sector.

Este abate de embarcações só visa afastar largas dezenas, senão centenas de pescadores, a maior parte dos quais herdeiros de gerações e gerações de pescadores e desde sempre pertencentes a comunidades piscatórias.

Este abate visa a redução drástica da atividade, principalmente da que é sustentável para os recursos açorianos e irá, como é óbvio provocar mais desemprego num sector já de si com grandes problemas socioeconómicos.

Para quem não se recorde convém lembrar que há uma década existiam nos Açores cerca de 900 embarcações contra as menos de 600 que atualmente existem.

São números deveras elucidativos daquilo que tem sido a política relativamente a este sector e que esta política de abate de embarcações ainda mais vem agravar.

Pretender que a mão de obra atirada para o desemprego por esta política é uma mão de obra que facilmente será reconvertida para exercer outras atividades é esquecer que esta mão de obra especializada e verdadeiramente qualificada para o exercício da atividade piscatória dificilmente será, no atual quadro socioeconómico absorvível em praticamente nenhum dos sectores da nossa economia.

A sua absorção para além de enfrentar problemas como o elevado nível de desemprego e precariedade, exige uma elevada aposta na formação a fim de serem obtidas as necessárias qualificações para tal.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com estas medidas o Governo Regional irá lançar centenas de famílias e as suas comunidades na pobreza.

Esta política demonstra, claramente que quer o Governo Regional quer o Governo da República não têm de fato uma estratégia para as Pescas e que navegam à vista, subordinados aos desígnios das diretivas que lhe são impostas por Bruxelas e ao serviço das grandes frotas e depredadoras dos nossos recursos.

Que resposta tem este Governo Regional para as necessidades dos pescadores e da economia regional, em particular da economia da ilha de São Miguel e da Terceira que contabilizam 80% da frota regional e em particular daqueles que serão os mais desprotegidos, os assalariados na pesca?

Pode eventualmente o Governo afirmar que serão salvaguardadas as verbas que os pequenos armadores terão de pagar pelos compromissos e pelos investimentos que fizeram e foram obrigados a fazer?

Estamos perfeitamente cientes que não.

E o que farão a seguir, sem os seus instrumentos de trabalho?

A resposta parece-nos óbvia e deveras preocupante.

Para o PCP que acompanha com preocupação este novo ataque a este setor produtivo, a situação é deveras preocupante.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para nós, PCP o importante é o investimento nas pescas, e a prossecução de políticas que fomentem os aumentos dos rendimentos e dos salários dos pescadores.

Para o PCP, existem pilares fundamentais para a defesa deste sector como:

A formação dos pescadores;

A defesa em Bruxelas do alargamento da zona exclusiva para as 200 milhas;

A adequação de uma frota com capacidade para pescar entre as 100 e 200 milhas;

O aumento do rendimento e o valor do pescado na primeira venda;

Apoio a pescadores e famílias para fixar em outras ilhas;

Um escoamento do Pescado de forma rápida por via aérea;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! O avião cargueiro!

O Orador: Uma investigação e monitorização dos recursos que temos, sem as trapalhadas do fecho, por exemplo, do IMAR e da abertura do Okeanus e dos despedimentos que lhe são inerentes.

Realizar uma política coerente e consistente no setor das pescas implica a resposta a estas questões e implica um estudo sério que conduza à tomada adequada de medidas.

A estratégia para as pescas e para os pescadores, passa por lhes dar condições de vida valorizando a atividade produtiva, aumentando os seus rendimentos e o valor do pescado na 1ª venda, com uma política de respeito pelos recursos do mar.

O PCP afirma desde já que, pela sua parte, tudo fará para denunciar e travar mais esta ameaça ao setor das pescas, um dos sectores produtivos mais importantes para a economia açoriana.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Traz o Governo Regional a esta Casa um plano de ação para a reestruturação das pescas nos Açores, pena é que muitas outras vezes quando são apresentados planos, estudos não tenham o mesmo tratamento que este plano tem de ser

apresentado aqui, a esta Casa, perante todos os deputados e deputadas dos Açores.

Na generalidade em alguns pontos acompanhamos as preocupações aqui apresentadas pelo Sr. Secretário Regional, principalmente no que diz respeito à formação dos pescadores, à fiscalização e particularmente no que respeita à formação há muito que medidas que tenham como principal objetivo a qualificação dos pescadores e a sua formação profissional que são necessárias e que escasseiam nos Açores e pecam obviamente por tardias.

Com este plano de reestruturação o Governo Regional assume que as pescas passam efetivamente por dificuldades e que são necessárias alterações profundas. No entanto, e apesar das referências na intervenção do Sr. Secretário Regional, no plano não há qualquer referência àquilo que para o Bloco de Esquerda é algo que deveria já existir na pesca nos Açores, que é uma exceção, um caso excecional no país, e que não existe novamente referência neste plano, tendo já existido no passado noutros documentos do Governo Regional, que são a implementação de contratos de trabalho e a efetiva implementação dos contratos de trabalho na pesca continuando ainda até hoje a prática medieval de opinião que leva a que muitos pescadores (a grande maioria) tenham rendimentos verdadeiramente miseráveis nos Açores.

Existe efetivamente um processo negocial como referiu o Sr. Secretário Regional entre a Federação das Pescas e os diversos sindicatos. Esse processo negocial (e devo dizer) foi patrocinado pelo Governo Regional que financiou o apoio jurídico, mas apenas de um dos lados da Federação das Pescas, deixando os sindicatos de parte e assim tomando efetivamente um lado da negociação que está em curso. Este processo negocial com o patrocínio do Governo Regional parte de uma base salarial que foi pública, foi negociada de 150€, 150€ mensais.

Deputado Carlos Silva (PS): E no resto do país?

O Orador: Numa região que o Governo Regional fala muitas vezes que os Açores têm o salário mínimo mais alto do país. É verdade, mas na prática, nas pescas, querem ter um salário mínimo que está centenas de euros abaixo daquele que é o salário mínimo para todas as outras atividades e que vai partir de uma base de 150€. Ora, com isto nós não podemos obviamente concordar.

Para além disso, concluindo esta questão sobre os salários bastava que o Governo Regional dissesse neste plano que iria cumprir aquilo que já existe na legislação no que respeita aos contratos individuais na pesca que há anos, há décadas existe no resto do país.

Mas a grande novidade deste plano de reestruturação prende-se com o reajustamento e esforço da frota e esforço de pesca, mas aquilo que vemos é que não há reestruturação nenhuma, há apenas a cessação definitiva de uma parte da frota como foi aqui apresentado para embarcações, ou seja, as embarcações com menos de 12 metros.

Há previsto, segundo o Sr. Secretário, auxílios de até 30 mil euros para cada embarcação que tiver a sua licença revogada, por assim dizer.

Este valor dará sensivelmente para 20 embarcações.

Estamos a falar de um apoio que será dado, como disse o Sr. Secretário, ao armador. Estamos a falar, no entanto, de quantos pescadores em cada embarcação?

De quantos pescadores no total?

E qual é o apoio que vai dar o Governo Regional a esses pescadores? O subsídio de desemprego?

O que o Governo Regional propõe é lançar 100, 200 ou mais trabalhadores para o desemprego sem qualquer alternativa, sem qualquer perspetiva de futuro. Ora, isso para nós não é reestruturação das pescas, é apenas lançar no desemprego e na pobreza ainda mais um setor de atividade e um conjunto de pessoas que já

estão a passar por extremas dificuldades e que o Governo o que lhes apresenta é apenas o desemprego.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Não disse nada, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano de Ação para a Reestruturação do Setor das Pescas dos Açores, aqui hoje apresentado, não é um documento que aparece de modo avulso e desgarrado da realidade.

É antes mais um instrumento, entre outros já lançados e executados ou em execução, que procura dar respostas a um sector que atravessou uma fase menos boa, com reduções nos rendimentos e recursos, sentidas, sobretudo, em 2016.

A pesca nos Açores - como é sabido, mas nem sempre referido -, tem-se regido por ciclos de abundância e muito associados às pescarias dos grandes migradores que podem ser, e tem sido, condicionadas por razões meramente aleatórias e quase sempre imprevisíveis.

Evidentemente que os ganhos neste sector estão intimamente ligados aos recursos disponíveis, mas não necessariamente.

O trabalho desenvolvido até aqui pelo Governo e as associações representativas da classe, já tem dado resultados.

Em 2017, relativamente a 2012, os homens do mar açorianos apesar de capturarem menos 133 toneladas de goraz, faturaram mais 2 milhões de euros, muito devido à implementação dos tamanhos mínimos e de uma gestão da quota que se revelou mais eficaz.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: O preço médio do goraz, entre esses dois anos, passou de 8,21 euros por quilo para 14,09.

Ainda, e segundo o INE, as licenças de pesca diminuíram 14% em 2016 relativamente a 2012, enquanto, nesse mesmo período os pescadores matriculados baixaram 29,3%.

As pescarias das espécies demersais valiam, em 2012, 16 milhões de euros, enquanto no ano passado o valor do pescado desta categoria, em primeira venda, era de 19 milhões de euros.

E já este ano, tendo em conta o dia 28 de fevereiro, as lotas açorianas receberam mais 150 toneladas que o ano passado, em igual período, que valeram mais cerca de 0,5 milhão de euros.

Houve quem pensasse, e aqui refiro-me mesmo ao PSD-Açores, para que não existam quaisquer dúvidas, que a resolução desta crise, imagine-se, passava por uma paragem de toda a fileira e atirar dinheiro para o problema.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: Este mesmo partido, numa reação bem cinzenta à apresentação deste plano, afirmou que o sector quase colapsou nos Açores, que existem pessoas a mais no sector devido ao sobredimensionamento da frota ...

(Apartes inaudíveis da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Oh, Sra. Presidente, a Sra. Deputada Graça Silveira tem esta mania de todas as vezes que eu falo ela está sempre a falar por trás e não são apartes.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Não são apartes, Sra. Presidente, são mesmo intervenções, são intervenções em surdina ...

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Este mesmo partido diz que existem pessoas a mais no sector devido ao sobredimensionamento da frota e à atribuição de licenças a tudo e a todos.

O sector só não colapsou porque os pescadores, e as suas associações representativas, rejeitaram liminarmente as propostas do PSD, ao contrário do que seria expectável, pelo menos para quem pensava que os profissionais da pesca se deixariam levar por propostas demagógicas e eleitoralistas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Não esqueçamos que estávamos em 2016.

Relativamente às licenças a tudo e a todos, nada de mais errado. As licenças de pesca baixaram 14% em 5 anos e os pescadores matriculados baixaram 29,3% também em 5 anos, segundo o INE.

Deputado Luís Garcia (PSD): Vá um bocadinho mais atrás!

O Orador: No que respeita ao sobredimensionamento da frota, e depois de uma busca rápida, vejo duas coisas que importa ressaltar aqui.

1º O Partido Socialista, no seu programa eleitoral, reconhece que há sobrepesca, mas propõe:

- Implementar um programa de reestruturação da frota de pesca;
- e também propõe implementar medidas de gestão sustentável por segmento de frota e por artes de pesca.

2º Vendo o programa eleitoral do PSD-Açores, nomeadamente no que às pescas diz respeito, notam-se várias propostas que já estão em execução há muito, aliás já estavam em execução em outubro de 2016, e ainda propõe: ...

Deputados André Rodrigues e Tiago Branco (PS): Muito bem!

O Orador: ... - Incentivar a modernização da frota pesqueira (tenham atenção a isto!) ...

Deputado Luís Garcia (PSD): A frota não precisa ser modernizada!?

O Orador: ... e a introdução de novas tecnologias que permitam imprimir maior eficiência na captura. Isto é importante como vamos ver.

Ora, aqui neste aspeto está a linha que nos separa: enquanto o Partido Socialista pretende reajustar a frota aos recursos existentes, retirando pescadores dos portos em que o seu número está para além do necessário, o PSD-Açores, por outro lado, quer, ou aliás, queria modernizar a frota e dotá-la de equipamento moderno, repare-se, que iria aumentar ainda mais o esforço de pesca no mar dos Açores.

Outra coisa que também é incongruente, em 2016, para o PSD, o resgate era bom, em 2018 é má política.

Ontem, aqui nesta Casa, queriam reformas antecipadas com penalização, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos começar também a fazer comunicações, podemos?!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... mas agora não querem as reformas antecipadas na pesca.

É preciso saber em que ficamos?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

E termino já, Sra. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado José Ávila, para terminar.

O Orador: Vou terminar já, Sra. Presidente.

Em 2016, ano em que houve uma grande crise neste sector, vimos o PSD acusar armadores por remunerarem os seus tripulantes abaixo do salário mínimo regional, situação negada pela maioria das associações, mas como solução para todos os problemas apenas apresenta um Projeto de Resolução em 2016 em que encomenda mais um estudo em que quer compensar os pescadores pelas paragens efetuadas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade! Não depende de estudo nenhum! Os senhores aprovaram esse projeto resolução!

O Orador: Acomodarmo-nos aos efeitos de uma crise é como morrer devagarinho.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: E nessa tentação nós nunca iremos cair.

Para ter uma boa estratégia é preciso ter uma base sólida e este documento, hoje aqui apresentado, que é complementar a outros já em execução, representa mais um contributo para aquilo que mais nos interessa: melhorar os rendimentos dos pescadores e garantir a sustentabilidade dos recursos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo a minha intervenção para manifestar mais uma vez a minha admiração pelo facto (e já se torna recorrente) do Partido Socialista quando vem a debate e o debate quando não lhes interessa dedicam muito tempo para o PSD. Isso é notório o incomodo que este partido faz ao Governo e neste sentido acho que estamos no bom caminho.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O anúncio deste plano de ação para a reestruturação do setor das pescas não é mais do que o reconhecimento do falhanço das políticas socialistas neste setor, a mais quando a importância que este setor representa para os Açores, para as exportações, para o equilíbrio social das diversas comunidades piscatórias das nossas ilhas.

Este plano ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor já está há um ano a dizer que é preciso um plano!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, na altura eu vou responder ao senhor, agora estamos a falar é de pescas, não estamos a falar de mais nada.

Deputado André Bradford (PS): Eu espero!

O Orador: Este plano de ação não passa de um diagnóstico bem feito, mas acima de tudo as soluções é que são completamente erradas e perante este cenário torna-se importante questionar o Governo.

Meus senhores, com 600 mil euros pretendem retirar 20 pequenas embarcações num total aproximado de 523 embarcações e como já foi dito pelo Deputado Artur Lima qual é o esforço de pesca que representa no todo dos Açores estas 20 embarcações?

E a resposta, meus senhores, posso dar-lhes já: é quase nenhuma, porque aquilo que eles pescam não faz diferença no todo do pescado dos Açores.

Deputado José Ávila (PS): Isso não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): É o programa gerações, é igual!

O Orador: Que garantias, meus senhores, tem o Governo que os pescadores afetados com estas medidas vão aderir a esta mobilidade?

Essa questão também gostaríamos de ver respondida.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Que garantias ...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Meus senhores, se os pescadores não aderirem como vão ficar os mesmos uma vez que não existem nenhuma garantias futuras relativamente aos pescadores?

Sras. e Srs. Deputados, os sucessivos governos regionais socialistas promoveram o sobredimensionamento da frota com a atribuição de apoios para a construção de barcos e a atribuição de licença a tudo e a todos.

Ora, numa legislatura aposta-se na criação em massa de embarcações, ...

Deputado José Ávila (PS): O senhor está a ler o comunicado!

O Orador: ... na outra faz-se completamente ao contrário que é retirar embarcações e acima de tudo mandar pescadores para o desemprego.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Foram essas políticas ou a ausência delas que levaram sobretudo em algumas ilhas a um aumento do esforço de pesca e à delapidação de muitos recursos piscícolas.

Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A descarga do pescado em lota tem vindo a decrescer de 2010 a 2017, no entanto, em 2017 aumentou na primeira venda em lota e ainda bem, mas é preciso lembrar que é a lei do mercado a funcionar, ou seja, menos quantidade de peixe capturado, logo preço mais elevado.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes) e

Deputado José Ávila (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Não existe estratégia do Governo nessas recomendações.

No entanto, esta escassez de peixe além de deixar alguns pescadores com míseros 300€ mensais, deixa também muitos açorianos sem puderem ter refeições condignas à mesa e perante este cenário o Governo Regional do

Partido Socialista apresenta como solução o abate da frota pesqueira e o respetivo despedimento dos pescadores afetos a estes barcos e isto embrulhado num bonito pacote de 600 mil euros. Sim, 600 mil euros!

Agora questionamos: onde está a dignidade desta medida?

Onde está a dignidade desta medida que passados dois ou três anos, mesmo para os pequenos armadores, como vão sobreviver com reformas miseráveis que hoje em dia têm e vão auferir?

Onde está a dignidade desta medida ao convidar os pescadores de São Miguel a deixarem o seu lar, as suas famílias, as suas comunidades forçando-os a saírem da sua ilha, ou mesmo atirá-los para o desemprego?

Esta não é a solução que os açorianos no seu geral, e os pescadores em particular, esperam de um Governo. Aquilo que esperam de um Governo é que se encontrem as melhores medidas, que se criem condições para o emprego e que se faça tudo para que as empresas pequenas não sejam convidadas a fechar como os senhores pretendem fazer com este plano de reestruturação do setor das pescas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, fico confuso com algumas medidas deste Governo, porque ainda no passado e ainda hoje foi referido que o PSD pretendia atirar dinheiro para resolver o problema do setor das pescas.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Ora, agora para meu espanto, a solução do Governo e do Partido Socialista é mesmo atirar dinheiro para os problemas. A grande diferença, meus senhores, é que enquanto o PSD pretendia resolver os problemas sociais que alguns pescadores enfrentavam e enfrentam, o Governo por sua vez atira o dinheiro para o abate de embarcações para fechar pequenas empresas atirando pescadores para o desemprego e esta é que a grande diferença entre o PSD e este Partido Socialista, meus senhores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o PSD/Açores nunca poderia apoiar este tipo de soluções.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Em março de 2016 aprovámos por unanimidade neste Parlamento uma resolução para garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca. Este Parlamento recomendou por unanimidade que o Governo definisse e implementasse em articulação com a Universidade dos Açores e com o setor um plano de salvaguarda para as principais espécies demersais costeiras dos Açores procurando a sua sustentabilidade.

Este Parlamento recomendou por unanimidade que fosse feita a adequação da frota de pesca aos recursos marinhos disponíveis e que fossem assegurados os recursos piscícolas e rendimentos de pesca condignos. O Governo Regional optou por fazer de conta que este é um plano de reestruturação da pesca dos Açores embrulhando-o num cínico montante de 600 mil euros.

Em suma, a nossa posição é crítica. No entanto, o que queremos é colaborar, o que queremos é alertar que existem ...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: ... medidas neste plano que não são adequadas e as suas consequências são negativas para o setor.

A nossa posição (Sra. Presidente, e termino) é também construtiva, ...

Deputado André Bradford (PS): Oh, vê-se!

O Orador: ... porque esta é uma preocupação que comungamos. Todos queremos o bem deste setor ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e o bem de todos os pescadores, mas sem exceção.

Disse.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Este é um Governo falido, sem dinheiro, esgotado no âmbito da sua atividade e um Governo sem ideias.

Este Governo optou então para no último ano criar planos, planos sobre tudo, planos sobre a pobreza, planos no combate à toxicodependência, planos para o insucesso educativo, planos para tudo e mais alguma coisa, ...

Deputado Francisco César (PS): Somos otimistas!

O Orador: ... que sobretudo têm uma coisa em comum: é que são todas áreas em que o Governo falhou e falhou redondamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: E como não tem capacidade para resolver estes problemas arranjou agora este expediente dilatatório de remeter para planos futuros a resolução desta questão.

Para os observadores menos atentos até se poderia esquecer que este não é um Governo acabadinho de chegar. Este Governo do Partido Socialista dura há 22 anos nesta Região e estes problemas têm sido problemas que têm sido aprofundados por uma gestão caótica dos sucessivos governos do Partido

Socialista, nomeadamente por parte do Sr. Presidente do Governo que também ocupa funções em diversas pastas, todas elas com um fracasso assinalável desde 2000. Portanto, estes são os responsáveis.

Agora, vamos então às questões da pesca.

Quem é que renovou a frota ao longo destes anos?

Qual foi a vossa política?

A renovação da frota.

E qual foi o resultado?

Um desastre! Um desastre! Uma exploração não racional dos recursos existentes, uma pior distribuição do rendimento junto dos trabalhadores.

Quem é que renovou a frota?

Quem é que provocou uma exploração não residual e o esgotamento dos recursos existentes?

As vossas políticas, as vossas medidas.

E em relação à distribuição dos rendimentos dentro do setor que são quase da idade média, próprios de servos da gleba, em que os pescadores não têm rendimentos, não têm acesso a rendimentos dentro da atividade de rendimentos dignos.

Os senhores têm nos vossos programas este propósito desde 1996.

Alguma vez resolveram essa questão?

É evidente que não.

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é verdade! Isso é pura demagogia!

O Orador: É evidente que mantêm este problema por resolver.

E a aquacultura que recebeu ao longo de todos estes anos milhões no orçamento e que era sempre referenciada como o setor do futuro?

Que resultados concretos é que o Partido Socialista e os sucessivos governos do Partido Socialista têm para apresentar nesta matéria?

Uma total inexistência.

E a criação de condições para o escoamento da produção que está referenciada a letra vermelha e destacada em todos os programas do Partido Socialista?

Uma ideia velha, mas de concretização não efetuada.

E os resultados que se obtiveram em relação ao valor acrescentado nos nossos produtos?

Estão de acordo com a ambição manifestada nos sucessivos planos elaborados nos programas eleitorais do Partido Socialista e nos programas do Governo?

É evidente que também nem chegam lá perto.

E a criação de informação científica que permite aos decisores políticos tomar decisões racionais e informadas?

A produção de informação científica que possa ser aplicada diretamente ao setor?

Quais são os resultados concretos que se tem em relação à projeção de uma enorme criação de novos dados e de dossiers muito mais complexos que permitam uma decisão muito mais racional?

O que nós vemos é que também nesta matéria tudo isto se caracteriza ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... por um enorme falhanço.

E a fiscalização?

Tivemos aqui o reino dos “drones” na passada legislatura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: Antes tínhamos também referências espaciais. A fiscalização continua um desastre e é uma das vossas prioridades. Agora já não se fala em “drones”, já é um conceito abandonado.

E a formação dos pescadores, esta então sempre a primeira aposta na formação dos pescadores. Está em todos os programas do Governo, pois também é um absoluto desastre.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Transformaram-se em “drones”!

O Orador: Meus senhores, para terminar, é isto que esteve sempre nos vossos propósitos, este tipo de ideias.

Os senhores agora repetem num plano, um plano que não é mais do que a repetição dos vossos falhanços, dos vossos propósitos que não concretizaram.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para encerrar esta comunicação tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Dispõe de cinco minutos.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar por esclarecer aqui algumas das questões que foram colocadas e começo pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Sabe que houve de facto uma transformação em alguns portos de pesca e todas essas alterações de concentração, principalmente de venda, teve um único objetivo e teve o acordo, mas teve o acordo das associações de pesca e isso permitiu aumentar o preço do valor do pescado vendido em lota substancialmente. Essa medida, ao contrário do que se pensa, teve efeitos muito positivos, porque concentrando o pescado num único local de venda há mais competição e o valor do pescado aumentou, aumentou muito nos últimos anos.

Posso dizer-lhe que nos últimos cinco anos o aumento do rendimento do preço médio foi de 41%. Isto é significativo, julgo eu, para qualquer setor de atividade, e aliás, ainda o ano passado já foi aqui referido, por exemplo, os valores de primeira venda do pescado têm vindo sempre a aumentar, o que é sinal de duas coisas: por um lado, a renovação da frota não foi na sua totalidade ... ou o motivo pela qual ela foi feita foi sobretudo para melhorar as condições dos pescadores que trabalhavam a bordo daquelas embarcações. Ao contrário do que o Sr. Deputado Jaime Vieira diz, estes investimentos na frota e a modernização da frota incidiu sobretudo nas condições de segurança e nas

condições de trabalho a bordo. Isto foi avanço significativo. Nós tínhamos uma frota muito envelhecida e isto para os trabalhadores que trabalham na pesca, para os pescadores em particular, foi muitíssimo importante. Além de que um outro resultado desta renovação da frota foi naturalmente a valorização do pescado, com melhores condições o pescado conseguiu-se valorizar muitíssimo mais.

Este plano, como nós dizemos e já referi também no meu discurso, nomeadamente no que diz respeito à cessação da atividade, tem um objetivo gradual. Naturalmente que vamos começar com estes 600 mil euros anuais e está certo para cerca de 20 embarcações e eu gostaria de chamar a atenção que vai incidir essencialmente em duas ilhas, na Terceira e em São Miguel. Porquê? Porque existe uma densidade maior nestas ilhas e estas embarcações não têm outra capacidade de ir pescar para outros pesqueiros mais longe, portanto, restringem-se à pesca junto à costa da ilha e a densidade nestas duas ilhas, mas principalmente em São Miguel, a densidade de embarcações por quilómetro quadrado na área disponível para pescar é significativamente mais elevada do que nas outras ilhas e causa naturalmente mais constrangimentos e é com este plano que nós queremos resolver alguns desses problemas.

Será este o primeiro ano, para o ano continuaremos e até ao fim da legislatura continuaremos e faremos as correções que forem necessárias a este plano para que ele tenha melhores resultados.

A questão dos 30 mil euros. Isto é uma regra comunitária, é a regra do *minimis* em que não pode haver ajudas de Estado a empresas em mais de 30 mil euros e nós aplicamos os 30 mil euros que é o limite máximo que podemos dar.

Mas eu gostaria de falar aqui de uma outra questão em relação às observações do Sr. Deputado João Corvelo. Muitas das coisas que o Sr. Deputado elencou nós estamos a fazê-las. O Sr. Deputado falou da formação e se vir o relatório e

o plano de ação é uma parte onde nós estamos de facto a investir e a valorizar como talvez nunca se valorizou até agora.

Isso é uma questão que eu julgo que tenho de reconhecer.

Por outro lado, o Sr. Deputado fala em grandes frotas delapidadoras dos nossos recursos que estão nos nossos mares, frotas estrangeiras. Eu não sei do que é que o senhor está a falar. Essas frotas não existem. Existe uma frota entre as 100 e as 200 milhas que é a frota espanhola de palangre de superfície, mas que não está a delapidar os recursos autóctones, digamos assim, não estamos a falar de espécies de fundo.

Portanto, quanto à proteção das pessoas. Pois, eu julgo que com os programas de mobilidade, com os programas de reorientação profissional e com os programas de formação profissional, estão criadas garantias para que existam oportunidades para muitos destes pescadores também puderem reorientar a sua atividade profissional ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que dados é que tem? Que contas é que fizeram?

O Orador: ... e naturalmente que nós vamos acompanhar estes processos com todo o cuidado e se for preciso atuar nós iremos atuar para melhor proteger essas situações.

O Sr. Deputado Jaime Vieira elencou aqui uma série de assuntos.

Eu tenho sempre pena das suas intervenções nunca trazerem a debate e a esta sala pelo menos uma solução, uma medida, proponha uma medida.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: O Sr. Deputado vive numa das maiores comunidades piscatórias do país ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e nunca traz aqui nenhuma medida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Secretário, quantas? Que quantidade de medidas os senhores chumbaram?

O Orador: Para esclarecer e para terminar, em relação aos contratos de trabalho. Isto é uma questão entre armadores e pescadores. O Governo naturalmente que está muito empenhado que se concretize esta convenção coletiva de trabalho e eu gostaria de esclarecer o seguinte e sei que também é uma preocupação do Bloco de Esquerda que nos acompanha nesta necessidade destes contratos de trabalho serem formalizados, mas tem havido alguma confusão. A base fixa neste contrato são 150 mil euros, é verdade, e depois tem que se ver a realidade da pesca que é uma realidade muito diferente dos outros setores. Existe depois uma parte que continua a ser pelos quinhões e existe também uma outra parte que tem a ver com ... que se chama a caldeirada, normalmente. No final e no encontro de contas final, é o salário mínimo que é obrigatório, mas eu posso dizer-vos que na maior parte das ilhas paga-se acima do salário mínimo e por isso se há injustiça ela realmente existe e nós temos que reconhecer que existe, mas é fundamentalmente nalgumas zonas do nosso arquipélago, infelizmente, e tem a ver com a distribuição que é feita pelos pescadores nalgumas ilhas e isso nós temos que combater, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... como disse, e acho que estamos juntos nessa luta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada.

Está encerrada esta comunicação.

Encerramos também os nossos trabalhos por agora. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, nós terminámos os nossos trabalhos ontem no debate do ponto oito da Agenda.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Governo Regional dispõe de 14 minutos e 2 segundos; o Partido Socialista de 15 minutos e 52 segundos; o PSD de 18 minutos e 22 segundos; o CDS dispõe do tempo todo que são 15 minutos; o Bloco de Esquerda dispõe dos 12 minutos; o PCP de 10 minutos e o PPM de 10 minutos e 37 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então continuar com o debate.

Estava inscrita a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Retomamos aqui o debate quanto ao Projeto de Resolução apresentado pelo PPM, a criação de um domínio de primeiro nível para a Região Autónoma dos Açores, assunto este que é a terceira que vem a discussão a esta Casa e depois da fervorosa intervenção do Partido Socialista que na verdade trouxe-nos aqui uma nova visão deste diploma, pois a verdade é que quer em 2011, quer em 2014, nas anteriores discussões, quer os deputados da bancada socialista, quer os membros do Governo, o então Secretário Vítor Fraga, reconheciam as virtudes, as vantagens, o intuito, digamos assim, e o mérito desta proposta que apenas refutavam que realmente não era uma prioridade do Governo Regional, bem como o custo que a mesma acatava, mas em relação aos propósitos desta proposta até comungavam da mesma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Entretanto, este ano, quando este tema vem a esta Casa a verdade é que a Deputada do Partido Socialista vem com uma nova perspetiva sobre a proposta e até pondo em causa os propósitos do Deputado do PPM e o intuito desta proposta, para além de até mencionar a questão do custo que ele pretendia que este domínio trouxesse à Região, mas a verdade é que quer em 2011, quer em 2014 e quer agora tratou sempre de uma iniciativa não que visasse o lucro, mas sim a nossa questão identitária, que podemos concordar ou não com a mesma, mas a verdade é que o custo nunca foi colocado, nem nunca foi esse o propósito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: No entanto, e começando por dizer que o Grupo Parlamentar do CDS reconhece o mérito desta proposta, aliás, como já o disse em 2011 e em 2014 em que a mesma foi analisada e discutida nesta Casa e que se trata de uma proposta perspicaz, ambiciosa e com os olhos postos no futuro, pois todos reconhecemos a importância que a internet tem e cada vez mais se assume como uma importante ferramenta utilizada na forma de comunicação e divulgação.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Consideramos que estes pressupostos são válidos e que realmente afirmam a nossa identidade e que promovem a nossa cultura, as nossas empresas e que efetivamente poderiam eventualmente ter alguma importância junto da diáspora. No entanto, a nós parece-nos é que tal não está de forma alguma quantificada.

Contudo, importa referir e queríamos mencionar aqui no debate primeiramente e a resposta dada por parte do Governo Regional quando lhe foi solicitado qual a adesão nos sites promovidos pelo Governo Regional a verdade é que na resposta dada é uma informação bastante genérica ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como sempre!

A Oradora: ... e que não nos permite de uma forma mais direta e específica perceber a promoção e a adesão que é feita a estes sites promovidos pelo Governo Regional.

Salientar também que no debate foi anunciado em janeiro de 2014 quando foi aqui discutida, nesta Casa, esta iniciativa, foi apresentado e torno a referir na altura o Secretário Vítor Fraga reconhecia o mérito e as virtudes desta proposta, mas no entanto afirmava que existia uma medida a qual até foi apresentada nesse mesmo dia que até ia um bocadinho no seguimento do que o PPM pretendia com este projeto de resolução e que era uma medida que ia permitir às empresas fomentar o empreendedorismo e a competitividade e o acesso à tecnologia e então nesse dia de debate aqui, nesta Casa, em janeiro de 2014, foi anunciada a medida do gabinete de apoio à transferência de tecnologia para as empresas e como tal que seria numa primeira fase implementada em São Miguel e depois mais tarde na ilha Terceira e que teria um orçamento de 40 mil euros e assim a questão que colocava era efetivamente em relação a este gabinete de apoio à transferência e tecnologia das empresas se efetivamente está a seguir o seu propósito, se realmente está a apoiar naquele que foi o intuito da sua criação as empresas chegando a todas as ilhas da nossa Região.

Assim, e apesar de sabermos e reforçarmos que por parte do PPM a verdade é que esta proposta prende-se acima de tudo pela nossa afirmação identitária na internet e situando a nossa identidade específica no mapa digital internacional, contudo, no entender no CDS-PP não podemos descurar o aspeto importante que nos parece que é avaliar o retorno que isto poderia ter uma vez que isto tem um custo associado e como tal é esta a única questão que nos pende a este projeto, apesar de reconhecer qual a intenção e o intuito desta iniciativa por parte do PPM.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós ontem assistimos aqui a uma intervenção da Sra. Deputada Sónia Nicolau, que foi uma intervenção anárquica, cheia de inverdades, cheia de absurdos, cheia de (vou utilizar a expressão) ignorância e por isso, meus senhores, a Sra. Deputada entra com um propósito que é este, está aqui no texto qual é o propósito da senhora (eu mandei passar o texto todo daquilo que foi dito pela Sra. Deputada) e diz assim: “Eu entro neste debate para se ver que não temos uma quarta vez a ser apresentada esta proposta.” Portanto, apresenta-se aqui para esmagar a proposta do PPM e a proposta do deputado do PPM e também todos os outros deputados que a antecederam do Partido Socialista neste debate uma vez que lembro-me de ter discutido com o Sr. Deputado José Contente e ele não apresentou os argumentos que foram aduzidos, lembro-me de ter discutido com a Sra. Deputada Cláudia Cardoso e ela não apresentou os argumentos que foram aduzidos, com o Sr. Secretário Berto Messias, ele não apresentou os argumentos que foram aduzidos e com o Sr. Deputado Ricardo Ramalho, que também não apresentou os argumentos que foram aduzidos. Ou seja, se eu perdesse este debate Vs. Exas. também perdiam, porque tinham mostrado a vossa ineficácia perante a nova estrela da bancada e perante a grande oradora que vos antecedeu.

Deputado José Contente (PS): Nós aprendemos com os erros, o senhor não!

O Orador: Mas devo dizer-vos o seguinte: não se preocupem porque isso não vai acontecer, porque a questão é a seguinte. Eu fui analisar (é um bocadinho difícil, porque o discurso é bastante anárquico por parte da Sra. Deputada) e diz ela o seguinte: calcula uma percentagem de utilizadores na Catalunha e tem

como base a população e depois faz os cálculos dos domínios que foram adquiridos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: Eu conheço a população da Catalunha, estudo como sabem o processo, achei que a população da Catalunha não era esta, fui ver e o que é que eu fiz?

Fiz aquilo que fazem os professores quando acham que houve aqui uma cábula que é: meti no Google para ver onde é que aparecia o número que a Sra. Deputada tinha apresentado. Onde é que ele estava?

No Wikipédia.

Portanto, os dados da Sra. Deputada Sónia Furtado ... Nicolau ...

Deputado Francisco Coelho (PS): É como as ilhas desertas, é mais ou menos a mesma coisa!

Deputado Bruno Belo (PSD): É trauma!

O Orador: ... são os da Wikipédia e depois como é que ela faz os cálculos de utilização para chegar aos tais 0,0000?

Os cálculos são assim: o pequenino Jordi que tem três meses e que nasceu há três meses na Catalunha contabiliza-se para o número de gente que potencialmente pode aceder à internet. Tem três meses, mas já está lá nas contas da Sra. Deputada Sónia Furtado ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Nicolau!

O Orador: Como é que é?

Sónia Nicolau! Sónia Nicolau! Não sei onde fui buscar Sónia Furtado.

E a pequena Marisol da Galiza que nasceu ontem também é contabilizada, são os tais dois milhões e tal que também foi buscar na Wikipédia, a população também não é esta, foi lá buscar e também entra nos cálculos do 0,0000.

É evidente que a seriedade deste tipo de análise é zero. A seriedade deste tipo de análise é zero!

Eu inclusivamente ontem fiquei tão impressionado com a intervenção da Sra. Deputada que mandei para a Google aqui a intervenção da Sra. Deputada para verificarem que as análises que faz em relação aos utilizares dos domínios está completamente incorreta e há aqui uma análise cheia de seriedade e cheia de valor científico. Portanto, isto vale zero.

Depois a Sra. Deputada diz assim ... a Sra. Deputada aprendeu que no meu projeto de resolução existem uns domínios de primeiro nível que podem ser de dois tipos: genéricos, têm três letras ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Três tipos!

O Orador: ... e depois diz assim e códigos de país que têm duas letras. Está aqui escrito isto.

A Sra. Deputada aprendeu quando leu o meu projeto de resolução e a Sra. Deputada ficou impressionada com esta descoberta e depois quando olha para a Catalunha diz assim, quando chega ao domínio da Catalunha, que é *cat*, começa ali e diz assim: “Sr. Deputado, é genérico, é genérico.”

Eu começo a pensar: *c-a-t*. Não vejo a descoberta. A Sra. Deputada acha que lhe caiu a maçã de Newton quando faz essa descoberta, que o da Catalunha é um domínio genérico. Eu não vejo, Sra. Deputada, grande descoberta. Estava aqui escrito. Ouça bem, está aqui escrito no meu projeto de resolução. Portanto, em relação aos seus argumentos são absolutamente ridículos e absurdos.

Para concluir esta primeira demão dizer o seguinte, diz a senhora: “Mas nos Açores há muitos utilizadores!”

Eu disse o contrário?

Isso até é um bom critério para mim.

A Sra. Deputada tem a mania de que atira à primeira coisa que vê: ou é uma lança ou é um bumerangue. Neste caso a senhora mandou-me um bumerangue e foi-lhe bater em si, porque quanto mais utilizadores (claro é o domínio), quanto mais utilização de internet melhor é o argumento para mim.

Sra. Deputada, é o absurdo absoluto que a Sra. Deputada não percebe nada desta matéria e fez uma intervenção que foi afastada da discussão da educação (e muito bem) e agora quer recuperar aí qualquer tipo de protagonismo, mas Sra. Deputada já lá vamos à segunda parte.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pela terceira vez e com a mesma convicção com que o proponente, neste caso o PPM, apresenta mais uma vez o projeto de resolução para a criação de um domínio de primeiro nível para a Região Autónoma dos Açores o Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta proposta, não tanto por a considerar uma questão de fomentar a problemática identitária desta Região que também reconhecemos que tem o seu peso, mas sobretudo por uma questão simbólica. Não deve ser por acaso que entre as regiões ultraperiféricas apenas os Açores e para o caso também a Madeira não tenham um domínio de primeiro nível, deve haver alguma razão que consiga justificar, para além da Catalunha que está espera da resposta, mas de qualquer maneira já iniciou o seu processo.

Quando nós falamos de uma questão simbólica recuperamos aquilo que ontem foi dito aqui por vários Sras. e Srs. Deputados (e bem, eu concordo) que no mundo globalizado na realidade é impossível não considerar que a net é a autoestrada de comunicação entre todos e todas. A esse nível nós consideramos que é um ato e uma iniciativa simbólica colocar os Açores com um endereço, digamos assim, próprio nesta autoestrada para que as encomendas, digamos, as visitas, as procuras saibam exatamente onde é que se podem dirigir.

Mas não estando na respetiva comissão parlamentar que fez a análise desta iniciativa li o respetivo relatório e mais uma vez, à semelhança de vezes anteriores o Governo Regional menciona legitimamente que do seu ponto de

vista há outras prioridades que não são iniciar um processo para estabelecer um domínio de primeiro nível para os Açores. Comecei a pensar quais seriam, quais poderiam ser neste contexto essas prioridades e ontem, Sras. e Srs. Deputados, durante as aulas, as diversas aulas que aqui houve sobre esta matéria que eu pessoalmente agradeço, porque não sou uma especialista, ...

Deputado André Bradford (PS): Eu só vi aulas de um lado!

A Oradora: ... aprendi várias coisas que agradeço. Uma das que eu aprendi é que para haver um domínio tem que haver net. Tem de haver net, senão não há domínio. Pus-me a pensar que esta coisa da net é capaz de ser uma das prioridades do Governo Regional, porque na realidade a net não nos cai do céu. A net materialmente falando chama-se cabo submarino. Cabo submarino!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Bem lembrado!

A Oradora: Aprendi eu também ontem nesta Casa. Também percebo, depois de ter aprendido isto, ...

Deputado André Bradford (PS): Já sei onde vai parar!

A Oradora: Já lá vai! Vai ver onde vai parar! Vai ver, Sr. Deputado! Vai acabar nas prioridades do Governo Regional e bem. Vai acabar lá e bem! E porquê?

Porque no que diz respeito ao cabo submarino os Açores estão sujeitos a um monopólio privado de uma infraestrutura estratégica para a nossa Região. Isto é tão importante que até foi matéria da cimeira Madeira/Açores recentemente acontecida e bem, porque, Sras. e Srs. Deputados, nós temos de facto um problema em mãos e esta Região antes de pensar no domínio, antes de pensar no PT, no AZ, ...

Deputado André Bradford (PS): AZ é Azerbaijão!

A Oradora: ... no Azores ou no que for, tem que pensar que para ter isso tudo tem que ter uma coisa que se chama cabo submarino, que está na mão de um

grupo privado e que faz com os preços aquilo que quer e que penaliza as empresas e as famílias desta Região ...

Deputado Francisco Coelho (PS): O que é que isto tem a ver com esta Resolução?

Deputado José Contente (PS): Isto é outra Resolução!

A Oradora: ... e que até a própria ANACOM pela terceira vez já disse que os preços são excessivos e que apesar de terem baixados continuam exorbitantes, Sras. e Srs. Deputados, é caso para dizer que o cabo é MEO e o preço é ALTICE ...

Deputado José Contente(PS): Onde isto já vai!

A Oradora: ... e, portanto, dentro destas prioridades que o Governo Regional não especificou, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): E eu lembro-me quem foi o Governo que fez “isse”!

A Oradora: ... mas o Bloco de Esquerda está a dar um apport para as outras prioridades, partindo do princípio que esta é uma das prioridades, ou seja, reivindicar e ter iniciativas para que este setor estratégico não esteja na mão de privados, mas pelo contrário passe a estar no domínio público, se essa é uma das prioridades a que o Governo Regional se referiu através do Sr. Secretário em audição de comissão, o Bloco de Esquerda não podia estar mais de acordo: primeiro a net, depois o domínio e depois então o PT, o AZ, o Azores, aquilo que muito bem entenderem.

Ora, a net é aquilo que neste momento não está assegurada nesta Região. Preciso de ser recuperada, precisa de ser arranjada, precisa de ser substituída. Tudo isto usta dinheiro e a MEO (o cabo) e a ALTICE (o preço) não estão muito para aí virados.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não se meta nisso!

A Oradora: ... eu quero que saiba, olhos nos olhos, que eu não me deixo intimidar por si, nem pelo teatro que fez aqui há pouco, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Teatro?

A Oradora: ... nem muito menos por aquilo que me fez no intervalo ... Teatro político! Teatro político, Sr. Deputado!

... nem pela decepção que foi o que me fez há pouco no intervalo da manhã.

Eu não me deixo intimidar ...

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: Sra. Presidente, eu peço desculpa, mas verá que aquilo que o Sr. Deputado me disse hoje de manhã tem tudo a ver com este diploma e acredite Sra. Presidente que me custa muito, muito mesmo, fazer esta intervenção pelo respeito que eu tive até agora pelo Sr. Deputado, pela consideração pelo seu trabalho, portanto, eu optava por não fazer esta intervenção, mas não posso deixar de a fazer e tinha decidido não a fazer depois de ter ouvido palavras como “inverdade”, “absurdo” e “ignorância” ou “ignorante”.

Peço desculpa, Sra. Presidente, mas peço que tolere esta minha intervenção.

Presidente: Sra. Deputada, naturalmente lhe vou deixar fazer a sua intervenção, mas apenas peço que questões que possam ter sido conversadas entre os dois não sejam alvo de debate aqui na câmara. Também lhe pedia que tivesse isso em consideração.

A Oradora: Sra. Presidente, muito obrigada.

Eu vou retomar efetivamente aquela que é a minha intervenção que tem com o que é importante, a ideia concetual deste projeto de resolução, mas não posso deixar de dizer aquilo que me parece ser importante.

A intervenção que ontem o Partido Socialista fez nesta Casa foi uma intervenção cuidada daquela que foi a sua pesquisa sobre esta matéria. O Sr. Deputado não esteve em comissão, portanto, não foi possível esclarecer ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi falsificação dos dados!

Deputado Francisco César (PS): Nem sequer por uma mulher teve respeito!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não sou sexista!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, acredite que isto é mesmo muito difícil, mesmo muito difícil, eu pedia-lhe que deixasse terminar. Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Sra. Deputada Sónia Nicolau está no uso da palavra. Pode continuar, Sra. Deputada.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados!

Eu peço que os apartes e os diálogos entre as bancadas não impeçam a Sra. Deputada de poder fazer a sua intervenção.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, pode continuar.

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Estêvão, proponente deste projeto de resolução que estamos aqui a analisar, eu posso até entender que a minha intervenção ontem, daquela que é a sua perspetiva natural da sua proposta, possa ter todos esses atributos que aqui disse, mas isso não lhe dá o direito, Sr. Deputado, de no intervalo da manhã vir ter comigo e eu ao lhe dirigir a palavra

e ao dizer-lhe “bom dia”, disse-me “eu não volto a falar consigo, Sra. Deputada”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma interpelação à Mesa!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isto o que é!?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Defesa da honra!

Deputado Francisco Coelho (PS): É a democracia!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: “Sra. Deputada, é uma mentirosa e aquilo que disse ontem logo à tarde irá ver o que irá acontecer.”

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: Isto foi o que o Sr. Deputado me disse a mim.

Presidente: Sra. Deputada Sónia Nicolau, peço-lhe que tenha em atenção a advertência que lhe fiz há pouco.

A Oradora: Eu gostaria que a câmara percebesse, Sra. Presidente, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Sra. Presidente, tal como eu disse, esta intervenção que eu fiz é mesmo muito difícil, eu preferia não a ter feito, mas o que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tentou fazer foi intimidar aquela que foi a nossa posição ontem à noite. Eu não estou intimidada, Sr. Deputado. Eu estou desapontada consigo, pelo seu conceito que eu acreditei ser sempre um conceito democrático da pluralidade de opiniões. Eu estou desapontada consigo. É só isto que tenho a dizer relativamente ao seu comentário, esperando que as relações dentro do possível democráticas e parlamentares se mantenham. Tudo o resto fica à sua conta o querer ou não falar comigo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a proposta que o PPM aqui apresenta, como disse e muito bem, é a terceira vez e o meu intuito ontem de dizer que espero que não seja a quarta vez era de contribuir para um melhor esclarecimento. Se não o fiz, pois na próxima legislatura quem cá estiver irá com certeza ... se o senhor cá estiver ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é um pormenor importante!

A Oradora: ... irá com certeza debater a quarta vez.

Quanto a isso, Sr. Deputado, e os meus colegas percebem perfeitamente, se é coisa que o Partido Socialista tem é a capacidade de internamente debater os assuntos e nós fizemo-lo com muita responsabilidade. Esta questão está.

Quanto à questão de substância que é isto que interessa, Sr. Deputado. O Sr. Deputado tem legitimamente o direito de entender que conceptualmente esta sua proposta faz sentido para a criação de um domínio genérico.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas alguém disse isso?

A Oradora: Sr. Deputado, esta é a sua opinião e o Sr. Deputado diz a mesma no projeto de resolução. Porém, Sr. Deputado esta não é a nossa posição e tecnicamente eu posso inclusive dar, por parágrafo, os erros técnicos que a sua proposta apresenta, mas o Sr. Deputado não tem humildade para o aceitar e, portanto, eu não o vou fazer. Esta é desde logo a segunda questão.

Outra questão. A Sra. Deputada Zuraida Soares há pouco, penso que por erro, presumo eu, mas é importante clarificar, as Canárias ainda não têm o seu domínio. Referia-se porventura à Catalunha, só também para esclarecer.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, proponente desta iniciativa, quero aqui dizer que os dados aqui apresentados têm como base aquela que foi a nossa aferição sobre a região que aqui apresenta, a Catalunha. Dizer claramente que foi uma associação privada que a registou, que tem um domínio *cat*, que é um domínio

genérico, que não é um domínio territorial, que os domínios territoriais estão inscritos na ordem 31-66 alfa1 e isso sim são duas letras.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está aqui escrito o contrário? O que é que está aqui escrito?

A Oradora: A *cat* e o *azoi* está inscrito no 31-66 alfa2.

Dizer-lhe também, Sr. Deputado, que os territórios *dom* franceses não são domínios genéricos, são domínios territoriais, estão inscritos devidamente no 31-66/2 e são diferentes daquilo que o Sr. Deputado aqui veio referir como o *prt*. O *prt* é um código que se utiliza nos passaportes e nada tem a ver com os domínios.

Oh, Sr. Deputado, eu percebo ... Eu posso não saber nada do que estou a dizer, mas o Sr. Deputado também não sabe.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Tão simples quanto isto. Esta sua proposta está cheíssima de erros técnicos e tenho-o que o dizer.

Para terminar, Sr. Deputado, o domínio *pt* ... o domínio territorial tem enormes vantagens. Podia dar-lhe aqui 25 vantagens, mas deixo-lhe três: a confiança de quem procura um domínio territorial; a estabilidade do domínio territorial e o interesse que é pesquisado em primeiro lugar só para perceber qual é a diferença.

Por fim, Sr. Deputado, é um facto e foi isso que o Partido Socialista aqui quis mostrar: um domínio genérico não tem visibilidade e precedência sobre um domínio territorial; qualquer entidade pública ou privada pode pedir um domínio genérico; existe um custo que não está demonstrado o seu retorno; há debilidades técnicas no projeto de resolução que poderei com gosto, sempre que

o Sr. Deputado queira ter a humildade de conversar, explicar o que é que eu quero dizer; relembrar os dados que ontem nós referimos.

Para terminar, Sr. Deputado, não pretendo mesmo intervir novamente, dizer-lhe uma coisa relativa à minha ignorância, dizer-lhe o seguinte: um cientista que morreu há muito pouco tempo com certeza terá muito mais proximidade em termos de áreas académicas comigo do que consigo, porque é um homem da física e eu sou uma mulher das ciências, da matemática e da informática, Stephen Hawking dizia o seguinte: “Aqueles que julguem ter um QI são eternos perdedores.”

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Defesa da honra.

Presidente: Defesa da honra a?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tendo em conta o que foi dito, a conversa privada que foi aqui descrita e que não corresponde à realidade.

Presidente: Tem a palavra. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que a Sra. Presidente deveria ter interrompido uma intervenção que descreve uma conversa, ...

Presidente: Sr. Deputado, isto não é uma interpelação à Mesa.

O Orador: ... uma conversa privada, que foi contada por parte da Sra. Deputada Sónia Nicolau e que foi mais uma vez falsificada.

A questão é a seguinte. Sou obrigado e não é nada agradável para um Parlamento, mas como não foi evitado, vou ter que responder.

A questão é a seguinte: o que eu lhe disse é que achei o seu comportamento profundamente errado, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Errado! Mentira!

O Orador: ... que a senhora no seu discurso tinha mentido, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Essa verdade!

O Orador: ... disse-lhe isso, disse-lhe que a senhora tinha mentido, que tinha manipulado dados ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso é falso!

O Orador: ... e que eu não me revejo numa situação de amizade ou qualquer tipo de interação com uma pessoa que age assim. Estou no meu pleno direito.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso é falso!

O Orador: Sra. Deputada, eu não quero falar consigo. Vou falar consigo quando tiver que ser, no meio institucional. Agora, tenho a liberdade de lhe dizer que dado o seu comportamento, a maneira como a senhora se comportou e não é a primeira vez que se comportou dessa forma, que esta é a minha opção e é a minha opção legítima como a Sra. Deputada terá a sua opção legítima. O que é lamentável é que a senhora venha aqui revelar conversas privadas, que não têm nada a ver com o que a Sra. Deputada ...

Ouçã! Porque ao longo deste discurso a senhora criou um conjunto de argumentos em que ...

Eu, há pouco, na discussão com o Sr. Secretário Berto Messias, ...

Deputado Francisco César (PS): Isto já não é defesa da honra nenhuma!

Deputado André Bradford (PS): Nunca foi!

O Orador: ... até enalteci a forma como o debate estava a ocorrer: com ideias diferentes, com certeza. O que eu não posso permitir é que seja citado, por exemplo, “o senhor garante uma exuberante procura”.

Eu disse isto em relação à procura que este site poderá ter?

Disse que tem um potencial de três milhões, as pessoas é que vão aderir, espera-se que sim, mas não posso garantir nada em relação à exuberância ou não.

A senhora cita-me aqui várias vezes e cita-me faltando à verdade e foi isso que eu lhe disse. Para mim a forma como a senhora debate eu não quero ter nenhum relacionamento pessoal com V. Exa. ...

Deputado Francisco César (PS): Nem vai ter!

O Orador: ... e é lamentável que isto seja objeto de discussão de um Parlamento. Sou obrigado a dizer-lhe e a revelar-lhe a parte da conversa privada que V. Exa. como não tem argumentos veio com este tipo de episódios lamentáveis.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se a Sra. Deputada Sónia Nicolau quer prestar esclarecimentos a que tem direito no Regimento?

Tem a palavra. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Sónia Nicolau, por favor, faça o favor de continuar.

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenho por princípio de vida, como o senhor com certeza, porque eu não duvido das pessoas, a seriedade, a humildade e a verdade.

Estão aqui pessoas nesta sala que ouviram e viram o Sr. Deputado vir ter comigo. Eu não disse nenhuma mentira.

Deputada Mónica Rocha (PS): Foi nesta sala! Eu ouvi!

A Oradora: Aliás, nenhuma mentira.

Acredite, Sr. Deputado, se é coisa que eu não queria fazer era ter dito aquilo que disse aqui, mas o Sr. Deputado fê-lo para me intimidar relativamente ao debate de hoje à tarde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Intimidar?

A Oradora: Segunda questão, Sr. Deputado.

Eu tenho imenso gosto em falar consigo, Sr. Deputado, porque tenho contrariamente àquilo que disse ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas eu não tenho!

A Oradora: Deixe-me terminar, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, tenho imenso gosto, até este momento ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, isto não é um diálogo.

Por favor, Sra. Deputada Sónia Nicolau, faça o favor de continuar.

A Oradora: Este seu comportamento também leva bem lá para fora aquilo que o Sr. Deputado realmente é na política, desculpe que lhe diga.

Sr. Deputado, até este momento de manhã eu tinha imenso gosto em falar consigo, mas respeito que não queira falar mais comigo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas eu não tenho!

A Oradora: A questão não está aí. Agora, a nível parlamentar, dentro desta Casa, para a qual nós os dois fomos eleitos, em iguais circunstâncias, eleitos pelos açorianos, vir ter comigo e dizer o que disse, foi uma intimidação. Claramente! Todos os Srs. Deputados que aqui estiveram da parte da manhã a vê-lo como se comportou, perceberam claramente que o Sr. Deputado estava à espera deste debate não para um debate de política, mas para um debate contra mim. Era isto que o Sr. Deputado queria, mas com isso não conte. Eu lamento, mas respeito a sua oposição e a sua opinião.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento, a Mesa não inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PCP as comunicações digitais, e em particular a “Internet”, contribuíram de forma determinante para uma profunda transformação, não só do panorama das telecomunicações, mas de um modo geral como, em muitos aspetos, essenciais, se desenvolve a vida das pessoas, organizações, regiões e países.

Assistimos nas últimas décadas, a serem vertidos para a rede, prerrogativas de cidadania, numa nova realidade rica de potencialidades, mas também de riscos de desafios.

Face a questões tão importantes como a da governação da Internet em Portugal, ou das ameaças à transparência da rede ou das questões colocadas pelas diretivas europeias de segurança para a rede, é nosso entender que não podemos relegar a reflexão sobre esta temática, apenas para as instâncias internacionais.

Devemos nós próprios tomar uma posição ativa na procura de soluções que assegurem os interesses dos cidadãos e da soberania nacional, bem como os nossos interesses regionais.

Reconhecemos que a iniciativa trazida pelo PPM com este projeto de resolução de Criação de um domínio de primeiro nível para a Região Autónoma dos Açores tem mérito e objetivos nobres.

Nesse sentido não podemos acompanhar o sentido crítico da bancada do Partido Socialista que através da Deputada Sónia Nicolau referiu também ontem algumas inverdades, enunciando assim o desconhecimento da sua própria parte por a matéria em questão.

No entanto, não é pretensão do PCP ... o projeto de resolução é bastante esclarecedor, tanto esclarecedor que temos a plena certeza que não é um investimento prioritário.

Apesar disso, é, na nossa opinião, desnecessário e certamente inoportuno. Para nós é essencial uma gestão cuidada e rigorosa dos recursos públicos e que sejam estabelecidas prioridades na afetação desses mesmos recursos. Sejam esses valores de 100 mil euros ou de 1 milhão de euros. É, portanto, uma questão de prioridade na aplicação dos recursos públicos.

Para nós as prioridades e as preocupações situam-se em encontrar verdadeiras plataformas de defesa da Autonomia e na procura de soluções que reponham a justiça social e económica, esses são os nossos combates.

Não vislumbramos que a criação deste domínio deva ser uma prioridade indispensável ou que o mesmo traga qualquer retorno garantido.

As ilações que tiramos do acelerado ritmo a que as mudanças acontecem, é que conseguimos perceber que a cultura uniformizadora da globalização não afetou em nada a açorianidade, antes pelo contrário, a açorianidade e a entidade regional está hoje bem viva e reforçada.

Não nos parece, nem conseguimos descobrir em que é que esta proposta possa vir a contribuir para a afirmação da nossa identidade regional e para o reforço da nossa Autonomia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD como já foi dito ontem (e bem!) pelo Sr. Deputado César Toste enaltece sobretudo a propositura desta matéria, enaltece os seus objetivos, as suas intenções, desde logo o carácter identitário e não compreende muito o que se está a passar relativamente a este diploma.

Não compreendemos muito bem esta tentativa quase que uma espécie de assassinato de caráter do proponente que parece que é pretendido ser diminuída a sua capacidade intelectual ou de visão das matérias que aqui apresenta apenas e só para procurar fugir àquilo que é o essencial da questão que estamos a debater.

O PSD tem dúvidas sérias sobre a concretização em termos de custos das valias desta proposta e por essa razão não a apoiamos inteiramente, mas não pode deixar de enaltecer que a evolução que se tem sentido na questão dos domínios de primeiro nível ao longo dos últimos anos tem levado Berlim, Moscovo, aliás, várias cidades alemãs, Londres, Paris, a Catalunha, para além de outras regiões, inúmeras, inúmeras cidades, regiões e as marcas, veja-se bem, todas elas a disseminarem-se através de domínios (*top-level domains*, como são caracterizados).

Certamente que essa gente estará toda noutra mundo que não o mundo dos socialistas açorianos que acham que isto é tudo uma coisa que nem sequer se deve pensar para o futuro, devemos mesmo ignorar esta questão do domínio de primeiro nível, porque isto nunca nos vai servir de nada.

Dizendo que da parte do Grupo Parlamentar do PSD não apreciamos esta forma de olhar para as propostas apenas atacando a personalidade do seu autor, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... diria apenas que em relação ao futuro, a esta matéria e a outras, citando também o físico e génio Stephen Hawking diria que a “inteligência é a capacidade de se adaptar à mudança”.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos agora a discutir o que realmente interessa e nesse sentido eu quero fazer mais algumas referências em relação ao que a Sra. Deputada Sónia Nicolau disse e que não é verdade.

A Sra. Deputada na sua retórica dizia o seguinte: “Sabe o que é importante, Sr. Deputado, para o mundo digital? Sabe o que é importante para a sociedade de conhecimento? Sabe, sabe? Não, não, não sabe!” Estou a citar. “Não, não, não sabe.”

Estou a citar daquilo que foi dito. Está nos vídeos, mandei reproduzir. A questão é a seguinte. Pelo menos gostava que já que me fazem uma pergunta, gosto de responder. Não pude responder, não ficou provado que eu não sei, mas porque eu não tive oportunidade de responder às perguntas que a Sra. Deputada me tinha colocado, mas a questão é a seguinte.

Os *dom* franceses são de duas letras: Guadalupe, Guiana Francesa, Reunião, Martinica. São domínios de país, embora não sejam. São entidades autónomas integradas na soberania francesa, mas que têm um domínio de país, tal como as ilhas Faroé que estão integradas na Dinamarca e que têm uma autonomia política e também é domínio de duas letras. O domínio do país está lá, identifica-se, tal como a Gronelândia e muitos outros exemplos.

Portanto, eu faço essa referência a este género de domínios. Portanto, quando a Sra. Deputada faz esta referência desconhece obviamente esta matéria, mas o que mais eu posso fazer?

Isto são os restos do império francês com a autonomia política. O que lhe posso explicar mais sobre esta matéria?

A seguir há uma questão verdadeiramente fundamental. A Sra. Deputada diz-me assim: “Bom, mas no caso da Catalunha, no caso da Galiza e também no caso do país Basco (o país Basco ela não referiu), no caso da Catalunha foi uma fundação, no caso da Galiza foi uma associação, não foi o Estado diretamente, e depois finalmente então no caso de Madrid, por exemplo, é a comunidade autónoma e quem é a entidade que está a fazer a gestão do domínio de primeiro nível?”

É diretamente o governo da região que na Espanha (para que não fiquem nenhuma dúvida) se chamam comunidades autónomas, não regiões, mas comunidades, mas é o governo regional de Madrid que faz essa gestão, ou seja, há várias metodologias, há associações, há fundações, há o estado diretamente como é o caso de Madrid, que não é a cidade de Madrid, é a comunidade de Madrid, ou é o caso de Barcelona em que é o município de Barcelona.

Portanto, há várias entidades que podem fazer gestão. Podíamos dar aqui centenas de exemplos. Portanto, mais uma vez um desconhecimento profundo da Sra. Deputada em relação ao que estava a dizer e deixem-me dizer o seguinte. Eu até posso referir a legislação, diz assim a lei das medidas fiscais e administrativas de Madrid, Lei 7/2005, de 23 de dezembro, que foi alterada pela Lei 9/2015, de 28 de dezembro: “Quem faz esta gestão no caso da comunidade de Madrid, Agência de Informática de Comunicações da Comunidade de Madrid” e depois diz o seguinte, que faz o quê?

Que faz o registo, a resolução de disputas e também faz o registo do domínio de primeiro nível de Madrid, que é o tal domínio de primeiro nível genérico.

Portanto, em relação também a esta questão a Sra. Deputada o que é que quer que eu lhe faça?

A Sra. Deputada confundiu tudo. Tenho que lhe dizer.

Não vou ser muito descritivo, mas quer dizer o que a Sra. Deputada, disse é incorreto e é falso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista e o Governo têm vindo a tomar uma posição semelhante ao longo dos tempos em relação a essa matéria mais por razões técnicas e por achar que as outras que têm sido aduzidas para este debate não são suficientes para poder resolver essas questões técnicas mais até do que as económicas, porque se há uma certa bondade na proposta em projetar os Açores, em aproximá-los de outras comunidades e até de ganhar alguma coisa com isso, isso esbarra na concetualização que está sendo feita aqui desde o início em relação aos domínios, porque nada impede que um país ou uma região tenha subdomínios. Aliás, esta história devia ser contada e conhecida desde o início. Os Estados Unidos quando encetaram esta matéria de domínios foi exatamente para identificar os domínios importantes em relação a todas essas entidades e chegaram à conclusão, como chegaram à maior parte dos países cujos domínios de primeiro nível eram os domínios mais importantes, porque numa imagem mais rápida quando se carrega no computador tudo é dirigido para aquele primeiro domínio e é por isso que continua a vigorar nos Estados Unidos isso. Isso não impede, como é óbvio, que haja outras empresas, que tenham elas próprias o seu domínio, mas não queiramos confundir uma abrangência, como se disse ontem aqui, holística ou total de um país, no caso de Portugal a identidade da cultura portuguesa e da língua com o domínio *pt*, ainda que possa ter Azores atrás e isso é que faz efetivamente a identidade do país. Portanto, as vantagens para uma empresa ou para uma marca são sempre inferiores à procura que um país tem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é!

O Orador: Isto parece lógico e são algumas dessas vantagens que o domínio *pt* neste momento nos implica.

Deputado André Bradford (PS): Não somos federalistas, o Sr. Deputado é!

O Orador: Ajuda a localizar internacionalmente e geograficamente o país e a região, é o domínio *pt*, não é o domínio *azo*, como é óbvio. Por uma questão técnica basta ler a história do aparecimento da entidade *dns*, basta ler as prerrogativas que essa entidade tem ao longo dos tempos em matéria de internet. É preciso ser claro nesta matéria.

A dinamização da própria internet em Portugal e a introdução no mapa digital foi feita com base no domínio *pt* e não de qualquer outro domínio de qualquer outra empresa. Em termos de confiança e de proximidade também são os domínios territoriais que disponibilizam os serviços de maior qualidade em termos dessa entidade internacional *dns*; em termos de todos os motores de busca são também mais fáceis de procurar e de chegar aos sítios por domínio territorial e isso não impede que haja depois derivações para esse domínio; em termos de segurança, de fiabilidade e qualidade de serviço é também o domínio territorial que impera, por isso é que os Estados Unidos continuam a privilegiar isso; ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... em termos de preço é também para as próprias empresas mais fácil e mais barato usar o domínio territorial.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: É verdade, sim senhor!

E os domínios de segundo nível são mais caros e têm uma tramitação mais complicada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porquê?

O Orador: Portanto, eu até lhe podia dizer como a Sra. Deputada disse 25 razões, mas nós para termos projeção nos Açores nós devemos pensar em

grande, mas pensar em grande é estar no mundo globalizado como estão os grandes sem prejuízo de termos atenção ao local.

Portanto, a nossa preocupação é estar preocupados com o local, mas também com o global.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, isto sim são argumentos, são rebatíveis, eu não concordo. Agora, a questão é esta ...

Meus senhores, agora estou eu a falar.

Sr. Deputado José Contente, então explique-me uma coisa: então se é assim o .es, porque é que Madrid quer ter um domínio?

Então porque é que Barcelona quer ter um domínio?

Porque é que Berlim quer ter um domínio no seio da poderosa Alemanha com visibilidade?

Porque é que centenas e centenas de domínios estão a aparecer sob as diversas regiões de toda a Europa?

Porque é que este é um processo que está a crescer enormemente em que as regiões autónomas e as cidades têm cada vez mais domínios, domínios próprios?

Porquê, Sr. Secretário?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Agora já é Secretário!

O Orador: Sr. Secretário! Sr. Deputado José Contente!

Porque é que isto acontece?

Esta gente de Madrid, Barcelona, não se rende à eficácia da sua argumentação, Sr. Deputado José Contente. Tem de explicar isto a Madrid e a Barcelona e tem de explicar isto à Bretanha, tem de explicar isto às ilhas Faroé, tem de explicar isto às centenas de territórios autónomos que estão a decidir de forma diferente. Porquê?

Porque não é verdade que a acessibilidade não seja maior.

Sabe porque é que muita gente e porque é que Madrid está a ter um grande sucesso e muita procura? Sabe porquê, Sr. Deputado?

Porque os domínios relacionados, por exemplo, com o turismo estão esgotados: hotel, por exemplo, muitas outras designações específicas ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... já estão esgotados e então este tipo de domínios ...

Ouça! Isto até pode ser um grande negócio. É o último exemplo. Sr. Deputado, Tuvalu vendeu por uns quantos milhões o seu domínio. Sabe como é que se chamava?

Tuvalu, *tv*, *.tv*.

Evidentemente deram-lhe quase 50 milhões de dólares só para terem aquele domínio e depois todos aqueles que estão ligados a esse domínio.

Esse nome do domínio é o futuro, Sr. Secretário ... Sr. Deputado José Contente. É a força do hábito. São tantos anos que depois ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

Muitos mais argumentos, mas não é verdade.

O futuro é aquele que o Sr. Deputado está a negar e é aquele que centenas de cidades e centenas de regiões vão adotar no futuro e já estão a adotar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente. Dispõe de cerca de um minuto também.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: A Mesa tem sempre isso em consideração, Srs. Deputados.

O Orador: Eu queria mais uma vez clarificar na câmara que os Estados Unidos também têm domínios genéricos e quais são?

São aqueles que nós até conhecemos. É o *.com*, organizações comerciais; o *edu*, para instituições educacionais; o *gov*, para institucionais governamentais; o *mil*, para grupos e instituições militares; a *net*, para grupos e depósitos e redes principais; o *org*, para relacionamento entre as redes; *inter*, para organizações internacionais.

Mas são domínios de segundo nível. Isso não impede que eles considerem que de facto o domínio principal é o que está na raiz e é o que identifica o país. E nós já que estamos a falar aqui em identidade então sejamos claros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E qual é o domínio do país?

O Orador: É um! E depois?

Não estou aqui a ser interrogado por V. Exa., até porque já não tenho essas funções e por isso eu gostava de dizer que efetivamente o Partido Socialista tem uma atitude muito clara neste debate: é a atitude que sabe que para ir à frente não se pode levar a cabeça tão depressa que ela passa à frente dos pés.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Todos os que são visionários põem os pés à frente da cabeça! Primeiro avançam os pés, depois a cabeça!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está encerrado este ponto. Vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto sete da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 48/XI – “Resolve recomendar ao Governo Regional, na qualidade de único acionista do grupo SATA, que dê orientações específicas à Azores Airlines, no sentido de impedir a concretização da decisão unilateral de acabar com a rota Terceira-Porto-Terceira, em outubro de 2017”**. Este projeto de resolução foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS e tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução deu entrada nos serviços da Assembleia Regional dos Açores a 20 de julho de 2017, pelo que se mantém atual infelizmente apenas no seu ponto 2 da parte resolutiva, uma vez que SATA extinguiu, sem fundamento, a ligação Terceira-Porto.

Em 2008, os Governos socialistas da Região e da República, reviram as obrigações de serviço público, tendo incluído a ligação Terceira-Porto, no âmbito da prestação do serviço público de transporte aéreo entre os Açores e o Continente, só que, incompreensivelmente, limitaram-na a “*uma frequência semanal, de 1 de junho a 30 de setembro*”.

No último plenário da IX Legislatura, em setembro de 2012, o CDS apresentou nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Projeto de Resolução, aprovado por unanimidade, que recomendava ao Governo Regional que na sua qualidade de único acionista do Grupo SATA, adotasse as diligências de sua competência para que a SATA Internacional reforçasse as suas ligações na rota Terceira-Porto-Terceira, nomeadamente com a realização de dois voos, de ida e volta, diretos, no verão IATA, e um voo semanal, de ida e volta, direto, no Inverno IATA.

Com a sua aprovação unânime, a iniciativa do CDS foi promulgada e publicada no Diário da República e no Jornal Oficial, como Resolução n.º 29/2012/A, de 8 de outubro, nunca (repito, nunca) tendo sido revogada. É uma resolução desta Casa que está, portanto, em vigor.

Entretanto, em 2015, com a liberalização do espaço aéreo e apesar da entrada de companhias low-cost nas ligações entre a Ilha Terceira e a Cidade do Porto, a Azores Airlines manteve a ligação entre as Lajes e o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, facto que se verificou até ao dia 12 de outubro de 2017, dia em que se realizou o seu último voo nesta rota.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Lamentavelmente, a SATA/Azores Airlines confirmou esta decisão de acabar com a rota, justificando-a com as alegadas baixas e pouco rentáveis taxas de ocupação nesta rota.

Argumento que não se aceita por ser falso. Se não vejamos: a operação era inicialmente efetuada com a aeronave A320 com capacidade para cerca de 160 lugares. A pergunta que faço nesta altura é: qual era a taxa de ocupação com esta aeronave?

A SATA depois altera o equipamento para um A310 com capacidade para 220 passageiros. Obviamente que a taxa de ocupação diminuiu. A pergunta que se faz é porque é que a SATA, Sra. Secretária, mudou de equipamento?

A conclusão a que se chega é que a SATA, devido aos erros de gestão (repite, devido aos erros de gestão da SATA), ao alienar um A320, ficando apenas com três aeronaves, ficou sem capacidade de resposta para servir os Açores e os açorianos, desviando o A320 que servia a rota Terceira-Porto, para servir as gateways do Pico e da Horta. Justificando ainda que a Terceira passava a ter uma ligação ao Porto feita bissemanal, realizada pela Ryanair.

Aqui também é interessante constatar o seguinte facto: segundo a SATA, não havia passageiros para a realização de um voo semanal, mas curiosamente passou a haver passageiros para dois voos semanais da Ryanair. A pergunta é: como se justifica isso?

Que tarifas tinha a SATA?

Como servia a SATA os açorianos?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Ryanair esgotada e a SATA, Sra. Secretária, porque é que não andava, segundo as vossas contas?

A pergunta que lhe faço também Sra. Secretária é: na gateway de Ponta Delgada, e faço também aos caros colegas deputados da ilha Terceira, quantos

voos havia da SATA para o Porto e quantos passaram a haver com a entrada da Ryanair, Sra. Secretária Regional?

O antes e o depois da Ryanair. Se há na Terceira, vamos aplicar o mesmo critério na outra gateway. Concorda certamente comigo com o que estou a dizer.

E no verão IATA, Sra. Secretária, haverá mais um voo da TAP, ou seja, antes da Ryanair e da TAP havia 4-5 ligações semanais ao Porto. Com a vinda da Ryanair era de esperar que a SATA aplicasse o mesmo critério, mas não, aumentou o número de ligações da SATA ao porto, chegando ao ponto de no verão IATA ter à sexta e ao domingo dois voos entre PDL-Porto, Sra. Secretária. Dois pesos e duas medidas! Porque passaram então a haver ligações diretas ao Porto no próximo verão IATA, vão passar a haver sete voos da TAP, seis voos da Ryanair e nove voos da SATA, ou seja, a SATA com a entrada de mais seis voos da Ryanair, de mais sete voos da TAP, a SATA duplicou os seus voos ao Porto a partir de Ponta Delgada e a partir da Terceira diminuiu porque tinha a Ryanair a fazer o serviço.

Como é que se justifica isso, Sra. Secretária?

Fica a pergunta e sobretudo aos colegas da ilha Terceira que naturalmente irão justificar esta contradição.

Já agora Sra. Secretária Regional, em que consiste a norma do PREIT que passo a citar - “reforçar a operação da Azores Airlines e da SATA Air Açores, no aeroporto das Lajes” - inserida no Eixo 8 do documento, referente à Competitividade Logística da ilha Terceira? Já agora lhe digo, Sra. Secretária, que a SATA não acabou apenas com a ligação Terceira-Porto. A SATA diminuiu vergonhosamente, Sra. Secretária, no horário de inverno, a ligação Terceira-Lisboa (pasmese!) para apenas três voos semanais (terças, quintas e sábados). Terá sido também por falta de ocupação?

A SATA, Sra. Secretária Regional, no próximo verão IATA, escandalosamente, tem apenas uma ligação diária a Lisboa e num horário utilizado apenas quando já serviu tudo o resto. A SATA, Sra. Secretária, para servir outros (e os outros são os alemães; e os outros são Cabo Verde), deixa de servir os Açores e os Açorianos, Sra. Secretária Regional e isto é absolutamente condenável.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Numa rota liberalizada, só há baixa de preços quando há concorrência entre as companhias e a SATA na gateway da Terceira desistiu de ser o regulador, aquele que é o seu papel, ou devia ser o seu papel, de preços e de entrar no mercado, de modo a proporcionar concorrência e preços mais baixos. Os passageiros da gateway da Terceira foram e estão abandonados à sua sorte, pela SATA e sobretudo pelo Governo Regional e pelos deputados da ilha Terceira (os deputados do Partido Socialista, bem dito).

Com a entrada da Ryanair noutra gateway não houve diminuição de passageiros, Sra. Secretária.

Porque é que na Terceira entrou a Ryanair e diminuíram-se os voos da SATA?

Porque é que não aplica o mesmo critério? Tenho que lhe perguntar outra vez.

O que é incompreensível é que no horário de verão há todos os dias ligação ao Porto e nalguns casos duas ligações diárias. Em que é que ficamos, Sra. Secretária? Como se servem os açorianos equitativamente, Sra. Secretária?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Como se desenvolve os Açores com esta política centralista, Sra. Secretária Regional e Sras. e Srs. Deputados?

Sra. Secretária Regional e Sras. e Srs. Deputados, para o peditório do bairrismo não dou mais, para o peditório instituído pelo Governo Regional de dividir para reinar não dou mais.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O Governo tem obrigação de servir os Açores e os açorianos de forma equitativa. O Governo não pode dividir para reinar e por Pico contra o Faial, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... Terceira contra São Miguel, etc., etc.. Isso não é admissível e isso é a política que estão a fazer, nomeadamente nos transportes aéreos. Ainda ontem tivemos aqui um exemplo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

No que a esta matéria diz respeito é caso para dizer que este Governo se comporta como quem canta aquela canção “põe o avião, tira o avião, há hora que eu quiser” e comporta-se assim relativamente à SATA, neste caso a SATA Internacional, mas também no que diz respeito às suas rotas, aos seus equipamentos e também aos conselhos de administração. É o passado recente e já não assim tão recente que o diz.

Portanto, a única coisa que se pode assegurar e que podemos todos ter a certeza é que a SATA (e repito as suas rotas, os seus equipamentos e nos conselhos de administração e já agora – desculpem-me o atrevimento – no Membro do

Governo com a tutela da empresa) tudo aquilo que hoje é amanhã certamente não será. O põe e tira é sempre muito rápido e desastroso.

O desgoverno da SATA é um claro reflexo do desgoverno da própria governação.

O Grupo SATA tem ainda um acionista único, só um acionista, que é o Governo Regional dos Açores, o Governo do PS.

Deputado Manuel Pereira (PS): Da Região!

O Orador: Por isso, o Governo não pode dar a cara pela criação de uma rota operada pela SATA, ou pela SATA Internacional, ou pela Azores Airlines, quando esta serve de instrumento político, ou como instrumento de alavancagem económica para logo a seguir utilizar o argumento da decisão técnica para não cumprir com aquilo que prometeu à população e às suas empresas e aos seus negócios.

Portanto, eu gostaria que Vs. Exas. me respondessem quer no Governo, quer no Partido Socialista, que credibilidade é que podem merecer os vossos compromissos e os vossos documentos estratégicos quando aquilo que está no papel rapidamente se esgota, deixando de valer sequer o custo do papel em que está escrito?

O PREIT que aqui já foi referido, que é o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira do PS e do seu Governo, previa um reforço da operação da SATA na gateway Terceira e não o oposto, que é aquilo a que temos vindo a assistir com o anúncio da retirada da SATA da rota Terceira-Porto e já agora (porque não!) com o cancelamento, ou com a indisponibilidade da SATA Internacional para a operação charter com Madrid que levou a que tivesse sido necessário substituir o operador, ...

Deputado André Bradford (PS): Mas está a funcionar ou não está a funcionar?

O Orador: ... porque a SATA deixou de ter capacidade para servir a ilha Terceira naquele charter. Portanto, se o PS e o seu Governo não cumprem com o PREIT como podem esperar que outros cumpram com aquilo que está nos vossos documentos estratégicos?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, tudo com a aceitação, e para utilizar a terminologia usada pelos deputados do Partido Socialista, com a satisfação e aplauso dos deputados do PS, curiosamente também com aqueles que foram eleitos pela ilha Terceira. É assim que estes planos do Governo Regional ficam a valer aquilo que o Ministro Santos Silva disse: ficam a valer zero. Palavras vossas e não palavras da oposição.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Será que os Srs. Deputados do Partido Socialista e será que o Governo Regional dos Açores leu com atenção os pareceres das duas câmaras municipais da ilha Terceira, ...

Deputado António Almeida (PSD): Não leu bem!

O Orador: ... governadas em ambos os casos pelo Partido Socialista e concordam tanto com esta resolução do CDS que emitiram documentos que por acaso são exatamente iguais?

Talvez até tenham sido elaborados em conjunto dada a semelhança nos termos e no conteúdo?

Talvez até tenha sido um copy/paste um do outro?

Acho que deviam ter lido esses pareceres que mostram de forma incontestável, diria eu, aquilo que é o prejuízo, aquilo que é a inconformidade que as duas autarquias têm perante esta retirada, este bloqueio que a SATA fez à Terceira através do cancelamento da rota Lajes-Porto.

Portanto, o PSD não pode aceitar, nem aceita, que a gateway da Terceira fique numa rota tão importante apenas dependente da operação low cost e das circunstâncias muitas vezes voláteis da mesma sendo abandonada pela companhia aérea regional com a justificação das baixas taxas de ocupação, argumento esse que como disse o Deputado Artur Lima ali da tribuna, para além de não ser verdadeiro, para que fosse válido também teria que levar ao encerramento de muitas mais rotas operadas pela SATA e não apenas esta, até porque também como aqui já foi dito a ocupação em termos de número de passageiros é alta e é muito alta na concorrência e a rota é lucrativa.

O PS fica satisfeito. Nós não.

Portanto, o que se pode verificar é que a SATA, por muito que não queiram os senhores do Partido Socialista e o Governo, baixou os braços perante o mercado concorrencial. Essa é que foi a realidade ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e foi o próprio presidente do conselho de administração da empresa que na Comissão de Economia admitiu aquilo que há muito tempo o PSD vem a denunciar que é a desadequação da frota da Azores Airlines, bem como da sua estrutura de custos para a missão que a Região atribui e vai continuar a atribuir à sua companhia aérea. Ou seja, foi o assumir do fracasso da tutela, das suas nomeações, das suas decisões técnicas e políticas no que à SATA diz respeito.

No final, o PS e o Governo ainda anunciaram que se a Ryanair falhasse na sua rota Terceira-Porto então a SATA avançaria como remendo.

A SATA não pode ser o tapa buracos da Ryanair, nem na rota Lajes-Porto, nem em nenhuma outra rota qualquer. A SATA é uma companhia regional, é uma empresa estratégica para os Açores, não é uma empresa remendo de qualquer situação que tenha a ver com os transportes na nossa Região Autónoma. E eu repito: o PS fica satisfeito; nós claramente não ficamos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo: Este projeto de resolução já foi amplamente discutido e escrutinada a decisão da administração da empresa SATA no âmbito da Comissão de Economia em dezembro último.

Já nessa altura se explicou e foram tornadas públicas as razões da descontinuação da operação da rota Porto-Terceira-Porto em outubro passado. De facto, esta é e continua a ser uma decisão de gestão da administração da companhia, a qual conforme amplamente reiterada teve em conta os índices de ocupação verificados e a rentabilidade e sustentabilidade da rota. Estes índices de ocupação foram dados a conhecer em detalhe não só na altura dessa audição, mas também em resposta a requerimentos já formulados não só pelo PSD, mas também pelo CDS-PP.

A este respeito há que dar várias notas.

A primeira é de que apesar da SATA ter descontinuado esta rota pelas razões apontadas, a conetividade direta do Porto à Terceira e da Terceira ao Porto está a ser assegurada, desde então, em maior número, no dobro do que aquela que existia até dezembro de 2016, a única diferença é que não é pela SATA, mas foi pela Ryanair ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é que devia envergonhá-la!

A Oradora: ... e foi com regozijo, uma medida que foi enaltecida, quer pelo PP, quer pelo PSD.

A segunda nota é que a SATA continua a oferecer ligações entre o continente e a ilha Terceira na ligação Lisboa-Terceira-Lisboa e ainda a Lisboa e ao Porto através de outras gateways existentes na Região.

Em terceiro lugar, em termos gerais, a conetividade e acessibilidade à Terceira está melhor do que nunca, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Secretária, isso já vinha escrito!

A Oradora: ... tal como evidencia o crescimento reiterado dos números de passageiros desembarcados desde 2015.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem disse isso?

A Oradora: Verifica-se, no caso dos territoriais, um aumento de 4% de 2014 para 2015, de 17% de 2015 para 2016 e de 30% de 2016 para 2017.

Por último, uma nota ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que justifique o abandono da SATA!

A Oradora: ... em que não deixo de manifestar o meu espanto com a mudança de discurso dos partidos da oposição. Um dia acusam este Governo de se ingerir nas medidas gestionárias da SATA; no dia seguinte querem que a SATA mantenha uma rota que é deficitária.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

A Oradora: Atenção: primordial e fulcral são as acessibilidades à ilha Terceira que continuam a ser garantidas de forma direta, com o dobro das ligações que existiam até data. Portanto, nesta medida realçava ainda que os órgãos de administração as empresas públicas gozam de autonomia de gestão, com respeito das orientações dirigidas pelos acionistas e pelo respeito dos contratos de gestão, mas gozam de autonomia na sua gestão. Portanto, não podemos num dia estar a defender ingerência e no outro dia defender e culpar essa ingerência.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Depende da forma como se faz essa ingerência!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sra. Secretária Regional: Vamos lá ver se nos entendemos.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Zuraida Soares:

Sra. Secretária Regional, vamos lá ver se nos entendemos numa coisa. O argumento usado na comissão quer pelos Srs. Deputados do Partido Socialista, quer pelo Sr. Presidente da SATA, o argumento usado amplamente foi o seguinte, vamos lá ver se nos entendemos aqui: a SATA não fazia ligação Terceira-Porto, porque a Ryanair o fazia e, portanto, acharam que não era necessário. Estamos de acordo?

Foi o que foi dito. Está no relatório da comissão.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Não, não estamos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está no relatório!

O Orador: Então vai ter que desmentir a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Ela ainda nem falou!

O Orador: Está no relatório da comissão. A Ryanair substitui-se à ligação Terceira-Porto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E a própria Sra. Secretária também o disse!

O Orador: E a Sra. Secretária também o disse.

Agora o Governo Regional pode não intervir na gestão da SATA, coisa que nenhum de nós aqui acredita, não é verdade?

Agora o Governo Regional tem a obrigação de tomar medidas equitativas em relação aos açorianos e em relação à maneira como a companhia pública açoriana serve os Açores. Isso tem obrigação de o fazer e de corrigir algumas coisas. Tem obrigação, porque não se compreende, Sra. Secretária, que numa gateway o número de voos passe de cinco para 12 ou 14 na mesma rota ao sábado, por exemplo, que se mantenha um voo de Ponta Delgada e um voo seja feito da Terceira. Não consigo perceber porquê. Porque a senhora tem a operar agora em Ponta Delgada três companhias e não retirou um único voo da SATA, triplicou os voos da SATA, Sra. Secretária.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Tem haver com a procura!

Deputado Carlos Silva (PS): Esse é que é o problema, não é Sr. Deputado?

O Orador: Qual é o critério?

Diga-me lá se numa gateway diminui porque entrou uma companhia nova, na outra gateway triplica porque entraram duas companhias novas e Sra. Secretária não venha convencer da taxa de ocupação, porque eu uso essa ligação muitas vezes, Ponta Delgada-Porto. Não me venha convencer da taxa de ocupação. A senhora não me venha convencer da taxa de ocupação, porque ela é igual em todo o sítio.

Deputado Carlos Silva (PS): Vê-se a taxa de ocupação no Facebook! Isso não é científico!

O Orador: E mais! Se a SATA tivesse boa gestão e não tivesse má gestão, não tivesse alienado um A-320, para apenas ficar com três, não tinha necessidade de por o 310 a servir, a fazer a rota Terceira-Porto.

Deputado André Bradford (PS): Isso é mau!

O Orador: Se a senhora fizer nos gráficos que nos foram fornecidos a ocupação com um 320, na maioria das ligações havia *overbooking*. Se a ligação fosse feita a partir da semana que os senhores acabar, da semana 27, havia *overbooking*, Sra. Secretária.

Deputado Carlos Silva (PS): Os preços variam, Sr. Deputado!

Deputado André Bradford (PS): E isso é mau?

O Orador: Os números são vossos, não são meus. São vossos!

Portanto, isso é escandaloso e o vosso critério é que não é aceitável. Não é aceitável, Sra. Secretária, de maneira nenhuma.

E mais! Não é aceitável a vossa hipocrisia para usar um termo novo que os senhores gostam muito de usar gora.

A hipocrisia de manterem no contrato de concessão da SATA Azores Airlines a ligação Terceira-Porto.

A hipocrisia de obrigarem o privado a ter que fazer e os senhores enquanto companhia pública não têm quer o fazer. A isso chama-se hipocrisia, Sr. Deputado Bradford.

Deputado André Bradford (PS): E isso é mau?

O Orador: Os senhores não querem agora, mas querem obrigar os outros a fazer.

Então, em que é que ficámos? É para fazer, ou é para não fazer. Os senhores não querem fazer. É hipocrisia.

E mais, Sra. Secretária Regional! Devo lhe dizer também, não me custa nada. Ainda noutro dia vim aqui à Horta apanhar o avião à sexta-feira para ir para Lisboa, porque não consigo sair da Terceira de manhã, ninguém consegue. Vim no voo das 8:30, apanhei o das 10:35 e fui para Lisboa. Não me importa nada de onde é que eu saio, como vou muitas vezes apanho o voo para Ponta Delgada e venho. Não posso aceitar é o seguinte (Sra. Secretária, e não vou revelar nenhuma inconfidência, parece-me que não, já tivemos uma conversa a

esse respeito) e disse-lhe ainda ontem que o voo chegue às 14:15 e que o voo para a Terceira tenha saído às 14:10, quando se espera que haja uma interligação entre a SATA Air Açores e a SATA Internacional quer da Horta, quer de Ponta Delgada. Não posso aceitar isso. Não posso aceitar que haja um voo há uma hora de Ponta Delgada e que só haja um voo de manhã, às sete da manhã, e não tenha lugares. Não posso aceitar isso.

Portanto, há aqui uma descoordenação e um mau serviço. Podia-lhe dar mais exemplos.

Agora quando a SATA não tem capacidade de servir os açorianos e vai servir Cabo Verde ... Qual a taxa de ocupação na rota de Cabo Verde? Sabe quanto é? 67%.

Mas sabe qual é o preço médio da tarifa?

É muito inferior ao preço médio da tarifa que a SATA poderia e pode fazer, como os outros fazem, nas ligações entre os Açores e o continente. 67% a taxa de ocupação entre os Açores e Cabo Verde, Sr. Secretária, com uma diferença:

...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a tarifa?

O Orador: ... 64% não é assim tão mau para os preços que são praticados e para um 310 é muito bom.

Portanto, os senhores não têm regras, não são equitativos e por isso a SATA está destruída, porque os senhores a destruíram, porque não serve os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu agradeço que me expliquem a contradição: porque é que numa gateway aumenta de 4 para 12 os voos, entram três companhias e aumentam os voos da SATA; na outra gateway entra uma companhia e os senhores acabam com os voos da SATA. Portanto, a senhora vai ter que me esclarecer essa contradição. Porquê?

E já agora vai ter que me dizer quais são as taxas de ocupação de todos os voos, desses como diz da Terceira, vai ter que dizer quais são Ponta Delgada-Porto de todos os voos e isso é que é tratar os assuntos com seriedade institucional, que é o que se exige aqui dentro, porque senão o contrário é a falta de seriedade institucional e isso não é aceitável.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O fim da rota Terceira-Porto-Terceira criada por cumprimento de uma resolução desta Casa foi obviamente uma decisão errada que prejudicou a ilha Terceira e os terceirenses, privando-os de uma rota e de uma ligação que era extremamente importante para o seu direito à mobilidade.

Justificou o Governo Regional esta decisão com a oferta que passou a existir de outra empresa, nomeadamente a Ryanair, fazendo a mesma rota com alguma frequência. Mas é óbvio que ficou a ilha Terceira, ficaram os terceirenses dependentes nesta rota de apenas um operador, mas não vou ser eu a vos dizer os perigos da dependência de apenas um operador, ainda por cima de um operador low cost. Deixem-me citar o Presidente da Câmara da Praia da Vitória, Tibério Dinis, numa entrevista ao programa de rádio, “poder local na rádio”, a 11 de novembro de 2017, diz o seguinte e passo a citar: “Relativamente à ligação com o Porto é igualmente um assunto com alguns meses, sendo verdade que para o inverno teremos mais ligações com aquela cidade do que no inverno passado, mas sob serviço da Ryanair. Creio, contudo, que é fundamental a SATA rever esta posição, porque temos de encarar estas situações do mesmo modo que encaramos o que à economia diz respeito, ou

seja, se não queremos no futuro estar dependentes da presença norte americana nas Lajes, buscando soluções alternativas, não podemos, nem queremos estar apenas na dependência dos humores economicistas de um operador aéreo com a natureza estritamente comercial da Ryanair.”

Abstenho-me de fazer mais comentários, porque está muito bem dito, não diria melhor.

Dizia em comissão a Sra. Secretária Regional que os custos (para justificar o fim desta rota) da operação da Ryanair não podem ser comparados aos da SATA.

É verdade. Os custos são diferentes, mas as receitas também são. É que no ano passado quando se anunciou o anúncio conjunto do Primeiro-Ministro e do Sr. Presidente Regional, a 29 de abril, anunciou-se o início da rota Terceira-Porto através da Ryanair e citando aqui uma notícia da *Lusa* diz o seguinte: “António Costa anunciou o financiamento por parte do fundo nacional de turismo para iniciativas de promoção da ilha Terceira e melhoria da oferta de transporte que incluía duas novas rotas low cost a partir do Porto e de Lisboa para aquele destino, com duas rotas a partir do Porto e quatro a partir de Lisboa.”

Ou seja, a Ryanair tem outro tipo de receitas, recebe um subsídio para voar para o Porto. Porque é que a SATA não pode receber?

Meus senhores, não foi desmentido. O Governo Regional anunciou em conjunto com o Primeiro-Ministro e agora o que resta saber é porque é que a SATA não pode receber o mesmo e porque é que os senhores não disseram se a Ryanair pode receber, porque é que a SATA não recebe.

Não tenho nada contra que a Ryanair o receba, mas na mesma rota há aqui concorrência desleal como é mais do que óbvio.

Para agravar essa questão dizia o Sr. Presidente da SATA em audição na Comissão de Economia: “Se algum dia a Ryanair abandonar esta rota a SATA estará cá para cumprir o seu serviço para com os Açores.”

A pergunta que eu deixo é: se nesse dia a SATA vai poder receber os mesmos apoios que recebe a Ryanair?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, a sua argumentação e a argumentação do Governo Regional foi bastante previsível. Aliás, é previsível como é previsível a argumentação que vai ser utilizada provavelmente pelo Partido Socialista e certamente pela Deputada Mónica Rocha que já se inscreveu (eu vi!) ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Talvez não!

O Orador: ... e, portanto, não me confere nenhum tipo de dotes de adivinhação e é previsível, porque é a mesma que já foi utilizada em comissão, só que apesar de previsível não colhe e não colhe vou lhe dizer porquê. Porque não pode o Governo anunciar politicamente a criação das rotas e colher delas os devidos louros quando elas começam e a seguir quando elas acabam e encerram vir dizer que não tem nada a ver com isso e que é um critério de gestão, nem pode acusar os partidos desta Casa quando debatem serviços prestados por empresas regionais de que o Governo é o único acionista dizer que propor, alterar, modificar, repor é uma ingerência na gestão, quando – julgo eu – que não há maior ingerência política na gestão de uma empresa como a SATA do que as sucessivas nomeações que são feitas para o seu conselho de administração.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, eu julgo que não se conhece mais empresa nenhuma, em mais lado nenhum que tenha uma dança de cadeiras tão grande e tão frequente como a SATA ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que impede a empresa de ter uma estratégia coerente e de ter uma linha de rumo que não seja este ziguezaguear constante consoante a mudança dos titulares das cadeiras no conselho de administração.

Portanto, os argumentos da Sra. Secretária caem por terra até porque tinha sido os mesmos da comissão e nós já os esperávamos.

Agora, o que se espera também é que haja coerência e não há, porque aqueles argumentos que utiliza para encerrar ou para justificar o encerramento da ligação entre as Lajes e o Porto tinham que ser os mesmos para todas as outras rotas e se há concorrência com uma low cost na ilha Terceira, também há, como aqui já foi dito pelo Deputado Artur Lima e não quero repetir a intervenção dele, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor está sempre a dizer o que já disse o Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... também o há noutra gateway da Região e se há um problema com taxas de ocupação nesta rota da SATA que serve os açorianos, há outros problemas de taxas de ocupação noutras rotas da SATA que se calhar não servem os açorianos, ou pelo menos não servem tanto quanto esta servia.

E perdoem-me os Srs. Deputados: é preciso discutir aqui outra questão, que é uma questão a que não responde a companhia aérea low cost, aliás, e que também não está a responder a TAP por aquilo que também já tem sido debatido, que é a questão do transporte de doentes, as macas e as incubadoras e ficará a Terceira e a ligação ao Porto, que também muitas vezes é necessária, porque não só dos serviços de saúde em Lisboa se servem os terceirenses, os jorgenses e os graciosenses e tantos quantos são os outros açorianos que precisam da gateway das Lajes para poder acudir às suas necessidades, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sejam elas quais forem e as de saúde serão as mais importantes de todas, em que situação é que ficam com o cancelamento desta rota da SATA

e com a incapacidade das restantes companhias aéreas de cumprir para com o transporte de doentes que é tão necessário aos açorianos e essa questão também tem que ser aqui respondida.

Depois, também a Sra. Secretária não quis fazer uma única referência àquilo que o seu presidente do conselho de administração assumiu em comissão, que é a desadequação da frota da SATA para aquilo que são as suas obrigações de serviço aos açorianos e aquilo que são os custos da sua estrutura (passo a redundância) de custos para que a SATA possa ser uma empresa não só viável, mas sobretudo e principalmente útil como ferramenta a todos os açorianos e são essas as questões que a Sra. Secretária tem de responder e é aí que o Governo e a SATA (que é o único acionista) estão a falhar para com a Terceira e para com todos aqueles açorianos que usam a gateway das Lajes para acudir às suas necessidades.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Queria só esclarecer aqui aos diferentes partidos da oposição que eu não dou respostas, ou não dei respostas em sede de comissão.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu questionei da mesma forma que os senhores, recebi informação e depois naturalmente cheguei a uma conclusão e, sim, a uma posição.

Relembro que no relatório que nós aqui temos e que é taxativo, eu questionei várias questões e várias preocupações, nomeadamente com relação aos critérios atribuídos às taxas de ocupação e à extinção das rotas e o que me foi dito foi que ele era efetivamente transversal. Portanto, foi isso que eu referi.

Também por outro lado (e foi bom a Sra. Secretária ter novamente esclarecido até porque alguma desinformação abunda nos últimos tempos) efetivamente os terceirenses não estão desprovidos de qualquer oportunidade de se deslocarem ao Porto, estão sim com esta conectividade reforçada. Não é a ideal, pois nesse aspeto nós temos que dar o mérito naturalmente ao CDS da proposta que apresentou aqui nesta Casa que foi votada por unanimidade.

E digo sim, que o Partido Socialista estaria satisfeito sim, se esta rota não fosse deficitária, se esta rota estivesse com bom comportamento e que assim, sim, seria ideal. Agora o Partido Socialista tem efetivamente é que manter uma posição de coerência, aliás, o Partido Socialista e penso que as restantes bancadas também a deveria ter.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: E aqui para conseguir dar algum “*quê*” imprevisibilidade, decepcionando um bocadinho o Sr. Deputado Luís Rendeiro, até porque quem me conhece sabe que eu não sou de todo previsível, é dizer o seguinte.

Deputado Luís Maurício (PSD): Já é um bocadinho!

A Oradora: Já é?

Deputado Luís Maurício (PSD): Já é!

A Oradora: É fruto da convivência. Desculpe, Sra. Presidente.

Neste sentido eu questionava e dizia o seguinte: eu perguntava ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros que há dias atrás dizia que o caso da SATA Air Açores, empresa pública em falência técnica, fruto de erros acumulados. Eu perguntava, Sr. Deputado, se considerava o proliferar e o manter desta rota ao longo do tempo, mesmo que ela fosse deficitária e resultante em impacto negativo para a empresa se isto seria um erro acumulado ou não?

Portanto, eu perguntava.

Deputado Carlos Silva (PS): Diga lá!

A Oradora: Por outro lado, eu pergunto aos Srs. Deputados, é que isto é muito fácil de querer o melhor dos dois mundos. Num dia exigir a gestão sustentável das empresas, exigir que sejam eficientes, equilibradas e que tenham eficácia, no outro dia ignorar dados concretos, factos comprovados que determinam determinada tomada de posição com o objetivo único (imagine-se!) de simplesmente se mostrarem como os únicos defensores da ilha Terceira.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado António Almeida (PSD): Únicos não, mas os melhores!

A Oradora: Resumo e conluo: é que haja coragem para admitir e reconhecer e esclarecer devidamente os terceirenses. É isso que nos é exigido nesta Casa.

Depois, no fundo, eu termino dizendo que é muito fácil e é para muitos mais julgar facilmente do que assumir a responsabilidade e executar os projetos com coragem e isso, infelizmente, cabe ao Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Na resolução política do PCP aprovada no último congresso regional pode ler-se em relação à SATA o seguinte, que passo a citar:

“Levantam-se grandes preocupações em relação ao futuro do Grupo SATA, que a gestão danosa dos sucessivos governos regionais levou a uma situação financeira difícil, nomeadamente não lhe pagando o devido pelo seu serviço,

para abrir portas à sua futura privatização, que é defendida claramente por diversos sectores e forças políticas regionais.

O PCP rejeita esta opção, que considera como extremamente negativa para a Região e reafirma que a SATA tem de ser mantida como uma empresa pública, regional, forte, construída com os seus trabalhadores e que tenha uma gestão eficaz, transparente e independente das conveniências do Governo Regional e de interesses privados; uma empresa onde exista um planeamento cuidado, participado, transparente, eficaz, exequível, que garanta coerência e rigorosa gestão; uma empresa que não sirva de agência de emprego político, nem para dar respostas a preocupações imediatistas do Governo, abrindo e fechando, reduzindo ou reforçando rotas ao sabor das conveniências políticas de curto-prazo.” Fim de citação.

O encerramento da rota Terceira – Porto -Terceira por parte da SATA mais não é que o resultado da política levada a cabo pelo PS, mas que conta quanto aos seus princípios fundamentais com o ativo apoio quer do PSD quer do CDS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja os resultados!

O Orador: Senão vejamos:

As decisões políticas como a privatização da TAP, efetuada de forma apressada e ilegal decidida pelo Governo PSD/CDS a liberalização das rotas de e para a região e a consequente abertura às empresas low-cost tiveram como consequência que a SATA passasse a concorrer diretamente com estas, mas numa posição de completa desvantagem dadas as obrigações a que está sujeita.

É precisamente a concorrência desleal nomeadamente na rota Terceira-Porto-Terceira, concorrência esta que aproveitando o filão de dinheiros públicos que nomeadamente através do programa de reencaminhamentos gratuitos a cargo da SATA enche os bolsos à Ryanair, sem que esta como bem sabemos não tem qualquer responsabilidade quanto à prestação do serviço e muito menos quanto à aceitação de carga aérea o que aliás não faz.

No caso da rota em apreço é precisamente esta concorrência desleal que rouba à SATA o filão mais rentável que é o do transporte de passageiros, que serve de pretexto e de justificação para que seja decidido pela SATA o encerramento desta rota. Isto com grave prejuízo para a Terceira e os Terceirenses.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há que dizê-lo com toda a clareza que é este o resultado da política da direita protagonizada pelo CDS pelo PSD e pelo PS.

Não deixa, pois, de ser caricato que os defensores dessas políticas venham manifestar o seu repúdio pelas consequências políticas daquilo que sempre defenderam e defendem.

Pela parte do PCP sempre defendemos e continuaremos a defender que a SATA é uma empresa estruturante para a região e como tal e como empresa totalmente pública deve prestar um serviço público de transporte pautado por interesse público e não por meras regras concorrenciais de mercado no qual logicamente está a manutenção da rota Terceira-Porto-Terceira.

Por isso mesmo e embora saibamos que o Governo com toda a sua onda privatizadora está a criar todas as condições para lavar as suas mãos de decisões deste tipo e que os interesses privados tudo farão para não a concretizarem, votaremos favoravelmente a recomendação com vista a impedir o encerramento da rota Terceira-Porto-Terceira por parte da SATA.

O interesse público assim o exige.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS traz aqui um projeto de resolução e na sua apresentação colocou várias perguntas ao Governo Regional e as perguntas tinham sobretudo a ver com o seguinte: porque razão em situações logísticas e técnicas iguais ou semelhantes

a SATA tem decidido de forma diferente conforme a ilha e no caso específico prejudicando gravemente a ilha Terceira, como noutros casos prejudica outras ilhas, como por exemplo o Faial.

Esta pergunta não foi respondida por parte do Governo Regional. A Sra. Secretária refugiou-se na autonomia do conselho de administração da SATA. É inaceitável, é impressionante que se utilize este tipo de argumentos, mas para quem já fez parte da comissão de inquérito, como é o meu caso e o de muitos outros deputados que aqui estão, e que nos apercebemos que o grau de autonomia da SATA é pouco mais que zero em relação a decisões do ponto de vista político, logístico e até técnico, e em que o próprio Presidente do Governo Regional aqui nesta mesma câmara, ali daquele lugar, quando cá estava, quando cá vinha, afirmou que sim, que assumia as posições e as decisões que arruinaram a SATA Internacional, nomeadamente na realização de um conjunto grande de voos para o norte da Europa e assumiu essa responsabilidade, eu lembro que na comissão de inquérito perguntei onde é que estão esses ofícios com essas orientações políticas e perguntei na comissão de inquérito onde é que estava registado, onde é que estavam os registos dessas rotas, da ordem para se fazerem essas rotas deficitárias, o que foi respondido (como todos sabem e está na comissão de inquérito registado também nos relatórios e nas atas) é que era através de conversas informais e de telefonemas.

Portanto, não vale a pena o Governo Regional vir aqui dizer que não, que não tem qualquer tipo de responsabilidade, que espeita a autonomia da SATA. A verdade é que há decisões políticas e há decisões que prejudicam neste caso claramente a ilha Terceira e prejudicam não só a curto prazo, mas a médio prazo, porque esta rota é uma rota estratégica para o desenvolvimento turístico da Terceira, porque a liga a um mercado essencial que é o mercado do norte do país, que é um mercado em crescimento, com um crescimento turístico muito

acentuado, dos maiores em Portugal e que era importante acentuar e incrementar a existência deste tipo de rota.

Depois há aqui uma outra questão que essa então é uma questão de regime, é quase uma questão de regime, que é a questão que tem a ver com o facto desta decisão beneficiar uma empresa, no caso a Ryanair, retirando-lhe a concorrência, retirando-lhe o elemento regulador ...

Deputado Francisco César (PS): A SATA não é um regulador, mas que coisa!

O Orador: ... e esta decisão é inegável, ninguém o pode negar. Está à vista de todos. Esta decisão beneficia claramente a Ryanair e prejudica claramente os utentes da Terceira na medida em que deixa de existir um regulador em relação ao preço, por exemplo, das passagens aéreas.

Meus senhores, esta situação é incompreensível e não vale a pena o Governo Regional vir aqui dizer que esta decisão pertence à autonomia da SATA, porque todos nós conhecemos o histórico e sabemos bem em que é que consiste essa autonomia.

Há aqui uma decisão política e é da vossa responsabilidade, é da responsabilidade de Vs. Exas. e neste caso, Sra. Secretária, é da sua responsabilidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu continuo à espera que a Sra. Secretária volte a este debate para nos poder responder a questões como aquelas que foram colocadas nomeadamente ao nível do transporte de macas e transporte de incubadoras que me parece ser aqui uma questão incontornável e também seria interessante, até para fundamentar este debate, conhecermos o número de vezes que a Região já teve de solicitar e pagar o serviço à Força Aérea Portuguesa para a utilização do Falcon para

suprir esta necessidade de auxílio às populações por não ser possível transportar os doentes, nomeadamente nesta rota que a SATA agora cancelou, para os seus cuidados de saúde. Acho que seria interessante também conhecermos esses dados aos quais não foi dada resposta.

Agora para a Sra. Deputada Mónica Rocha. Lamento desiludi-la, mas a sua intervenção foi mesmo previsível. Mesmo previsível!

Quando fala no comportamento da rota eu devo-lhe lembrar que de facto há aqui questões relativas ao comportamento da rota que também devem ser escarpelizadas neste debate e isso tem a ver com os horários que a SATA disponibiliza para esta rota face aos horários e à qualidade dos horários da concorrência, aos equipamentos que a SATA disponibiliza para esta rota e à sua comparação com os equipamentos e qualidade dos equipamentos da concorrência, com as tarifas (claro que a low cost pratica tarifas mais baixas, mas a SATA tem vantagens nomeadamente no que diz respeito à bagagem e à carga) e quanto a outra questão que entronca diretamente com os equipamentos que são os atrasos, avarias e cancelamentos nesta rota associados aos horários que a SATA implementou.

Portanto, quando a política da SATA e de gestão da SATA conduz a uma incapacidade de concorrer com uma empresa como a Ryanair o desfecho é este. Não vou dizer que é propositado, mas vou dizer que é mal planeado, certamente.

Antecipo, desde já, um argumento que o Partido Socialista usa com muita frequência: “Lá estão os inimigos da SATA a querer dar cabo da SATA.”

Não! Não somos nós que cancelamos as rotas, não somos nós que nomeamos os conselhos de administração, não somos nós responsáveis pelo buraco financeiro da empresa. São Vs. Exas., portanto, essa culpa sacudo-a já, porque ao PSD não pertence.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, voltei a registar de novo ... desta vez já não foi satisfação, reparei que procurou evitar usar a palavra satisfação, terá sido uma conformação, mas para responder à conformação da Sra. Deputada e do Partido Socialista eu vou utilizar apenas o ponto n.º1 do parecer da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, uma vez que as posições do Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória já foram aqui referidas pelo deputado do Bloco de Esquerda, o Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que é ele próprio que assina este parecer e chama-se José Gabriel do Álamo Meneses diz assim no seu ponto n.º1: “Manifestar o seu mais veemente repúdio pela eliminação da rota Terceira-Porto-Terceira por parte da Azores Airlines.” Nós também.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Sr. Deputado João Paulo Valadão, a cegueira dogmática ... eu vou dizer isto da forma mais delicada possível, mas como não conto ir para o céu, tenho que dizer que há coisas que se dizem ou por atrevimento ou por alguma ignorância. Presumo que não quis dizer nem com uma, nem com outra, mas vou lhe atribuir uma cegueira dogmática e contra aquilo que é privado, embora V. Exa. há coisas privadas que também defende.

Vou-lhe só fazer a seguinte pergunta: no inverno até agora a SATA, companhia pública açoriana detida pelo Governo Regional voou para a Terceira às terças, às quintas e aos sábados. Se não fosse a TAP privatizada a voar todos os dias e

à sexta e ao domingo com um A321 com 200 pessoas os terceirenses não saiam da ilha Terceira. Estavam pior do que os corvinos. Só tinham ligações três vezes por semana. Portanto, isso é que é inadmissível de uma companhia pública que o senhor aqui não quis criticar. É só essa parte.

Sra. Secretária, eu agradeço que me esclareça o seguinte, vou-lhe repetir a pergunta.

A senhora argumentou em comissão, foi argumentado aqui que o voo se extinguia porque havia uma companhia que fazia dois voos por semana e, portanto, não era necessário e diminuiu, tirou o voo da SATA.

Sra. Secretária, explique-me o seguinte critério. Até à entrada da Ryanair e agora da TAP, na gateway Ponta Delgada-Porto havia quatro a cinco ligações por semana da SATA à cidade do Porto.

Sra. Secretária, passou a haver 22 voos por semana entre Ponta Delgada e o Porto.

Sra. Secretária, passou a haver mais cinco voos da SATA, mais seis voos da Ryanair e mais sete voos da TAP que começam a 28 de abril.

Deputado André Rodrigues (PS): Por que é que a SATA não faz Terceira-Porto?

O Orador: Sra. Secretária, por que é que não aplica o mesmo critério?

Se há duas companhias que entraram retira um voo da SATA.

Por que é que o critério não é o mesmo?

Tem de me explicar. Isto não é uma decisão de gestão, Sra. Secretária. Isso é uma decisão política que o Governo está a tomar, como decisão política foi alienar um A320, como decisão política é não ter aviões para servir os Açores com apenas três 320. Isso é que é uma decisão política, Sra. Secretária, e a senhora vai ter que me explicar.

Já agora no ano 2014 a taxa média de ocupação anual entre o Porto e a Terceira foi de 66%; em 2015, 73%; e em 2016, 73%, Sra. Secretária.

Portanto, como é que a senhora acaba com uma rota destas?

Isto é que é inexplicável.

Agora há aqui uma coisa: é que a SATA nunca quis servir os Açores e os açorianos e os terceirenses, em particular.

Diminuiu três vezes por semana a ligação a Lisboa, e mais, Sra. Secretária, em abril e maio ao sábado e ao domingo a SATA não voa para a Terceira, mas os deputados da Terceira estão todos muito contentes.

Isso é explicável, Sra. Secretária?

Não é!

O vosso problema é que devido aos sucessivos erros de gestão da SATA, cujo grande responsável é Vasco Cordeiro, que teve a economia de 2008 e 2012, grande responsável da SATA, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É o grande responsável pelo sucesso do turismo!

O Orador: ... os senhores tomaram decisões como agora a decisão de irem alienar o A330 para a iFLY.

Sr. Secretário Regional, o senhor como açoriano e terceirense devia fazer um *mea culpa* relativamente a determinadas coisas, Sr. Secretário, porque eu estou a relatar-lhe factos, Sr. Secretário Regional. Factos! Factos, Sr. Secretários! Factos inegáveis!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Está a crescer!

O Orador: O senhor justifique. Fico à espera.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra.

Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Começava por responder ao Sr. Deputado Luís Rendeiro acerca da questão das macas que me referiu.

Segundo informação da Secretaria Regional da Saúde não é frequente serem enviados doentes para o Porto, mas sendo, conforme referi, existe a ligação Lisboa-Terceira-Lisboa que permite a acomodação desses doentes e existe ainda a acomodação também desses doentes a partir das outras gateways da Região Autónoma dos Açores.

No que se refere ao Falcon, o Falcon apenas é usado em situações de emergência e confesso que não conheço os valores, que não são pagos por este departamento ...

Sr. Deputado, queria que eu respondesse, agora não me ouve. Posso calar-me, se quiser.

Em relação ao Falcon estava eu a dizer que são utilizados em situações de emergência. Não sendo pagos pelo meu departamento eu não lhe consigo dizer neste momento qual é o valor que é despendido na prestação desse serviço.

Sr. Deputado Artur Lima, na sua interpretação, daquilo que percebi, e distorcendo um pouco aquilo que foi dito por mim, o senhor cingiu a questão a toda esta decisão desta maneira. Há uma nova companhia a operar no Terceira-Porto, portanto, a SATA não tem que estar lá.

Não é assim.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Foi o que a senhora fez!

A Oradora: Não, não! Eu disse que sim. O que eu disse foi que o facto de haver outra companhia assegurava a conectividade direta do Porto à Terceira. Esqueci-me foi de dizer (e se calhar é relevante dizer) que foi a introdução dessa companhia que fez baixar os índices de ocupação da SATA e que tornou

para a SATA essa rota insustentável, mas na sua perspetiva essa rota deveria manter-se, apesar de ruínosa. Folgo em saber!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E nos outros sítios? E nas outras ilhas?

A Oradora: Critério em relação às outras ilhas.

O critério em relação às outras ilhas. Como o senhor sabe e já foi amplamente divulgado a esta Assembleia os índices de ocupação ...

Não se pode ter tudo. Não se pode ter a Ryanair a voar duas vezes por semana e a dar cabo dos índices de ocupação da SATA e a SATA a voar com aviões vazios. O senhor também não vai concordar com isso de certeza absoluta. Não concorda com isso, tenho a certeza. Tenho a certeza!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Em relação à comparação que fez em relação a Ponta Delgada e a São Miguel.

O senhor acusa este Governo de dividir para reinar, mas eu não conheço discurso mais fomentador dessa divisão do que o seu. Não conheço mais nenhum.

Como o senhor sabe e já foi dito a esta Assembleia de forma legítima não podem ser divulgados os índices de ocupação, as taxas de ocupação que a SATA em rotas liberalizadas e em que a empresa está sujeita às regras de concorrência e isso constitui uma vantagem para os concorrentes que dá cabo da empresa e por essa razão todas as empresas têm informações comerciais sensíveis e estratégicas que não podem se divulgadas. A taxa de ocupação nesses voos é uma delas.

Dir-lhe-ia, no entanto, o seguinte: o comportamento (e esses números são públicos) da estatística em relação aos passageiros desembarcados e embarcados em São Miguel permite concluir que essas rotas têm taxas de ocupação bastante diferentes das que tinha a SATA na Terceira em período homólogo na rota Porto-Terceira-Porto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

A Oradora: Não é verdade para si, mas os números dirão outra coisa.

A título de exemplo, Porto-Ponta Delgada-Porto, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os voos estão completamente cheios!

A Oradora: Já vou aí, Sra. Deputada, já vou aí!

... 2016, cerca de 186 mil passageiros desembarcados e embarcados; 2017, 216.

A Terceira no período homólogo tem cerca de 38 mil passageiros. Portanto, não é comparável o mercado de uma e de outra. Não é comparável a procura.

Enquanto se mantiver uma procura em Ponta Delgada que permita ir desses índices de ocupação aos voos da SATA rentáveis, obviamente que julgo natural que a empresa mantenha essas rotas.

A partir do momento em que na Terceira se verificar uma procura que justifica o voo da SATA, pois naturalmente que esse voo voltará a aparecer.

O senhor sabe perfeitamente e o senhor tem acesso a esses números: SATA/Ryanair na rota, Porto-Terceira-Porto, 2016 ...

2017, até! SATA 4.202 passageiros.

Ryanair, 17 mil 193 passageiros. Isto dá cabo de qualquer companhia, mas sua perspetiva a SATA deveria continuar a voar nesta rota com aviões vazios.

O que é de realçar aqui é que a Terceira tem dois voos diretos para o Porto, assegurados pela Ryanair. Dois! O dobro do que tinha e isto é que interessa: garantir a acessibilidade direta da Terceira-Porto e é garantida no seu dobro, Sr. Deputado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

A Oradora: Eu não vejo ... Confesso-lhe que a sua interpretação inicial a mim induziu-me completamente. Não sei se algum ouvinte caiu no mesmo erro que eu. Mas não é pelo simples facto de haver mais um voo, é pelo facto de ao

aparecer uma companhia numa rota liberalizada que oferece dois voos semanais o da SATA ter-se tornado insustentável.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora, tivemos por parte do Governo o regresso do discurso histórico do Sr. Deputado Francisco César que dizia que não podíamos privatizar o nosso espaço, não podíamos ter aqui companhias de baixo custo, porque esmagariam a SATA.

A Sra. Secretária veio aqui retomar agora essa tese.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Não! “Neste momento o que eu posso dizer é que logicamente o que está a acontecer na Terceira é que a Ryanair, a concorrência da Ryanair esmagou a SATA.”

O que eu lhe quero perguntar: então porque razão isso não aconteceu em São Miguel?

Porque é que em São Miguel o discurso é: a concorrência da Ryanair potenciou a oferta da SATA e a oferta da SATA cresce em São Miguel e a oferta da Ryanair cresce em São Miguel e ainda aparece um terceiro concorrente que é a TAP e cabem todos?

Mas na Terceira já não potencia, na Terceira voltamos à peregrina tese do Partido Socialista até há bem poucos anos, na Terceira esmaga, em São Miguel faz crescer e potencia. Todos têm o seu lugar. Aumenta a Ryanair e isso por sua vez aumenta a resposta da SATA, por sua vez aumenta a resposta da TAP. É curioso. Não sei como é que a Sra. Secretária ...

Deputado André Rodrigues (PS): Então explique por que é que a SATA não faz Terceira-Porto?

Deputado André Bradford (PS): O mais curioso é o senhor sendo alentejano é um bairrista ferranho!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, eu não posso aceitar esta referência xenófoba por parte do Sr. Deputado André Bradford em relação a esta questão.

O Sr. Deputado André Bradford referiu agora ... Peço desculpa, mas isso é lamentável esse tipo de discurso que o senhor tem, é de uma xenofobia que eu não posso aceitar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Parlamento não pode aceitar esse tipo de afirmações da parte do Sr. Deputado. O senhor referiu que “o senhor tem ascendência, o senhor é alentejano”. Sim, com muito orgulho. Não renego as minhas origens. Vivo há vinte e tal anos nos Açores, mas isso não me diminui enquanto deputado dos Açores e é uma vergonha que o senhor se sente aí na bancada do Partido Socialista e faça esse tipo de afirmações.

O Sr. Deputado ficava bem em regimes como o apartheid, o Sr. Deputado gosta de catalogar as pessoas de acordo com a sua origem ou diminui aqueles que são os direitos e os deveres das pessoas no âmbito da sociedade com esse tipo de referências.

Portanto, oh, Sr. Deputado, eu não lhe aceito esse tipo de referências. Faça um debate pelas ideias, as ideias que as pessoas têm que são diferentes, pelas

ideologias que são diferentes e pelos projetos que as pessoas apresentam, nunca pela sua situação social, nunca pela sua origem, nunca pela sua classe social.

Portanto, o senhor envergonha a bancada, envergonha o Parlamento dos Açores com este tipo de discurso xenófobo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Um protesto a?

Deputado André Bradford (PS): Ao facto de ter sido dito que eu advogaria posições de regimes como o apartheid.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

O aparte que eu fiz ao Sr. Deputado Paulo Estêvão veio na sequência da tese que ele estava a desenvolver e que era o Governo nitidamente privilegia São Miguel contra a Terceira, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse isso!

O Orador: ... porque aquilo que o Governo diz que funciona na SATA em São Miguel é o que o Governo diz que não funciona na SATA na Terceira.

E eu disse “é curioso! O senhor sendo alentejano é também bairrista.”

Daqui se infere ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é bairrismo! Tenha vergonha na cara!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que eu seria adepto de regimes, como por exemplo, dos regimes que praticavam políticas de apartheid.

Eu acho isto ... Quase que não é preciso dizer mais nada. Quer dizer, explica-se a si próprio, mas há uma coisa de que gostava de deixar à câmara e aos açorianos é o meu protesto e o meu protesto é por causa disso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É lamentável esta sucessão de episódios, porque o Sr. Deputado André Bradford sabe perfeitamente que referenciou o facto de eu ser alentejano para me minorizar.

Deputado André Bradford (PS): Eu?

O Orador: Eu não me sinto minorizado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu sinto-me orgulhoso da minha ascendência e sinto-me orgulhoso de servir os Açores com total abnegação, de servir os Açores com total abnegação e entrega. Eu adoro todas as ilhas dos Açores. Todas as ilhas dos Açores! Adoro São Miguel!

Vou-lhe dizer uma coisa Sr. Deputado: o que eu disse é que não tinha qualquer justificação que a SATA ficasse prejudicada e esmagada pela Ryanair na Terceira, mas em São Miguel esse mesmo princípio já não se aplica.

O que é que isto tem de bairrismo?

Deputado André Bradford (PS): Eu achei que é!

O Orador: Isto não tem absolutamente de bairrismo. O que eu quero explicar é como é que o comportamento é diferente em duas ilhas. Isto não tem nada de bairrismo.

Agora, eu posso dizer-lhe é o seguinte: no Parlamento dos Açores há uma coisa que eu quero reconhecer é que eu nunca me senti excluído por ter nascido no

território continental do país. Agora, é a primeira vez em 10 anos no Parlamento dos Açores que alguém utiliza esse tipo de argumento para tentar minorizar os outros, como V. Exa. e isso é uma vergonha, Sr. Deputado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar o debate que nos trouxe esta tarde aqui.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados!

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sempre um gosto poder vir a debate numa altura em que poderei serenar os ânimos. É sempre bom!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem, Luís! É para variar!

O Orador: Sra. Secretária Regional, eu acho que posso concordar consigo em apenas uma coisa relativamente à sua última intervenção: ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Já não está mau!

O Orador: ... é que concordamos que discordamos.

A Sra. Secretária Regional diz que a situação do transporte de doentes fica resolvida com a ligação à outra gateway e eu pergunto se é a mesma coisa um doente da Graciosa que tenha de ir ao Porto, ao Hospital de São João, fazer uma cirurgia de colocação de uma prótese de uma anca (um caso hipotético), que tenha de se deslocar para a Terceira, para depois se deslocar para São Miguel, para depois se deslocar para o Porto. Não é a mesma coisa.

Portanto, a importância de várias gateways e das ligações ...

(Aparte inaudível do Deputado André Rodrigues)

O Orador: Foi um exemplo, Sr. Deputado André Rodrigues.

O exemplo da importância da várias gateways tem materialização em vários casos práticos e volto a discordar de si no que disse relativamente ao facto dos números da Ryanair e dos números da SATA serem de tal maneira divergentes que a SATA sai esmagada deste confronto.

Eu pergunto, porque também não me respondeu às questões que aqui foram levantadas depois da intervenção da Deputada Mónica Rocha, o que é que a SATA faz para melhorar a sua competitividade?

Melhora os seus horários?

Não, não melhora.

Melhora os seus equipamentos?

Não, não melhora. Introduziu na rota o A310 velho que tinha.

Reduz os cancelamentos?

Bom, a SATA não só não se torna mais competitiva, torna-se menos competitiva e a seguir desiste da rota.

Portanto, a acusação que eu lancei a si própria e ao Governo Regional em comissão de que a SATA baixava os braços no mercado concorrencial não só se mantém, como se reforça e não é isso que nenhum de nós aqui deseja. Desejamos uma SATA forte, competitiva, organizada e viável, para que possa bem servir os açorianos e não possamos ficar dependentes das circunstâncias das companhias low cost e aí, Sra. Secretária, falha em toda a linha na sua argumentação.

Depois, para concluir mais esta intervenção, vou voltar a ler mais um trecho do parecer do Prof. José Gabriel Álamo Meneses, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ilustre socialista não de sempre, mas certamente agora de coração, que escreve algo deste género e podia ler o da Praia da Vitória que é igual, eles são copy/paste um do outro, diz assim: “A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo dá parecer positivo aos considerandos e recomendações impressos no projeto de resolução colocado a parecer, sublinhando os

argumentos supramencionados e o contributo da manutenção desta rota para o sucesso das várias medidas incluídas no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira apresentado pelo Governo Regional dos Açores e subscrito por esta autarquia [entenda-se a de Angra do Heroísmo e do Sr. Presidente José Gabriel Álamo Meneses]”.

Eu não preciso dizer mais nada, Sra. Secretária.

Gostava que V. Exa. dissessem algo de diferente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Durante muitos meses assistiu-se a uma discussão, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... dizia eu, e a um debate sobre de quem seria a paternidade da liberalização do espaço aéreo dos Açores.

O Governo Regional do Partido Socialista dizia que era dele, o Partido Social Democrata dizia o mesmo e até o CDS depois reivindicou essa paternidade.

Falava a Sra. Secretária então de regras de concorrência. Obviamente num espaço aéreo liberalizado a concorrência tem de ser mantida e tem que ser assegurada e dizia a Sra. Secretária que foi a introdução de uma outra companhia aérea neste espaço aéreo que deu cabo dos índices de ocupação da SATA e está a dar cabo da SATA e estou a referir aquilo que a Sr. Secretária disse até aqui.

Então porque é que o Governo Regional não exigiu, aquando do início da operação da Ryanair para a Terceira, o mesmo tratamento para a SATA que tem a Ryanair?

Porque é que nessas negociações com o Governo da República o Governo Regional do Partido Socialista não exigiu do Fundo Nacional de Turismo o mesmo financiamento que a Ryanair tem para cumprir as tais regras da concorrência e agora, vai o Governo Regional exigir esse mesmo tratamento ou vai continuar a dar cabo da SATA como tem dado até aqui?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

É regimental, regressam às 18 horas.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares. Vamos e recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 14 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Procurei sempre aqui manter um nível institucional adequado na discussão com V. Exa..

V. Exa. resolveu socorrer-se do velho argumento do bairrismo.

Sra. Secretária, se ser bairrista é defender equidade para os Açores e tratamento igual para todos os açorianos eu sou bairrista com muito gosto. Aliás, que todos aqui, quem defende isto é bairrista. Se V. Exa. não é o problema é seu e para esse peditório eu não vou dar, Sra. Secretária.

Também queria dizer o seguinte. Fico muito satisfeito que esta bancada até tenha fornecido argumentos ali para o Sr. Deputado Luís Rendeiro fazer a sua intervenção relativamente às macas e incubadoras.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ajudou!

O Orador: Mas a pergunta que lhe faço e que ainda não foi feita, Sra. Secretária, é que sabe que se o negócio correr como vai correr alguém vai comprar à SATA e alguém vai adequar a frota às novas exigências de transporte.

A pergunta que lhe faço é se o Governo pretende incluir no caderno de encargos o transporte de macas e incubadoras?

É essa a pergunta que tem de ser feita e é essa a pergunta que o Governo tem de responder.

Outra pergunta, Sra. Secretária: registo que trouxe aqui os números de Ponta Delgada-Porto que passou de 186 mil para 216 mil, mas para sermos corretos e equitativos V. Exa. vai ter de dizer nesta Casa quantos são da Ryanair e quantos são da SATA para podermos ter termo de comparação com uma gateway e com a outra.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começar por dizer que para o PSD e para o Deputado Luís Rendeiro eu só sou previsível, porque reconhece efetivamente os meus argumentos como legítimos. Segundo, dizer que a SATA tudo fez e não baixou os braços. Fez sim uma baixa dos preços, aumentou os lugares, mas efetivamente ao longo deste último ano ela não se comportou de forma diferente e levou a esta condição.

Dizer também que efetivamente o PREIT para o PS é um instrumento válido que muito contribui e contribui para a nossa ilha e temos muito orgulho no mesmo e não escondemos.

Em relação ao PREIT e pode-se dizer que esta medida da liberalização do mercado também está inscrita, portanto, traz com tudo isso todas as contingências, mas também todas as vicissitudes e essas vicissitudes transformam-se em ganhos e, portanto, nisto não há volta a dar ao criar um argumento contrário.

Em relação aos camaradas Tibério e Álamo Meneses nós não ignorámos efetivamente os pareceres ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Camaradas! Essa foi imprevisível!

A Oradora: Estou certa que cada um ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Estou certa que os camaradas Tibério e Álamo Meneses, cada um na sua esfera e com a sua responsabilidade, defendem como nós, os deputados e o Partido Socialista, os interesses da ilha Terceira e disso não haja dúvidas.

Por outro lado, importa referir que o governo socialista tem efetivamente ao longo deste contexto e neste processo o ónus do crescimento económico das nove ilhas dos Açores, mas muito em especial da ilha Terceira, mas vamos falar da situação da situação da ilha Terceira, porque importa referir que efetivamente a economia da ilha Terceira não se mostra beliscada com a

extinção desta rota. Mostra-se, até, posso-lhe dizer pelo contrário, evidencia um crescimento notável.

Ora vejamos! O PIB nós temos 344 milhões em 2012 e em 2017 temos 866 milhões, mais 122 milhões que ficam e que estão na ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde estão esses números?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não se percebe é quando os outros cortam definitivamente!

A Oradora: Por outro lado, vamos falar, por exemplo, pelo número de passageiros desembarcados. Em novembro de 2017 rondavam os 341 mil, em comparação com 2012 houve um aumento de 140 mil passageiros, um relevante aumento de (imagine-se!) 67%.

Registe-se também o aumento das dormidas numa variação de 134% desde 2012 até 2017.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E extinguiram a rota? É motivo para por a rota!

A Oradora: Nos proveitos totais temos uma variação no mesmo período de 86%.

Por fim, termino, corrigindo o Sr. Deputado António Lima. E corrijo-o dizendo que a ilha Terceira não se encontra refém da Base das Lajes nem de tudo o que a ela acarreta.

Os terceirenses conseguiram, sim, com o seu espírito ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem de corrigir quem disse isso! Não foi o António Lima! Deve ter sido um camarada seu!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... de luta e com o Governo Regional como parceiro conseguiram dar a volta por cima. Aliás, que bem claro isso mesmo. Aliás, ou não sejamos nós uma terra de bravos e um povo que muito honra e que tem muita dignidade. Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Artur Lima, quando eu me referi ao seu bairrismo, fi-lo em resposta à sua acusação de que nós dividimos para reinar ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é falso! Um protesto!

A Oradora: ... e para mim não há maior divisão do que neste Parlamento se pugnar constantemente sobre os interesses de uma ilha só e não se interessar com as outras.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso não é verdade, isso é falso!

A Oradora: Em relação à sua pergunta, se o Governo pretende incluir no caderno de encargos o transporte de incubadoras e macas, eu voltava a referir a resposta que dei ao Sr. Deputado Luís Rendeiro e acrescentava o seguinte: mesmo que tivéssemos só um único voo por semana Porto-Terceira-Porto, havia de haver dias em que o doente não se conseguiria fazer transportar diretamente para o Porto e teria que utilizar as outras duas vias que referi, quer o Terceira-Lisboa-Terceira, quer outra gateway da Região Autónoma.

No entanto, eu não posso deixar de realçar que todas as situações de emergência médica são asseguradas também pelo transporte mencionado pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro em Falcon e, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é falso! É mentira!

A Oradora: ... portanto, situações de emergência médica não ficarão sem resposta.

O número de passageiros que lhe forneci, que lhe referi há pouco referentes a 2017, são os números disponibilizados pela ANA Aeroportos, não tenho a discriminação por companhias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas pode fornecer isso!

A Oradora: Poderemos ver se são públicos, podemos pedir à companhia. Os números que referi são público e referem-se de grosso modo 216 mil passageiros na rota Porto-Ponta Delgada-Porto, por comparação no mesmo período a ilha Terceira tem cerca de 44 mil passageiros e, portanto, à sua resposta de qual era o critério para manter num lado e não manter no outro eu respondo-lhe: o critério é a procura, o critério é o mercado existente.

Dou-lhe mais um exemplo. Agora a TAP anunciou que a partir de domingo, julgo que é domingo, fará sete frequências semanais. Essas sete frequências semanais vão adicionar-se às já existentes. É normal que a Ryanair ou mesmo a SATA tenha que adequar a sua oferta nessa rota face ao aparecimento da TAP, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A SATA aumentou os voos!

A Oradora: ... porque é uma oferta agressiva comercialmente de sete voos semanais, portanto, é normal que a SATA ou a Ryanair tenham um comportamento comercialmente aceitável de ajustar a sua oferta à procura face ao aparecimento do novo operador.

Espero ter respondido às suas perguntas.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Artur Lima tinha pedido a palavra para ...

Um protesto a?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um protesto, pelo facto da Sra. Secretária dizer que eu só defendo uma ilha!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

V. Exa., Sra. Secretária, naturalmente está cá há pouco tempo, mas naturalmente de inocente não tem nada, antes pelo contrário, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas tem muito de inteligente!

O Orador: ... e o que lhe falta de inocência sobra-lhe em atrevimento.

O seu atrevimento, Sra. Secretária, é vir aqui acusar-me não fundamentadamente de defender uma única ilha.

Pois, olhe, vou lhe dar vários exemplos. Fui eu que propus nesta Casa que a SATA voasse para o Pico, foi uma proposta do CDS e foi minha nesta Casa, Sra. Secretária.

Fui eu que propus nesta Casa que se defendesse as fajãs de São Jorge, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... foi este grupo, nesta Casa, que defendeu uma pousada de juventude para as Flores, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): É verdade!

Deputado Francisco César (PS): E para São Miguel o que defendeu?

O Orador: ... foi este grupo, nesta Casa, que defendeu também as tarifas promocionais para todos os açorianos, foi uma proposta minha, nesta Casa, Sra. Secretária.

Não foi só isso. Foi nesta Casa que defendemos também os cabos submarinos da Horta.

Portanto, não é só uma ilha, Sra. Secretária, são várias ilhas e a sua acusação não tem o mínimo de fundamento. O mínimo de fundamento!

Eu protesto contra essa sua leviandade de vir aqui acusar os outros sem saber o que se passa, nem o que aqui fizéssemos. Se calhar eu podia-lhe fazer outras acusações de onde a senhora vem e porque é que vem aqui passar, mas não vou por esse caminho.

Presidente: Sra. Secretária Regional para um contraprotesto. Dispõe de dois minutos, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):

Muito rapidamente, Sr. Deputado, volto a explicar que a minha afirmação foi feita como resposta à sua de nos acusar de dividir para reinar e não há nada mais falso. Este Governo e eu, em particular, desde o dia 11 de julho do ano que passou, trabalho em prol de todos os açorianos e de toda a Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Não tenho preferências.

Muito obrigada.

Ah! Peço desculpa! Mantenho a minha apreciação, como sendo uma apreciação muito pessoal, não com isto que queira invalidar qualquer trabalho do Sr. Deputado em prol da Região, mas mantenho a minha apreciação, é política e é pessoal.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos continuar com o debate.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tentando ser breve porque o debate já vai longo, eu gostaria de relembrar que por muito difícil que seja a competição e a concorrência com uma companhia aérea com as características que tem a Ryanair, também é preciso, para além de ter capacidade de concorrer, querer concorrer. Eu digo querer concorrer, porque se não se melhoram os horários e se não se escolhem ou se não se conseguem escolher (mas também acho que não se escolhem) os equipamentos mais adequados (eu estou a falar da utilização de A310 nesta rota), ainda mais difícil fica concorrer com uma empresa com as características da Ryanair e, portanto, houve aqui uma questão de opção e as opções que a companhia aérea Azores Airlines fez nesta rota tornaram cada vez menos viável a concorrência com o operador com as características que tem a Ryanair e isso é preciso assumir e o Governo não assumiu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Houve aqui também questões de opção da empresa que prejudicaram claramente a sua capacidade concorrencial nesta rota e que agora levam ao encerramento da mesma.

E depois, Sra. Deputada Mónia Rocha, todos nós queremos ver a economia da ilha Terceira a crescer tão rapidamente quanto possível, mas não nos vamos esquecer o ponto de partida, é que o downsizing americano na Base das Lajes causou um impacto negativo na economia da ilha que não tem comparação com nenhuma crise que afetou nenhuma outra zona do país nas últimas décadas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Como é que está a recuperar? Está a recuperar como?

O Orador: Já lhe vou responder, Sra. Deputada.

Portanto, o impacto negativo na economia da ilha foi brutal, ultrapassou os dois dígitos como muito bem sabe e esta recuperação tem a ver com o setor turístico e foi claramente potenciada pela liberalização do espaço aéreo só possível no Governo da República de que os senhores não gostam, que foi o governo de coligação PSD/CDS, liberalização ferozmente combatida pelo Partido Socialista (e não vou voltar a citar as declarações públicas e publicadas de vários responsáveis do Partido Socialista, alguns deles ainda sentados neste Parlamento).

Portanto, Sra. Deputada, não queremos ver a economia a crescer, mas o seu a seu dono e é bom lembrar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, dizer que o seu projeto de resolução é bem-vindo, como todos os outros, estamos cá para discuti-los concordando ou não concordando, mas são sempre bem-vindos e são louváveis para nós enquanto grupo parlamentar.

Relativamente à TAP pôs-se aqui algumas questões e eu deixava aqui uma pergunta no ar: porque será a razão que a TAP agora quer voar para Ponta Delgada-Porto-Ponta Delgada e acrescentar mais sete voos?

Deve haver uma razão. Eu desconheço, mas se calhar todos devemos refletir e pensar porquê essa razão.

Se considerarmos que a SATA tem nove voos Ponta Delgada-Porto-Ponta Delgada, a Ryanair tem seis, a TAP quer fazer mais sete, estamos a falar de 22 voos.

A Ryanair representa 50% destes mesmos voos e as outras duas companhias os outros 50. Certamente que se calhar, suponho eu aqui, daqui a dias vamos ter o mesmo problema em Ponta Delgada que se pôs na Terceira, que é se calhar ter companhias a mais e voos a mais para aquilo que é necessário e se calhar até poderá ser a SATA a ter esse problema. Veremos e esperemos o que vai acontecer!

Relativamente à Terceira e aos voos low cost eu penso que enquanto terceirenses era aquilo que nós queríamos, queríamos estes voos e eles estão a acontecer. Acho que todos queríamos isso.

Eles são uma realidade e o crescimento do turismo em parte (se quisermos aqui ser sinceros) tem a ver com isso mesmo e isto foi um trabalho importante para nós açorianos, e particularmente para os terceirenses. Devemos dizer aqui que é uma vantagem que temos hoje e que no passado não tínhamos e não vou agora também estar aqui a dizer por que é que foi, quem é que fez, não vale a pena entrarmos nesse campo. O que é importante é que no passado não tínhamos essa vantagem. Nós terceirenses queríamos e temos e o que temos de fazer é tirar partido dela.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço o esclarecimento da Sra. Deputada Mónica Rocha, mas penso que se enganou no destinatário, porque aquilo que eu citei foram palavras do seu camarada Tibério Dinis e Presidente da Câmara da Praia da Vitória, por isso se calhar seria boa ideia fazer esse esclarecimento ...

Deputada Mónica Rocha (PS): O senhor deu ênfase, talvez concorde!

Deputado André Bradford (PS): Se há um partido que não se entende na Terceira não é o PS!

O Orador: Subscrevo totalmente aquilo que ele disse, por isso talvez fosse boa ideia a Sra. Deputada ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... Mónica Rocha fazer endereçar, fazer chegar esse esclarecimento ao destinatário correto, mas se quiser também posso fazer chegar com todo o gosto.

Sra. Secretária, não respondeu às minhas questões sobre se o Governo Regional vai exigir por parte do Governo da República o mesmo tratamento para a SATA que tem a Ryanair, ou seja, apoios públicos para as rotas que são feitas para a ilha Terceira, ou são só as companhias aéreas privadas que podem ter apoios públicos e aí já não há problema?

Se for uma companhia aérea pública aí temos um grande problema e não pode ser e aí que vem aí a União Europeia que vai-nos estragar toda a vida.

Sra. Secretária, gostaria que respondesse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado, foi lapso meu não ter respondido. Eu não sei a que apoios é que se refere em relação à Ryanair. Portanto, eu não posso estar a dizer quais são os apoios que o senhor quer para a SATA.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

A ver se nós nos entendemos.

Todos nós lemos, ultimamente, a Ryanair afirmar que está a ponderar voar para uma das ilhas do triângulo, ou Pico, ou Faial, se calhar São Jorge não, mas pronto, pode ser que sim. E lemos também que há todo um trabalho quando a Ryanair é questionada sobre como é que estão as coisas a correr, se a decisão já está tomada, para onde é que afinal vão voar, as palavras da salvação são assim: “Estamos a negociar.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Tem de perguntar isso à Ryanair!

A Oradora: Tudo depende das condições que nos derem. Estamos em plenas negociações.”

Sra. Secretária, então eu vou-lhe fazer a pergunta mais direta ainda do que o meu camarada António Lima e Deputado António Lima fez: que raio de negociações são estas?

Entre quem é que elas são feitas?

Quem é que paga à Ryanair para ela fazer o favor de voar para uma das ilhas do triângulo? Quem é que lhe paga?

Porque se ela diz que não vem se o negócio não for bom, é porque alguém lhe paga e nós já fizemos esta mesma pergunta, nesta Casa, variadíssimas vezes e nunca tivemos uma resposta direta.

Talvez a Sra. Secretária pela primeira vez nos consiga dar uma resposta direta.

Que negócios são estes?

Entre quem são feitos?

Quanto é que recebe a Ryanair para ela dizer “agora o negócio interessa-me” ou então “o negócio não me interessa”?

A pergunta logo a seguir, para terminar Sra. Presidente, é: porque é que aquilo que é dado à Ryanair ou a qualquer outra low cost não é exatamente dado, igualmente dado à SATA, que é a nossa companhia?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Não é low cost, não é do senhor ?? ... É nossa! É a nossa companhia!

Porque é que não é dado esse dinheiro à SATA?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Esta é mais uma vez uma pergunta que estamos fartos de fazer. Resposta nunca tivemos.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada! Concordo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Volto a referir, Sra. Deputada, este Governo apoios à Ryanair nem podia dá-los.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nós não dissemos que era este Governo!

A Oradora: Há regras, são os auxílios de estado. Portanto, o que eu lhe posso assegurar e daí ter referido ao seu colega, camarada, como quiserem chamar, sem qualquer sentido depreciativo, Sra. Deputada, é a mesma coisa, se me explicarem de que apoios estão a falar eu poderei se calhar saber, agora este Governo não dá apoios à Ryanair. Portanto, eu não lhe posso dizer uma coisa que ...

Então o que é que eu respondi ao seu camarada?

Eu não conheço de que apoios ele está a falar.

Muito obrigada.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Queria saber se isto está no âmbito da resolução!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Nós não dissemos em lado nenhum e aqui também não que era o Governo Regional que estava a negociar. Nós perguntámos pela enésima vez entre quem é que o negócio é feito e, Sra. Presidente, ...

Deputado André Bradford (PS): E a gente é que sabe?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... permita-me ler, citar, uma notícia de 29 de abril, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Mas as notícias são leis?

A Oradora: ... em Angra do Heroísmo, que diz assim: “O Primeiro Ministro, António Costa,” ...

Deputado Francisco César (PS): Então faça um requerimento ao seu amigo!

Deputado André Bradford (PS): E nosso amigo também!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Posso acabar?

Tenham calma, Srs. Deputados! Eu sei que é enervante, mas tem que ser. Quando eu puder acabar, agradecia ...

Presidente: Quando puder começar, Sra. Deputada.

A Oradora: Eu vou repetir: a 29 de abril, em Angra do Heroísmo, na Terceira, o Sr. Primeiro Ministro, António Costa e o Presidente do Governo Regional dos Açores, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O grande ausente!

A Oradora: ... penso que sabem quem é, as Sras. e os Srs. Deputados do Partido Socialista e a Sra. Secretária e o Secretário, os dois anunciaram um conjunto de acordos entre os quais voos low cost para a ilha, anunciaram um

conjunto de acordos. Isto é como o tango, Sra. Secretária. Para tanger são precisos dois, para haver acordos, no mínimo, também tem que haver dois.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Não é isso que diz aí!

A Oradora: A pergunta repito-a: o que é que a Sra. Secretária sabe, se é que sabe alguma coisa, se não anda a ser – não vou empregar um termo feio – enganada?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Pelo amor de Deus, Sra. Presidente!

A Oradora: A senhora pertence a um Governo que afinal não lhe diz que acordos é que faz. Portanto, das duas, uma: ou a senhora sabe que acordos é que o Sr. Presidente do Governo Regional e o Primeiro Ministro fizeram com a Ryanair ou não sabe.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Se sabe e não diz está a sonegá-los a esta Casa, que é como quem diz aos açorianos e açorianas; se não sabe a senhora está muito mal rodeada.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A senhora sabe a resposta! Faça a pergunta ao Governo!

Deputada Zuraida Soares (BE): As perguntas podem e devem ser feitas aqui! Não preciso de autorização!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: É curioso o mascarar de números que aqui está a ser feito.

Sra. Secretária Regional, os números que divulgou aí da Ryanair dão a seguinte taxa de ocupação anual da Ryanair na rota Terceira-Porto. Não chega a 70%, 66% com os números que a senhora divulgou e, portanto, ...

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): A conta é sua! Não fiz essa conta!

O Orador: ... ninguém acredita que a Ryanair voa com taxas de ocupação de 66%, daí que eu sempre disse nesta Casa e respondendo ao Sr. Deputado António Toste, que eu sempre defendi a SATA Internacional, aqui nesta Casa, que era um erro ficarmos no monopólio da TAP, foi sempre a conversa do CDS e a minha narrativa aqui dentro. Toda a gente se lembra disso. Os senhores é que a faliram e como a faliram, vão privatizá-la logo que foram incapazes de a gerir devido a má gestão do 330, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... do business plan, de alienarem os 320, de quererem alienar o Q-400, a má gestão foi toda vossa e, portanto, destruíram uma companhia e agora vão hipotecá-la por três milhões de euros. Por três milhões de euros!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Os senhores vão hipotecar uma companhia por três milhões de euros, Srs. Deputados.

E o Sr. Deputado Francisco César sabe bem o que é que dizia.

Deputado Francisco César (PS): O senhor era a favor da alienação do Q-400!

O Orador: Não, Sr. Deputado! Eu fui contra a compra dos Q-400, ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: ... porque achava que eram muito caros e tinha razão, porque os senhores em cinco anos gastaram 12 milhões de dólares em motores suplentes para os Q-400. Acabou a garantia e a lata de coca-cola começou a dar despesa, como são conhecidos, Sr. Deputado Francisco César.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a verdade, porque se os senhores tivessem os ATRs estavam com manutenção cinco vezes mais barata, Sr. Deputado Francisco César, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Grande intervenção!

O Orador: ... e tinham ainda a vantagem de ter os ATRs a operar no continente como se estava a esperar e nas Canárias. Portanto, foi mais um erro de gestão. Foi caríssimo.

Mais um erro de gestão: prescindiram de cerca de 20 milhões de euros para irem voar para as Canárias, Sr. Deputado, e isso nunca mais para voarem para fora da Região, prescindiram de fundos comunitários. Essa é que é a verdade da vossa má gestão e de terem afundado uma companhia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, o debate ainda não acabou.

Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados!

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições para o debate.

Julgo não haver.

Vamos então à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos continuar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto nove da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XI – “Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores e quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2003/A, de 11 de março, que estabelece normas de polícia administrativa para a Região Autónoma dos Açores”.**

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Era para solicitar a V. Exa. um intervalo regimental de 15 minutos.

Muito obrigado.

Presidente: É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 18 horas e 44 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço eu ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 02 minutos.

Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Conforme pude anunciar há pouco, entrámos no ponto nove.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para apresentar o diploma.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores apresenta, hoje, a esta Assembleia propostas de alteração ao diploma que inclui as normas que regulam as tradicionais touradas à corda na nossa Região.

Com estas alterações, pretendemos o reforço da valorização das touradas à corda e dos seus protagonistas, a melhoria da segurança dos participantes, bem como o incremento do bem-estar animal.

A tourada à corda é uma lide enraizada no tempo, constituindo-se a mais antiga tradição do “folgueijo” popular nos Açores, remonta aliás a 1622 a primeira citação que se conhece da realização de uma tourada à corda então organizada pela Câmara Municipal de Angra nas celebrações pela canonização de São Francisco Xavier e Santo Inácio.

Nos nossos dias, entre maio e outubro de cada ano, as touradas à corda realizam-se por todas as freguesias nos arraiais de várias ilhas dos Açores, envolvendo muitos milhares de pessoas.

Assim, as propostas que agora apresentamos, sem desvirtuar esta festa ancestral, resultam da constatação de que há necessidade de aperfeiçoar e adequar a regulamentação existente a novas realidades.

Além desta necessidade de atualização dos regulamentos, de reforçar a segurança e a proteção do bem-estar animal, temos como objetivos permitir reduzir os encargos para os promotores e simplificar, do ponto de vista administrativo, a organização das touradas à corda, melhorando também a sua qualidade.

Nesse sentido, e também ao nível da distinção das touradas tradicionais e não tradicionais, as touradas tradicionais passam a ser declaradas como tal pela Assembleia Municipal respetiva e não pelo Governo dos Açores.

Passará assim a haver em cada concelho uma lista adicional das touradas tradicionais, mantendo-se as que já se encontram classificadas.

Ainda no que diz respeito aos critérios distintivos das touradas tradicionais e não tradicionais esta proposta inova no sentido da tourada tradicional poder realizar-se de forma continuada em local fixo, constituindo parte integrante do ciclo anual de festividades das comunidades que as promovem.

Valoriza-se assim também por essa via a sua notoriedade, reconhecendo a importância que as comunidades onde ocorrem lhes atribuem.

Mas além da transferência de competências para os municípios justificada pela maior proximidade às comunidades e devidamente enquadrada por critérios concretos ao nível da emissão das licenças também propomos outras alterações.

Segundo esta proposta, o requerimento pode dar entrada na Câmara Municipal e também num posto de atendimento da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, facilitando a organização e evitando deslocações maiores e mais burocracia.

O requerimento já deverá ser acompanhado, entre outras, da declaração de que se encontram cumpridos os requisitos legais quanto à utilização de artigos pirotécnicos e é mais uma medida importante quer em termos de responsabilidade, quer em termos de segurança.

Inova também no sentido de estipular que o requerimento já seja também acompanhado de informação da PSP sobre a inexistência de impedimentos de ordem pública, tornando o processo mais eficaz.

Os promotores das touradas à corda passam, portanto, a beneficiar de um processo mais célere e com menos custos, uma vez que são também ajustados os meios que se justificam para a sua realização.

Por outro lado, entre as várias normas que são introduzidas destaco a da importância da envolvência da Guarda Nacional Republicana, autoridade competente no âmbito sanitário e de proteção animal.

Sobre o reforço do bem-estar animal e da segurança que esta proposta introduz, refiro, entre outras, novas regras de utilização de material pirotécnico ou de instrumentos suscetíveis de provocar ferimento no touro, como agulhões.

A nossa proposta introduz ainda, por exemplo, uma limitação ao tempo de enjaulamento dos touros. Após a lide os touros não poderão, com esta proposta ficar mais do que duas horas nas gaiolas. Esta é, sem dúvida, uma medida significativa no que à proteção do animal diz respeito.

Relativamente ao reforço da segurança durante o festejo é, por exemplo, considerada uma melhor colocação e melhor acesso das ambulâncias.

São também revistas as regras de colocação da vedação que nos limites do percurso da tourada devem acautelar todos os espaços suscetíveis de representarem insegurança.

Na delimitação do percurso, passam a existir três riscos em vez de dois, o espaço entre o segundo e o terceiro risco destina-se ao estacionamento dos veículos das autoridades policiais e viaturas socorro.

A proposta admite que durante a lide e no percurso delimitado possam circular veículos, mas só em caso de emergência, situação que não era prevista anteriormente.

Esta proposta é apresentada após um trabalho que foi desenvolvido em conjunto e com contributo de todos os municípios das ilhas onde esta tradição ocorre, com a participação da Associação de Touros de Corda e de outras entidades envolvidas na tourada à corda.

Consideramos que com estas alterações estamos a contribuir para valorizar ainda mais esta tradição popular, beneficiando todos os participantes e criamos condições para que seja desfrutada pelas populações em melhores condições de segurança, ficando assegurada uma ainda maior proteção do bem-estar animal.

Estas condições, assim como o ajustamento das datas e locais em que se podem realizar, contribuem para a valorização das touradas à corda, apoiando-se, desta forma, uma tradição que é intrínseca à vivência do nosso Povo em comunidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP é um acérrimo defensor das nossas tradições populares e das nossas manifestações culturais e, portanto, obviamente das nossas touradas à Corda.

É bem conhecido o peso e a importância das touradas à corda na economia da Região e especialmente o impacto na economia da ilha Terceira e, portanto, para o Grupo Parlamentar do CDS-PP qualquer proposta que vise o melhoramento das condições do regime a que estão sujeitas as touradas à corda, será sempre muito bem-vinda.

Neste caso em concreto, e nesta 5.^a alteração a este Decreto Legislativo Regional, o Grupo Parlamentar do CDS-PP está de acordo com a maioria das alterações propostas, até porque elas resultam da experiência acumulada ao longo dos anos e permitem uma melhor adequação deste regime jurídico à realidade atual, no que às touradas diz respeito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, o diploma introduz algumas inovações interessantes, nomeadamente ao nível da segurança dos intervenientes, da proteção de bens e

da salvaguarda do bem-estar dos animais, eliminando ainda algumas restrições que já não faziam sentido.

De referir que nos parece pertinente a passagem de algumas competências para as Assembleias Municipais, nomeadamente para deliberação e definição de uma lista adicional de touradas tradicionais em cada concelho e também a competência para exclusão daquelas que já não reunirem os requisitos que o justifiquem.

No entanto, no que diz respeito à alteração prevista para o artigo 50.º, com esta nova redação e mais concretamente com as restrições à realização de touradas em freguesias contíguas, mesmo que localizadas em concelhos diferentes, a verdade é que é preciso que se tenha noção de alguns aspetos, manifestamente caricatos, e que não representam seguramente o espírito do legislador e explicarei porquê:

Tomando como exemplo a ilha Terceira e para quem está familiarizado com a sua geografia e com os seus limites administrativos, à luz desta redação, sempre que houver, por exemplo, uma tourada na Vila de São Sebastião, no concelho de Angra do Heroísmo, não será possível haver nenhuma tourada em 5 freguesias do concelho da Praia da Vitória, (Porto Martins, Fonte do Bastardo, Santa Cruz, Fontinhas e Agualva), ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... por serem contíguas com São Sebastião, independentemente de estarem no mesmo concelho ou não.

Da mesma forma, não faz sentido nenhum que no dia em que houver uma tourada na freguesia do Porto Judeu, não possa haver uma tourada nas Quatro Ribeiras ou na Agualva, que ficam no outro lado da ilha, mas que, apesar disso, são também contíguas.

Portanto, pergunto ao Sr. Vice-Presidente se quando o Governo Regional propõe estas alterações, se de facto tem ou não noção destes efeitos práticos?

Em nosso entender não tem e por isso mesmo nós apresentámos uma proposta de alteração, de forma a manter basicamente a mesma redação atual do artigo 50.º, aditando 2 pontos onde se define claramente que em casos de pedidos efetuados por freguesias contíguas de concelhos diferentes, cabe às câmaras municipais decidir se há incompatibilidade ou não e em caso de incompatibilidade, aí sim, a decisão será de licenciar apenas o primeiro pedido a ter sido submetido.

Por fim, termino dizendo que no entender do Grupo Parlamentar do CDS-PP, para verdadeiramente dignificar as touradas à corda, nós entendemos que seria perfeito estabelecer um regime jurídico aplicável às touradas à corda em diploma próprio.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estes diplomas que estamos a apreciar neste momento são uma ferramenta importante para o trabalho das câmaras municipais, como também para muitos açorianos no seu dia a dia. Englobam uma temática da cultura popular do nosso povo, as touradas à corda, uma tradição popular com forte enraizamento nas nossas ilhas e com impacto importante na nossa economia.

No entanto, o setor tauromáquico é mais abrangente do que as touradas à corda e acreditamos que o próximo passo será evoluir para um diploma mais unificador de todos os setores da tauromaquia.

A tauromaquia merece um documento coeso e unificador que eleve o interesse cultural na Região Autónoma dos Açores e assim também foi o parecer de algumas entidades que assim o fizeram durante a apreciação deste diploma.

Outro tema que deverá merecer a atenção e que foi falado também em âmbito de comissão é a afluência dos turistas a estas manifestações.

É importante salvaguardar a correta informação dos mesmos para todos os aspetos da tourada à corda. É uma festa ímpar, que merece valorização, mas também cuidados.

Nesta quinta alteração, é verdade, simplificou-se em muito a parte administrativa e realçamos este avanço que nesta quinta alteração é notória e para quem está no terreno (e foi falado bastante isto em nível de comissão) é importante estas alterações que foram feitas.

Melhorou-se em muito também a questão da qualidade de vida dos animais. Era algo que para muitos era bastante exigido e estando bastante valorizado, principalmente aqueles que são aficionados das touradas à corda, e isto ficou regulamentado, e partir daqui também é um passo bastante importante que este diploma assume também na nossa tradição.

As condições em que se realizam as touradas foi um aspeto bastante discutido que nós também fizemos aqui algumas propostas de alteração baseadas nos pareceres que foram dados, porque uma coisa é a gente por todas as normas que são necessárias, mas depois quando se chega à prática é de facto difícil e as próprias comissões de festas têm muitas dificuldades e realmente as alterações que foram feitas ajudam em muito o trabalho das comissões que de si já não é pouco.

Há outro aspeto também que foi valorizado e nós também salientámos muito que é a questão da segurança do próprio evento e da segurança que em si nós pretendemos que no futuro, que nós também falamos, principalmente da parte do turismo.

Nas audiências e pareceres o diploma recebeu de facto bastante contributos e contributos importantes que o permitem aperfeiçoar, por isso mesmo estudando e vendo as melhores alterações o Grupo Parlamentar do PSD apostou

principalmente a nível da segurança, na questão do bem-estar animal e entregamos algumas propostas que entretanto já mereceram alguma discussão entre as bancadas, porque acima de tudo está-se a tentar (e mais uma vez repito e de salutar) esta coerência de melhorar esta nossa tradição que são as touradas à corda.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

(*) **Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O assunto que nos traz hoje a esta Assembleia é essencialmente o melhoramento do quadro legal em matéria de licenciamento da atividade taurina que impende sobre as câmaras municipais e que necessitam de uma regulamentação assertiva e atual para terem um funcionamento digno e abrangente que faça o dia a dia desta atividade funcionar bem.

O bem-estar animal tem sido sempre o objetivo dos ganadeiros, desde a criação dos animais ao seu tratamento, à sua sanidade, ao estarem bem fisicamente e terem qualidade de bravura para poderem enfrentar as exigências de uma tourada à corda, de modo a que o seu desempenho seja o mais normal e o melhor possível e que a bravura esteja presente para que a qualidade do espetáculo vá de encontro às expetativas dos aficionados da festa brava. Estas fazem parte do projeto dos ganadeiros e do resultado do seu árduo trabalho.

Não é possível esquecer a dedicação e a tenacidade patente nos objetivos da direção da Associação Regional de Criadores de Touros da Tourada à Corda. Bem hajam pelo seu esforço. Horas de trabalho e reuniões que levaram o nosso Governo Regional a propor estas modificações, contribuindo assim para o bom funcionamento desta atividade.

Estas alterações têm o intuito de proteger a qualidade das touradas de corda e garantir que a sua logística responda às exigências da atualidade, transformando o dia a dia do animal da forma mais correta e eficiente para a sua boa prestação. Pretendem também tornar toda a sua organização eficaz e adequada.

Aproveitamos desde já para referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá apresentar em sede de especialidade algumas propostas de alteração no sentido não só de contribuir para a melhoria do diploma, mas principalmente para sequênciar às suas propostas e sugestões das entidades com envolvimento nesta área.

Sras. e Srs. Deputados, a ilha Terceira tem uma longa tradição em gado bravo e desenvolveu ao longo dos anos uma paixão pela festa brava. Não podemos esquecer que a Terceira chegou a ter duas praças de touros e a rivalidade que existia entre estas praças e os seus carteis, o que levou ao desenvolvimento da paixão pela festa brava e ao surgimento de melhores ganadarias.

Também é importante realçar o envolvimento do nosso povo no passado, tendo em conta a escassez de nobres e a necessidade destes serem servidos precisamente pelo povo.

As dimensões da ilha levaram a que a parceria entre as duas classes prevalecesse e houvesse um convívio digno de respeito e de registo, já que todos precisavam do trabalho uns dos outros. A fidalguia tinha os cavalos e a arte de bem cavalgar e o povo a de servir, mas também a de se divertir, por isso a Terceira tem um passado de confraternização diferente das restantes ilhas.

O seu modo de viver e de estar tem cultivado ao longo dos tempos a arte de bem receber, a necessidade de contactar com estrangeiros, de saber estar independentemente de habilitações académicas. A universidade da vida, aliada à convivência, tornou os terceirenses e transmitiu gostos e modos de estar diferentes, mas homogêneos, não tão dependentes de posses financeiras.

Somos um povo que vive trabalhando, mas que sabe divertir-se e que vê a desgraça e a doença como momentos menos bons, que devem ser ultrapassados e que havendo oportunidade considera a vida um bem de Deus, não a danificando com a antecipação da tristeza. O medo não deve castrar os sonhos do seu povo. A vida é para ser vivida com alegria, mesmo que a tristeza ande a rondar.

Foram muitos os cavaleiros e toureiros amadores que surgiram na nossa terra e muitos os valentes forçados que sempre dignificaram a nossa tradição, muitos foram e são os pastores que marcaram a vida da tauromaquia da ilha Terceira. Os nossos homens valentes que sempre conheceram o maneio do gado bravo, dos seus comportamentos e modos de estar, muitos desconhecidos pela maioria da população. Sempre foram pessoas respeitadas pelo seu trabalho, pelo modo destemido com que andavam no meio do gado bravo, respeitando-o, mas impondo-se. Gente sem medo que viveu e vive para dignificar a festa brava e todo o seu envolvimento e por isso merecedora do nosso respeito.

Ao longo dos anos foi necessário alterar os regulamentos das touradas à corda que representam uma atividade demasiado envolvente e importante na nossa ilha, não só em termos económicos, mas também sociais.

A necessidade de proteger as diversas tradições impõe-se, por isso estas são algumas das alterações que conduzem ao bom funcionamento desta atividade e ao bem-estar dos animais nela envolvidos.

Somos uma ilha de bravos que respeitam os animais, sobretudo os touros.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como foi aqui já referido, o diploma em debate afigura-se-nos como uma mais valia para esta tradição popular. Porém, importante garantir que as vantagens, as melhorias, em várias componentes são acompanhadas também de problemas graves noutras matérias, nomeadamente ao nível da segurança.

Para o efeito, para além de propostas de carácter mais abrangente já aqui enunciadas pelo Sr. Deputado César Toste, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta outras em matéria de segurança para que se garanta efetivamente a segurança de pessoas e bens nesta valiosa tradição popular dos Açores.

Relativamente ao n.º 1, do art.º 80, estando presentes o delegado municipal e elementos policiais propomos que o levantamento de autos de contraordenação seja competência dos elementos policiais libertando o delegado municipal para o desempenho de outras missões igualmente relevantes.

No que concerne à epígrafe do art.º 78, sugerimos até por uma questão de técnica legislativa, que o mesmo ao invés de identificar algumas das entidades que podem desempenhar as missões em apreço, seja identificado pelo objeto de que trata o próprio artigo, neste caso a segurança.

Quanto ao âmbito sanitário e de proteção animal em que em sede de comissão parlamentar foram suscitadas dúvidas da legalidade e de respeito pelas leis orgânicas das várias entidades, propomos um normativo mais abrangente que atribua a responsabilidade às forças de segurança e entidades regionais com competência estatutária na matéria, o que até em termos de técnica legislativa também nos parece mais adequado de modo a que havendo alterações nas competências orgânicas das entidades em apreço o diploma regional se

mantenha válido e que não tenha de ser objeto de qualquer alteração por essa via.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por último, um ponto fundamental e o Sr. Vice-Presidente do Governo anunciou na tribuna que a segurança foi um dos pontos considerados na elaboração do diploma e nas melhorias a introduzir, nomeadamente no que concerne ao acesso das ambulâncias, mas no n.º 2, do art.º 78, o Governo pretende limitar a um número máximo de dois elementos o efetivo policial.

Esta é uma imposição do Governo, numa avaliação de carácter eminentemente técnico e tático e que deste modo é suscetível de potenciar um risco acrescido para pessoas e bens.

Refira-se em relação a este ponto que na própria Comissão de Política Geral a Associação Regional de Criadores de Touros de Touradas à Corda considerou tratar-se de um erro e propôs alterar de um número máximo de dois elementos para um número mínimo de dois elementos.

No entender do Grupo Parlamentar do PSD nem deve ser definido um número mínimo, nem um número máximo de elementos. Entendemos que esta é uma questão de autonomia técnica da autoridade de polícia que deve ser respeitada e que deve ser avaliada caso a caso, conhecendo também essa mesma entidade o histórico de cada uma das touradas a realizar-se sobretudo na ilha Terceira, mas também nas outras ilhas que têm esta tradição.

Portanto, entendemos que esta expressão “máximo dois agentes” deve ser substituída pela previsão de um dispositivo adequado com uma alteração.

O Grupo Parlamentar do PSD entende também que a entidade investida do poder de autoridade do Estado impõe um determinado dispositivo para a operação de segurança deve ser obrigada (já o é nos termos da lei geral, mas este diploma deve prever também) ao dever de fundamentação por parte da autoridade de polícia do dispositivo a empenhar, de modo a que os

organizadores conheçam também as razões que fundamentam a nomeação desse mesmo efetivo e todas as missões a desempenhar por esses mesmos profissionais de polícia.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer que este diploma resultou de um esforço de concertação e de audição prévia, um trabalho durante bastante tempo com os municípios, com todos os participantes ativos dos que tinham intervenção direta nas touradas à corda, do qual pretendemos que resulte um documento o mais consensual e melhor possível.

Portanto, nesse contexto é sempre possível aperfeiçoar e pelas propostas que vi já do PSD, do PP e do Partido Socialista ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS!

O Orador: Do CDS!

... há propostas que o Governo considera que são válidas e que podem em determinadas circunstâncias ser acolhida para aperfeiçoarem ainda mais o documento e para que o mesmo corresponda mais aos objetivos pelos quais foi agora apresentado.

Mas indo concretamente àquilo que foi agora falado, em relação à questão do Sr. Deputado do CDS, Alonso Miguel, referiu eu acho que efetivamente tem razão nessa matéria e a posição que o Governo tem também sobre essa matéria é que efetivamente quando se fala em freguesias contínuas, estava-se a pensar (e essa proposta foi das câmaras municipais, a alteração legislativa é das câmaras municipais) nas freguesias contínuas com relações urbanas.

Efetivamente nalgumas ilhas, nomeadamente não é o caso de São Jorge, o Pico não sei, mas no caso claramente da Terceira há freguesias contínuas de diferentes concelhos, não por relação urbana, mas por relação de divisão dos terrenos do interior da ilha.

Portanto, se fosse levada à letra aquilo que era um bom objetivo, na prática seria complicado quando o que se pretende é descomplicar.

Portanto, acho que neste caso nada melhor como, na nossa posição, ficar como está a atual legislação e não fazer essa alteração proposta pelos municípios.

Depois, há uma segunda questão que foi levantada por várias intervenções, que tem a ver com (e por algumas associações até na área) se deve haver um diploma único para todos os tipos de touradas.

A reforma legislativa que fizemos nesta matéria há alguns anos atrás é uma reforma legislativa que vai no sentido certo. Esta regulamentação é uma regulamentação para licenciamento municipal.

O que nós criámos no diploma que estamos aqui a alterar (o diploma que estamos a alterar vai muito para além do licenciamento em touradas) é concentrar num único diploma todas as matérias de regulamentação municipal, ou seja, o denominador comum das matérias que estão neste diploma são as matérias que têm a ver com regulamentação municipal, passando os municípios todos dos Açores a ter um único decreto legislativo regional que agrega todas as matérias regulamentares municipais que antes desta reforma estavam dispersas por diversos diplomas.

Portanto, não se pode ... Penso que o valor jurídico mais forte e que deve ser preservado é manter no mesmo diploma, um diploma único (e acho que a Região aí inovou no contexto nacional) termos todas as matérias que são competências legislativas da Região e que têm a ver com regulamentação municipal.

A proposta de fazer no mesmo diploma competências que são dos municípios, caso das touradas à corda, competências que são do Governo, touradas de praça e outras, desvirtua aquilo que é o principal objetivo que é os municípios da Região terem um documento legislativo único com toda a regulamentação municipal e daí essa opção que queremos manter.

Em relação às questões do Sr. Deputado César Toste, a maior parte delas também partilho e concordo.

Em relação ao Sr. Deputado Carlos Ferreira eu gostaria de referir três coisas concretas, há uma que eu concordo no seu aperfeiçoamento e alteração e há duas que gostaria de clarificar, até também de acordo com aquilo que ouvimos na comissão e que não estava preciso, nomeadamente as declarações do Comandante Regional da PSP, em que não correspondem ao entendimento e à lei e já explico em quê.

Em relação ao delegado municipal. Nós não alterámos as competências do delegado municipal. O delegado municipal tem exatamente neste diploma as mesmas competências que tinha no diploma anterior.

O delegado municipal intervém como podendo fazer informações nas matérias de contraordenação que são competências do município e age como um representante do município de verificação daquilo que são as competências municipais.

Portanto, não há sobre esta matéria, primeiro, qualquer alteração legislativa em relação às competências que o delegado municipal tem neste momento, apenas há uma separação em termos de artigos para melhor ordenamento jurídico e, por outro lado, não põe em causa competências que não são ... à PSP cabe a identificação de processos de contraordenação que correspondem a ela ou à polícia administrativa, num sentido mais lato, verificar. Em relação às matérias que são competência de atuação em termos de contraordenação do município, cabe ao delegado municipal, no âmbito das suas funções como um fiscal

municipal, como um polícia municipal, poder informar o seu órgão competente que é a câmara nessa matéria.

Segundo aspeto, aquilo que também foi dito pelo Sr. Comandante Regional da PSP não corresponde à verdade em termos da competência da PSP para a matéria do bem-estar animal, porque eu tenho aqui um ofício da GNR que confirma que ao contrário do que disse o Sr. Comandante Regional da PSP na comissão, quem tem competência no bem-animal na Região é a GNR e não a PSP. Aliás, se formos inquirir a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas tem mais de 200 autos levantados pela GNR nessa matéria e efetivamente a competência na Região é da GNR nessa matéria e, portanto, esse aperfeiçoamento corresponde a essa atualização. Aliás, esse aperfeiçoamento legislativo resulta de uma solicitação em 21 de fevereiro de 2017 da própria Guarda Nacional Republicana, nomeadamente do Comando Territorial dos Açores que invocando essa mesma competência solicitou que fosse incluída e atualizada essa legislação para que efetivamente a GNR pudesse intervir na matéria das touradas à corda, nas competências que lhe foram conferidas em salvaguarda do bem-estar animal.

Portanto, são essas duas que não concordo.

Há uma que nós pensamos que devemos aperfeiçoar. Também o Governo considera que se deve aperfeiçoar e que tem a ver com a definição do número de elementos da PSP em cada uma das touradas. Efetivamente a proposta que estava (e decorreu de uma proposta dos municípios) estipulava o número máximo. Há outra proposta que se estipula o número mínimo. O número mínimo não tem qualquer valor e efeito de referência, ter a referência ao número mínimo ou não ter nenhuma não é a mesma coisa, porque garante que sejam pelo menos dois e o nosso entendimento face às propostas existentes é no sentido daquilo que é proposto pelo Partido Socialista que é de dizer que devem ser dois, mas caberá à PSP se assim entender devidamente justificada ter mais

elementos policiais por tourada, dando um padrão, mas não definindo qual é o número efetivo, mas dando como referência para decisão e propondo que esta Assembleia dê como referência para decisão a existência de dois polícias e ser mais do que dois, ser uma excecionalidade se a PSP entender utilizar deve fundamentá-la para não tornar uma exceção uma regra.

Penso que aí encontra-se uma solução equilibrada que corresponde a todas as preocupações de todas as partes, mas salvaguardando também que sendo essa presença um encargo muito significativo para as comissões, evidentemente se não houver previamente um entendimento sobre essa matéria as comissões que fazem as touradas não têm à partida uma definição mínima sobre os seus encargos e os custos que vão assumir e como foi citado na comissão houve situações bastante incompreensíveis de touradas onde foram 11 polícias numa tourada num centro urbano da cidade de Angra que é manifestamente excessivo.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tinha uma série de questões para colocar, elas foram respondidas agora na última intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Preocupava-me esta questão do policiamento, porque de facto da forma como está na proposta do Governo, desta forma não contempla situações excecionais e de facto podem sempre ocorrer e nós temos de acautelar esse tipo de situações.

Esta questão para mim era uma das questões fundamentais em que eu aqui tinha uma discordância em relação à proposta do Governo e também tinha uma pergunta que era em média qual é o policiamento destacado de acordo com a

experiência que tem e os dados que conhece, ou se esta é uma situação que varia muito de tourada para tourada e em cada situação.

Seja como for, há aqui duas propostas sobre esta matéria que penso que ultrapassam esta dificuldade.

A outra questão tem a ver com esta questão da oposição por parte das pessoas que vivem na rua em que se vai realizar a tourada e aqui pelo que estou a perceber, ou seja, se numa determinada casa vivem quatro pessoas ... se numa determinada habitação, num prédio ... é aquilo que está escrito ...

Vou ler até o que aqui está: “A reclamação prevista no n.º 1 deve ser assinada por pelo menos metade do conjunto dos moradores dos prédios situados no referido percurso.”

Aí também tenho algumas dúvidas sobre esta matéria. Gostava que o Sr. Vice-Presidente me esclarecesse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção foi quase toda ... aliás, fica quase esvaziada pela intervenção feita pelo Sr. Vice-Presidente que esclareceu algumas das questões, muito embora possa referir que para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista algumas das questões que nós entendemos dever contribuir de alguma forma para aperfeiçoar o diploma que tem o mérito que tem, exatamente por preservar a segurança dos eventos, por respeitar o bem-estar animal e por ser a garantia de que uma festa típica das nossas ilhas, uma tradição típica das nossas ilhas, se efetive com mais meios de segurança.

Portanto, a nossa intenção é também de alguma forma contribuir para o melhoramento deste diploma. Percebemos e aceitamos algumas das propostas

de alteração que os outros partidos aqui presentes no Parlamento apresentam e afigurasse-me dizer apenas duas coisas.

Relativamente ao que o Sr. Deputado Carlos Ferreira referiu e no que concerne ao seu art.º 80 nós entendemos que a competência para levantar os autos está definida por lei e, portanto, não podemos derrogar essa mesma lei criando aqui uma situação que era desnecessária.

Portanto, neste caso incumbe de facto à PSP e à câmara municipal o levantamento dos autos de notícia e parece-nos que por aí não haveria necessidade de a modificar.

Relativamente ao art.º 78 que referiu também e reforçando aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse e bem, a GNR tem competência no âmbito sanitário e de bem-estar animal e de facto em comissão suscitou-se essa dúvida após as declarações do Sr. Superintendente da PSP e esclarecido isso não vemos necessidade de alterar o n.º 2 e relativamente ao n.º 3 no fundo é um reforço do que a lei já diz. Portanto, seria uma redundância. Também não entendemos isso como sendo necessário.

De toda a forma também apresentamos aqui uma série de propostas e penso que em sede de especialidade poderemos discuti-las para de facto darmos o nosso contributo para aperfeiçoar o diploma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem agora a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

De forma muito rápida para esclarecer aqui na sequência de todas as intervenções e da intervenção do Sr. Vice-Presidente.

Sr. Vice-Presidente, eu estive na comissão e também sei o que lá foi dito, mas eu não repeti o que foi dito na comissão.

Formulo e o Grupo Parlamentar formula as suas próprias opiniões e, portanto, relativamente ao delegado municipal eu não disse que o delegado não tinha competência. Sugeri que os autos fossem levantados, mas sabemos (e sobretudo estando previsto no diploma) que os delegados municipais podem levantar os autos nas matérias em que sejam competentes.

Portanto, nesse aspeto não há qualquer conflito de opinião. Era uma proposta diferente, mas eu não disse que não tinham competências. Têm, sim senhor.

Relativamente ao número de elementos eu volto a dizer: nem demais, nem de menos. De facto, em sede de comissão parlamentar a Sra. Deputada Fátima Ferreira apresentou um artigo de um jornal que tinha um número significativo de elementos, o que me parece é que não deve ser o legislador a interferir numa competência técnica e tática da autoridade de polícia (e faço desde já aqui uma declaração de interesses, porque é a minha área), tal como é a competência clínica ou a competência dos docentes. Não deve ser o legislador.

O legislador deve, sim, na nossa perspetiva, exigir a fundamentação dessa decisão e dessa decisão cabe sempre reclamação ou recurso para o escalão hierárquico superior.

Portanto, dizer ou prever, como defendeu o Sr. Deputado João Vasco Costa, que são dois elementos, quando nós sabemos que em 99% dos casos não o serão, é estar a fragilizar o diploma e, portanto, nós convidávamos todas as bancadas, mas necessariamente a bancada majoritária nesta Assembleia do Partido Socialista a ponderar e eventualmente se assim o entenderem a acolherem a proposta do Partido Social Democrata de prever um dispositivo adequado com o dever de fundamentação que corresponde claramente àquelas que são as necessidades de segurança e dos organizadores dos eventos.

Relativamente à questão de competências. A questão foi levantada efetivamente em sede de comissão parlamentar. Eu posso dar aqui aquela que é a minha avaliação. A Polícia de Segurança Pública tem competência nesta matéria na

sua área de responsabilidade e a Região Autónoma dos Açores é de responsabilidade territorial da PSP. Também conheço o diploma do SEPNA e é suscetível de também ter. O que me parece é que esta Assembleia não deve fragilizar-se entrando no conflito de competências entre outras entidades e por isso é que a proposta do Partido Social Democrata aponta no sentido de atribuir a responsabilidade às forças de segurança e às entidades da administração regional com competência estatutária na matéria, libertando-se esta Assembleia da entrada num campo em que posteriormente possa ser colocada em causa, até porque corremos o risco de através de um decreto legislativo regional estar a interferir em leis orgânicas, leis de força maior, da Assembleia da República que atribuem as competências estatutárias a essas entidades e de eventualmente sendo essas leis de valor reforçado podemos fragilizar o diploma por esta via. É uma ponderação que deixo à consideração de todas as bancadas de modo a salvaguardar também o papel do Parlamento regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Em relação às duas questões agora levantadas.

Eu penso que a proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista nessa matéria de definição do efetivo corresponde àquilo que referiu. Uma questão é definir um número que deve ser um número padrão, mas dando a autonomia à PSP para, se assim o entender, aumentar esse número desde que, isso sim, (é a diferença!) justifique.

Portanto, não se interfere na autonomia de avaliação da PSP para afetar, mas o que se diz é que ela deve justificar quando o número de efetivos for superior a um determinado número aqui referenciado para que precisamente se crie uma

situação que, por um lado, permite fazer a avaliação, definir o efetivo que entender, mas também haver aqui uma exigência do ponto de vista de justificação dessa situação ultrapassa um determinado número de efetivos.

Em relação à segunda matéria. A clarificação que se pretende fazer foi uma atualização decorrente da própria legislação que é efetivamente quando a legislação foi criada a GNR não tinha essa competência aqui na Região e passou a tê-la. A solicitação da GNR foi para a sua inclusão. Efetivamente no artigo que define as diversas forças ...

Eu acho que em matéria de bem-estar animal quantas mais forças policiais estiverem a intervir melhor. Não é isso que está em causa, nem ninguém quer ...

O que acontecia até agora era que a GNR não podia intervir nessa matéria e agora passa a poder intervir independentemente do espaço, porque também como sabe a PSP não tem competência em todos os sítios onde há touradas, nomeadamente nos portos, nas zonas marítimas. Não é competência da PSP, é competência da Polícia Marítima.

Portanto, se formos mais ao pormenor a própria forma como está não só esta alínea, mas todas as outras, também tinha no passado e teve no passado alguns problemas que também agora ficaram clarificados. No caso concreto também da Polícia Marítima, quando há touradas nos portos de pesca, ou nos portos onde a Polícia Marítima tem essa competência, também isso está clarificado e hoje é assim e se calhar pode não ser daqui a uns anos essas competências também podem ser alteradas, como a própria competência da PSP hoje é esta e amanhã pode ser outra. Portanto, todas essas competências são obviamente dinâmicas e a própria orgânica é necessariamente dinâmica.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada na generalidade com 27 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então passar agora ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar como é habitual no que concerne primeiro às propostas de alteração. Por isso, coloco de imediato à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, a alínea b), do art.º 43.

Proposta de alteração do PSD, à alínea b), do art.º 43.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado ...

Podem-se sentar, porque provavelmente é para repetir a votação.

O Sr. Deputado Alonso Miguel diz que sim.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão também era para repetir a votação?

Mas então teremos que votar.

Vamos repetir então a votação.

O que está em causa é a proposta de alteração do PSD à alínea b), do art.º 43, o artigo das definições, nomeadamente o ganadeiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 16 votos a favor do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É no sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Eu esclareço a câmara.

O Regimento assim o obriga. Nada diz que as votações não possam ser interrompidas, apesar de que o que eu ia pedir efetivamente aos líderes é que pudéssemos continuar para concluir as votações, mas uma vez que há um intervalo regimental, eu não tenho forma de impedir que possa ser feito o intervalo.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Só para informar que vejo que os trabalhos já vão longos e nestas votações é necessário ter as condições para se poder fazer estas votações.

Presidente: Claro que sim, Sr. Deputado.

É regimental.

Nós vamos interromper os nossos trabalhos. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas 53 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Maria João Soares Carreiro

Paulo Henrique Parece Batista

A redatora, Ana Machado